



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 111

IV Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 27 de novembro de 2019

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputado Manuel Pereira (substituído no decorrer da sessão pela Deputada Marta Matos) e Deputado Jorge Jorge (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Bruno Belo)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, a sessão iniciou-se com a continuação do debate da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 50/XI – “Plano Regional Anual para 2020”](#) e da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 51/XI – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2020”](#). Assim, usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as José Contente (PS), Jaime Vieira (PSD), José Ávila (PS), Mário Tomé (PS), Bruno Belo (PSD), João Corvelo (PCP), Elisa Sousa (PSD), João Vasco Costa (PS), António Vasco Viveiros (PSD), Paulo Estêvão (PPM), Manuel Pereira (PS), Paulo Mendes (BE), Graça Silveira (Independente), Luís Rendeiro (PSD), Marco

Costa (PSD), Carlos Ferreira (PSD), Tiago Branco (PS), André Rodrigues (PS), Mónica Seidi (PSD), Francisco Coelho (PS), Alonso Miguel (CDS-PP), Catarina Cabeceiras (CDS-PP), António Lima (BE), Dionísio Faria Maia (PS), Artur Lima (CDS-PP), Jorge Jorge (PSD), José San-Bento (PS), César Toste (PSD), Luís Maurício (PSD), Francisco César (PS), Domingos Cunha (PS), António Pedroso (PSD), Catarina Chamacame Furtado (PSD), Marta Matos (PS), bem como o Sr. Presidente do Governo (Vasco Cordeiro), o Sr. Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila), a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha), a Sra. Secretária Regional da Saúde (Maria Teresa Luciano) e a Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro).

No decurso de debate, usaram da palavra para defesa da honra e para esclarecimentos, respetivamente, a Sra. Deputada Mónica Seidi (PSD) e o Sr. Deputado Dionísio Faria Maia (PS).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 35 minutos.

Presidente: Muito bom dia. Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente. Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Lopes Araújo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria Eduarda Silva Moniz Pimenta

Maria da **Graça Oliveira Silva**

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

Marta Cristina Moniz do Couto

Marta Ávila Matos

Mónica Gomes Oliveira Rocha

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Sónia Cristina Franco Nicolau

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Elisa Lima de **Sousa**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Partido Popular (CDS-PP)

Alonso Teixeira **Miguel**

Artur Manuel Leal **Lima**

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Paulo José Maio de Sousa **Mendes**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)**João Paulo Valadão Corvelo*****Partido Popular Monárquico (PPM)*****Paulo Jorge Abraços Estêvão****Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Ontem, terminamos o debate referente à intervenção do Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia. Vamos dar início, hoje de manhã, às intervenções de tribuna. A primeira cabe ao Partido Socialista e tem a palavra o Sr. Deputado José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Plano de Investimentos para o ano 2020 cumpre o Programa do Governo e é referencial do futuro. É um Plano marcadamente dedicado às pessoas em primeiro lugar. A ciência, a tecnologia e os assuntos do mar assumem neste Plano o devir sem descurar o presente.

Nas incertezas deste “Tera-Mundo” e da “Giga-Economia”, inovar (ou criar de novo) é construir na mudança. Deste modo, este Plano alicerça novos desafios. Entende-se que inovar é trabalhar para que na próxima década aumente o investimento externo, com sustentabilidade ambiental e sociocultural. Desafios que também passam por rentabilizar os parques tecnológicos e ganhar projetos emergentes ou, quiçá, até do Brexit, como este Plano também pensa e acaba por projetar.

Na atualidade, a inovação é fator crucial, refletido em 85% da produtividade das economias modernas. Investigação, Desenvolvimento e Inovação são 3 pilares do Plano Regional para 2020, com 15.8 milhões de euros, ou seja, mais 14% para os que só veem números ou utilizam a sua tortura para que eles confessem quando lhes dá jeito. A aposta no conhecimento e na inovação faz-se na promoção da internacionalização da investigação, na transferência do conhecimento para as empresas, na educação para a Ciência, na preparação para o novo programa de financiamento “Horizonte Europa” e no cluster espacial e tecnológico. A caminhada persistente nestes setores é imprescindível para reforçarmos a tessitura da nossa Autonomia, conferindo-lhe real centralidade e sustentabilidade.

Os Açores dão profundidade Atlântica ao País, agora, sem discursos centralistas e tautológicos, como já se viu pela postura do atual Ministro do Mar. O nosso mar e espaço, como zonas proximais de crescimento, já têm forte argumentário científico, grande proatividade e firmeza política permanentes do Governo dos Açores, e até algumas iniciativas desta Assembleia. Agora iremos trilhar um caminho para acompanharmos o direito público nacional e internacional, a par das necessárias negociações políticas com o Governo da República.

Este Plano é também de futuro porque lança medidas para a economia azul e avança no cluster espacial. Não é como alguns descrentes pensariam serem assuntos intermináveis ou inúteis ou se preferirem “tarefas de Sísifo”.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O nosso cluster espacial e tecnológico frutifica. É como na parábola do semeador: semente caída em boa terra dá frutos. A política inicial de plantar projetos fundou-se numa visão estratégica dos governos socialistas de se passar da instalação à construção de uma rede inteligente e pensante de

tecnologias emergentes. Na atualidade, o Governo dos Açores aprofundou este percurso e federou novas valências à ESA, estação de referência do Galileu em Santa Maria, ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Está a falar de ciência ou de tecnologia?

O Orador: ... Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas Espaciais e deu força e sentido aos Parques Tecnológicos de S. Miguel e da Terceira.

No cluster espacial há um novo e grande impulso com o anunciado voo teste de 2020 do projeto Space Rider, lançado do foguete Vega-C da Arianespace que aterrará em Santa Maria. Os Açores revelam, deste modo, a dimensão real do nosso valor geoestratégico. Refiram-se ainda o Air Center, o Tech Island e a Portugal Space que densificam este cluster tecnológico e espacial. O caminho está lançado para coexistirem pináculos avançados com os setores económicos tradicionais. No coração destas políticas continuam a estar as pessoas e o emprego qualificado.

Deputado José San-Bento (*PS*): Muito bem!

Deputada Renata Correia Botelho (*PS*): Muito bem!

O Orador: As start-ups já abraçam novas metas. Exportar e criar riqueza para se transformarem em “empresas grow-up” ou “scale-up”, como agora se diz, como acontece, aliás, já no TERINOV com 76 postos de trabalho e 12 empresas, com o NONAGON com 42 empresas e 200 postos de trabalho e exportação mais de 7 milhões de euros, ou como a Raegae e ESA que já têm mais de 12 postos de trabalho qualificados.

Deputado José San-Bento (*PS*): Muito bem! Bem lembrado!

O Orador: O solipsismo partidário, quer dizer, os que pensam que, além de si, só existem as suas experiências são eternos perdulários, que amiúde se focam nos seus “fastios” corriqueiros. Enrolados numa espécie de antinomias kantianas quando, apanhados de surpresa, querem uma coisa e o

seu contrário lembrando uma espécie de equação transcendental. Os exemplos são recorrentes quando querem tudo em cada Plano para logo depois falarem nas décimas de qualquer indicador, sobretudo quando elas servem para rebaixar os Açores.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem! É verdade!

O Orador: E às vezes a ânsia é tanta que se enganam nas execuções ou desconhecem a sua explicação, como ainda ontem aconteceu.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Terceira Tech Island é um estudo de caso de sucesso: eficiência económica, inovação, empregabilidade, mobilidade interempresarial, competências situadas/socio construtivistas, qualificadas e boa remuneração dos formados.

Deputada Graça Silveira (Independente): Isso!

O Orador: A adesão crescente de empresas revela atratividade e rentabilidade para os privados. O Hub tecnológico da Praia da Vitória está virado para o Mundo, e o Terceira Tech Island é um pilar de modernidade. Fixa jovens e religa novas oportunidades para programadores que podem evoluir até à Robótica, à Domótica e à Inteligência Artificial.

O NONAGON, o TERINOV e até a ENTA estão a alargar este elo ou anel tecnológico até aos produtos. Neste ecossistema tecnológico a inteligência artificial constrói o seu percurso. Os Açores, imprescindivelmente, mais qualificados, acompanham este novo ciclo, transformando, por exemplo, os parques tecnológicos em ecossistemas tecnológicos. As dificuldades de melhorar os sistemas científicos e tecnológicos (ou, se quiserem, recalitrâncias) não servem para os velhos do Restelo minorizarem o que desconhecem: as vantagens da Investigação, do Desenvolvimento e da Inovação.

Alguma oposição troca o projeto pelo caso inventado/empolado, delicia-se na intriga douda, com números ou sem eles, resvala no exemplo com a contradição e mostra sempre grande voluntarismo no “derrubar” sem a visão de construir.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nos assuntos do Mar salientam-se as políticas de conservação da biodiversidade e ecossistemas marinhos, o que está articulado com diretivas comunitárias (da água, aves e habitats, diretiva quadro da estratégia marinha), todas elas com implicações em planos setoriais como o Plano Regional das Alterações Climáticas e o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores.

Outrossim, o Plano 2020 tem medidas concretas na Gestão Costeira, na Biodiversidade e Política do Mar, na Promoção da Economia do Mar através também da Escola do Mar dos Açores, sediada nesta ilha do Faial.

Um dos temas mais falados para nosso Mar liga-se à etimologia da partilha que nos leva à “partícula”. A quadra natalícia ensina-nos o melhor conceito: onde há partilha ninguém passa necessidades, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Espera-se é ter um peru para o Natal!

O Orador: ... mas o maná não cai sempre do céu, é preciso caminhar sempre. A partilha do nosso mar deve trilhar este rumo. Não esquecemos a cobiça “dos NOSSOS” fundos submarinos, ricos em crostas manganésíferas de níquel e cobalto, nódulos polimetálicos de manganês, níquel e cobalto e campos hidrotermais com ouro, prata, cobre, zinco e chumbo. Estamos conscientes que é necessária uma firme negociação política, sustentada com rigorosos argumentários científicos e de direito público nacional e internacional. A partilha é usufruir, com justiça e legitimidade, a maior e as melhores partes do mar das nossas ilhas.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isto é verdadeiramente lindo!

O Orador: O Governo dos Açores investe nas nossas últimas fronteiras (mar e espaço) dando efeito de força e sentido ao conceito de região geoestratégica. O sistema científico apoia este novo ambiente tecnológico. Lembremos Antero de Quental que afirmou que a falta de ciência atrasou Portugal perante a Europa. Mas os Açores, felizmente, já estão nessa revolução tecnológica ou, como alguns gostam agora de chamar, “revolução”. Também o novo Atelier do Código será espaço de resolução de problemas, de modo colaborativo e não formal. Desformalizar o formal e formalizar o não formal é avançar nas competências do séc. XXI. Enquanto isso, alguma oposição regozija-se na agenda negativa, critica sem soluções, desmerece e duvida, ignaramente, e, depois, “padece e esmorece” ante qualquer êxito regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nada sectário!

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Antinomias obscuras ou ignóbeis face à riqueza dos étimos “tecnologias”.

Por exemplo, um futuro porto espacial em Santa Maria, só por melan(cólicas) políticas poderia ser socio controverso. Bem sabemos que no chamado VUCA World (Volatility, uncertainty, complexity and ambiguity) até a Ciência e Tecnologia, por vezes, parecem terem perdido o estatuto de segurança, perante a precaridade do emprego, a indústria militar e a poluição.

(Apartes inaudível dos Deputados da bancada do PSD)

Tenham calma que a parte melhor está no fim.

(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Onde já vai este derrame, Sr. Deputado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Há os que preferem soluções para os problemas com mais conhecimento e técnicas sofisticadas, e os que priorizam o uso limitado da tecnologia, ou diabolizando as suas ameaças. No caso do cluster espacial de Santa Maria, a suspicácia política lembra-nos Machado de Assis: “na pena da galhofa escondem a tinta da melancolia”. Em 2005, no início da caminhada do cluster espacial mariense, ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Já estamos na lua!

O Orador: ... ignoros e descrentes também foram amiúde pesporrentes. Só com projetos de conhecimento avançado se densifica o velho conceito de Açores geoestratégicos. Air Center, cluster espacial, parques tecnológicos, educação científica, transferência de conhecimento para as empresas, sustentabilidade ambiental, Atlântico *nostrum* e alterações climáticas são apostas corretas, presentes neste Plano que se projeta no futuro. Nesta trajetória a Universidade dos Açores é parceira privilegiada, exigindo-se também um papel decisivo na revolução do conhecimento e no ir à frente do seu tempo e lugar. Religar os jovens qualificados ao aprofundamento da Autonomia é sempre estar atualizado. Aliás, o chamado eventualmente o Iluminismo de hoje reincide na razão e na ciência como soluções para o progresso e humanismo deste terceiro milénio.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Plano de 2020 reforça o tripé da confiança: ação, solidariedade e proximidade. Em tempo pré-eleitoral, os açorianos já compreenderam que o PS é o grande referencial de confiança e futuro colocando as pessoas no coração das suas políticas. Governar é estar atento, ser firme e paciente face

às inconseqüências do ruído de alguma oposição que se acantona no decibel mediático.

O PS/Açores até limitou os mandatos do Presidente do Governo. Contudo, alguma oposição vai continuar no mesmo sítio, não por fome de democracia, mas por fastio do povo açoriano que continua enfastiado dela. O foco do PS/Açores e do Governo é outro: mais desenvolvimento exige autorreformas permanentes. Que fique claro para nós primeiro as pessoas depois a economia ao serviço delas.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Puxar as pessoas para cima! Diga lá: puxar as pessoas para cima!

O Orador: Contra fariseus da economia e da hipocrisia nós temos uma resposta: renovamos o PS das pessoas.

O comprazimento de alguma oposição com qualquer insucesso é sempre maior do que a propositura para atingir qualquer sucesso. Ciência, inovação, coragem, paciência e esforço, mais uma vez, para mais progresso e justiça social, mostram aquilo que nós queremos ser: um PS cada vez melhor.

As canibalizações políticas dos problemas dos Açores revelam outros objetivos. Sem soluções resta-lhes pensar que é a “melhor” via para atingir o Governo. Porém, o PS, o Governo e o povo açoriano não se intimidam. Temos assistido amiúde a tais posturas e “*demos*” idênticos, sempre “exorcizados” e rejeitados pelos açorianos. Há muito que confiamos nos Açores encarando os problemas de frente, procurando soluções, não com os slogans dos que se perdem em estratégias de fala mansa e gongórica que escondem a vacuidade da sua inoperância em matéria de práxis política e pobreza de realizações.

Deputada Mónica Rocha (*PS*): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Contra o crescimento dos populismos de extrema direita, a democracia e a autoridade devem coexistir com a justiça social. Isto significa investir nos açorianos, garantindo-lhes segurança e confiança no futuro, como acontece no Plano de 2020, onde a Educação, o Conhecimento, mas também a Compreensão Humana são pilares iniludíveis que possibilitam o melhor elevador social para esbater desigualdades, no contexto do entendimento do velho filósofo Locke. O desafio é permanente: quem gera a mudança não se pode deixar ultrapassar por ela.

Mais do que um qualquer *ludus* verbal, a autonomia sempre traduziu o anverso e o reverso da infinitude da alma açórica. A história dos Açores ensina-nos que a viabilidade das nossas ilhas é indissociável dessa autonomia. Aprofundar o sulco da nossa liberdade e desenvolvimento é combater o centralismo e não se deleitar com inoperantes e ineficazes agendas políticas derrotistas. E porque falamos de Ciência, o maior partido da oposição continua enrolado numa espécie de teorema de Fermat (que a Sra. Deputada de matemática conhece muito bem) que demorou 350 anos a ter a sua demonstração. Concordo que não é nosso problema direto. Porém, parafraseando velha e conhecida ideia popular da Lei de Lavoisier, o maior partido da oposição parece querer alterá-la porque “perdem o futuro com a política do caso, só criam agendas negativas e por isso nada transformam”.

Deputada Graça Silveira (Independente): Mas Lavoisier era de química e não de matemática!

O Orador: Portanto, nada se perde, nada se cria, nada se transforma. É assim que ele é.

Deputada Graça Silveira (Independente): Não é: nada se perde, nada se transforma! É: nada se perde, tudo se transforma!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Deputado faltou a essa aula!

O Orador: Fazem lembrar os crentes no castigo do sobrenatural quando havia trovoadas. Quando se provou que eram nuvens (não negras) de cargas contrárias, então passaram para a crença de outros castigos, que acabaram por serem sempre resolvidos nas expiações eleitorais.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não havia necessidade!

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Dai-nos paciência!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nada sectário!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este é um Plano de futuro porque já inscreve medidas previstas nos objetivos de programação 2021-2027. São exemplos a promoção de uma Região mais inteligente mediante transformações económicas inovadoras, o reforço das capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas, o desenvolvimento de competências para a especialização inteligente, a transição industrial, o empreendedorismo e a conetividade regional em matéria de Tecnologias de Informação e Comunicação.

O pragmatismo racional é critério político sensato deste Governo quando traça bem a bissetriz entre estudos técnicos e as aspirações sociais do povo açoriano. Os governos do PS/Açores têm compreendido bem este princípio e, por isso, temos recebido o apoio maioritário das pessoas. Assim, acontecerá no próximo ano porque somos garantia de estabilidade sociopolítica, segurança, coesão e firmeza negocial. Todos contam porque os Açores estão primeiro, ou seja, a geração 5.0, os Millennials, e também todas as outras pessoas geradoras destas web gerações. A nossa inquietação não é ansiedade, mas é aquela de que fala Fernando Pessoa: impaciência com a injustiça. Com energia, entusiasmo, rigor e humildade vamos ganhar uma vez mais as batalhas do desenvolvimento a bem do futuro da nossa Região, o mesmo é dizer dos Açores e das pessoas em primeiro lugar!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E a parte melhor?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Julgo não haver. Dou então a palavra ao Sr. Deputado Jaime Vieira para a sua intervenção.

(*) Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este Orçamento, que fecha um ciclo de 4 anos de governação socialista, vem demonstrar que o setor das Pescas continua a não ter respostas aos problemas que enfrenta.

Hoje, viver das pescas é bem mais difícil do que era há 12, ou mais, anos atrás. Hoje em dia, os pescadores pescam menos, mas também ganham menos.

Deputado Mário Tomé (PS): Mas ganham mais!

O Orador: Os custos da pesca, como o gásóleo e outros, aumentaram.

Deputado João Vasco Costa (PS): Gásóleo é consigo, de facto!

O Orador: Os descontos são cada vez maiores, chegando embarcações a descontarem quase 50%, distribuídos pela Lotação, seguro, isca, Segurança Social, etc.

As imposições que este setor vem sofrendo, ou pela comunidade europeia, ou pelas más políticas dos sucessivos governos socialistas, levaram a que este setor se fosse afundando, tornando-o mais frágil.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*): Como por exemplo?

O Orador: E o que tem salvado as pescas tem sido a coragem, a sabedoria, a astúcia dos nossos pescadores...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: ... que, dia após dia, noite após noite, arriscam a sua vida numa luta tremenda para vencer as dificuldades que este setor atravessa para poderem trazer o sustento aos seus familiares. Estes tiveram que se adaptar a novos tamanhos mínimos, diga-se, mais rigorosos do que no continente. Tiveram que procurar e reinventar onde teriam que pescar, uma vez que muitos bancos de pesca, ou estão delapidados, ou estão fechados.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Hoje, podemos afirmar que o setor das Pescas continua a ser, infelizmente, o parente pobre da governação socialista.

Deputado José San-Bento (*PS*): É mentira!

O Orador: Quem se der ao trabalho de ler os documentos que o Governo Regional aqui apresenta como supostas linhas de orientação da governação no próximo ano fica bem ciente que para as Pescas qualquer coisinha serve.

Deputado Carlos Ferreira (*PSD*): É verdade!

O Orador: Muitos são os problemas que o setor das Pescas atravessa. O pescado escasseia, a culpa é dos pescadores, diz o Governo. Os pescadores têm fracos rendimentos, o Governo assobia para o lado fingindo que o problema não existe ou que então o problema é de alguém...

Deputado Mário Tomé (*PS*): Isso não é verdade!

O Orador: ... que não do Governo, como se não fosse este Governo que governasse há 23 anos a nossa Região.

Há falta de pescadores em algumas ilhas. A sustentabilidade da Pesca nos próximos anos poderá estar em perigo. E o que faz este Governo? Pouco ou

nada! Não é capaz de apresentar uma medida séria de combate a este problema. No entanto, este Governo Regional Socialista é um governo de planos, é um governo de muito anunciar e de pouco fazer.

Deputado Carlos Silva (PS): O Luís Garcia diz que não tem planos.

O Orador: Um governo de muita ilusão e de poucos resultados.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A nível de contratos de trabalho, que todos aplaudimos em 2018, pouco ou nada aconteceu. No entanto, para o Governo basta fazer de conta que se está a fazer, continuando num mundo de faz de conta, onde tudo é rosa, e quem achar o contrário não sabe o que pensa e não sabe o que diz.

O Governo diz que o nível de rendimento dos pescadores em algumas ilhas é satisfatório, e nós concordamos, mas, no entanto, há muitos pescadores que ainda ganham muito pouco. Não nos podemos calar quando existem ainda pescadores que chegam a casa depois de várias horas no mar e que recebem 20 ou 30 euros por dia para sustentar a sua família, ...

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Não é verdade!

Deputado Carlos Silva (PS): Isso não é verdade!

Deputado Luís Maurício (PSD): É verdade, é! Boca santa!

O Orador: ... para apoiar os filhos na escola, para pagar a renda da sua casa!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E o que temos nós, Deputados e Srs. Governantes, a dizer a um jovem pescador que depois de um dia difícil e perigoso em alto mar chega a casa com 20 euros, quando ele nos aborda para dizer que pretende constituir família, mas que não tem meios para comprar a sua habitação porque as

instituições bancárias não dão crédito devido aos baixos rendimentos que recebe.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta é uma realidade de milhares de açorianos. Vivem eles da Pesca, da Construção Civil, do Turismo, da Agricultura, etc.

Meus senhores, uma verdadeira luta contra a pobreza é trabalhar para que todos na pesca ou noutras profissões possam ter ordenados dignos para que não necessitem de apoios sociais como o rendimento social de inserção para sobreviver, para assim deixarem de viver no limiar da pobreza.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É por estes cidadãos que temos que lutar, que temos que encontrar soluções para os problemas que ainda existem.

Deputado José San-Bento (PS): Venham elas aí! Ainda não apresentou uma!

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é a solução que o senhor tem?

Deputado Bruno Belo (PSD): Tenha respeito pelos pescadores da nossa terra!

O Orador: É possível, é preciso, é urgente fazer diferente. Queremos que todos os açorianos tenham uma igualdade de oportunidade de serem mais felizes nas suas terras sem terem a necessidade de emigrar.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Deputado Francisco Coelho (PS): É só engodo, Sr. Deputado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Ávila, tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A política de Pescas nos Açores está muito para além da contabilização das capturas que é comum fazer-se. Hoje, graças a um aturado mas por vezes pouco visível trabalho, o setor das Pescas tem vindo a transformar-se de forma tranquila. E isso tem sido fruto de um bom investimento, numa estratégia coerente e na definição de prioridades.

A alocação de recursos tem sido criteriosa e tem-se focado essencialmente: na capacitação das pessoas; na preservação dos recursos; na diversificação da atividade.

A escolarização, a profissionalização e a sensibilização são componentes da capacitação da fileira, que muito nos orgulha.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem lembrado!

O Orador: E, se calhar, sem falsas modéstias, devia orgulhar a todos nós.

A criação da rede de áreas marinhas protegidas ao redor das ilhas dos Açores, no mar alto ou nas fontes hidrotermais, é um exemplo a nível mundial. Este é mais um motivo de orgulho e de esperança para este setor que é muito sensível.

Por fim, a diversificação. As pescarias têm sido encaminhadas para outras espécies e também têm sido apoiados projetos de transformação de pescado, nomeadamente em espécies de menor valor comercial.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, convém recordar como é que chegamos até aqui e com quem contámos para fazer este caminho. Sem dúvida que foram os pescadores e as suas associações representativas que ajudaram o Governo a fazer esta caminhada em direção à sustentabilidade da pesca.

E o que encontramos pelo caminho? Encontramos um PSD igual a si próprio.

E aqui o discurso que o Sr. Deputado Jaime Vieira trouxe prova disso mesmo: é demagogia pura e dura.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Como é que chegamos até aqui? Quando se discutia o Plano de Investimento de 2014, o PSD avisou logo: o PSD não é responsável pelos problemas que afetam as pescas açorianas. Ora bem, ficou aqui um aviso aos pescadores para saber com quem é que podiam contar.

Quando discutíamos aqui o Plano de 2015, dizia o PSD: o setor das Pescas vive uma crise profunda, falar do setor é falar de diminuição dos rendimentos dos seus profissionais de ano para ano, é falar de emergência social.

Ora bem, em 2019, vamos ultrapassar os 30 milhões de euros de rendimentos. 2018 foi o melhor ano dos últimos 7 anos, com mais de 38 milhões de euros. Portanto, aqui vai mesmo desmentindo o que o PSD previa nesta altura.

Dizia também, na discussão do Plano de 2015, que o nosso Plano prometia a diversificação da atividade. É verdade que começamos a pescar outras espécies. É o caso da lula que é um caso exemplar, em que houve grandes ganhos para os pescadores e aliviou um pouco também a pressão sobre os stocks do goraz.

Dizia também o PSD que o PS tinha prometido a valorização do pescado. E a verdade: em 7 anos, aumentamos em 50% o preço médio do pescado.

Dizia também que nós prometíamos a aquacultura e que não passava de estudos. É verdade, Srs. Deputados, temos 3 projetos já em execução e estão 8 em análise. Portanto, nós fizemos uma caminhada.

E dizia também o PSD, nessa altura, que nós não ligávamos à formação.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem lembrado! É verdade!

O Orador: Nós tratamos, relativamente à escolarização, 150 pescadores que são beneficiários dos custos do primeiro ciclo, segundo e terceiro. Na profissionalização, mais de 500 marítimos são beneficiários dos cursos de pescador, arrais de pesca e condução de motores.

Em 2016, dizia o PSD: o Governo falhou no objetivo de melhorar o rendimento dos pescadores, que nos últimos 5 anos, os pescadores perderam 12 milhões de euros. Ora bem, nós, em 3 anos, recuperamos 12 milhões de euros. É aqui que está a diferença entre o que os senhores dizem e aquilo que nós fazemos!

Ora bem, em 2017, quando se discutiu o Plano de 2017 e no verão de 2017 quando se previa uma redução das capturas, dizia o PSD, que era o grande contributo do PSD: suspensão temporária da atividade com compensação financeira para o setor. Ora bem, isto era atirar umas migalhas aos pescadores em vésperas de eleições, em 2016.

Também dizia o PSD que a alternativa era os luleiros, mas que a lula também estava numa fase muito complicada. Pois é, Sras. e Srs. Deputados, este ano, já atingimos 8.7 milhões de euros nas capturas. É o melhor ano, desde 1994 pelo menos, e o dobro do ano passado que já tinha sido um bom ano.

2019, perante um previsível aumento das capturas, dizia o PSD: se retirarmos o valor do atum, há uma diminuição do valor do pescado. Ora bem, isto é demagogia pura e dura!

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

O Orador: Pois, quando o valor do pescado desce, não interessa saber que é uma consequência da falta de atum; quando sobe, temos que descontar o atum! Isto é pura demagogia! Isto chama-se incoerência!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: E resta-me dizer, Sras. e Srs. Deputados, que o PSD em matéria de Pescas não acertou uma.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver. Vamos passar à próxima intervenção. Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

Deputado Mário Tomé (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há os que trabalham para os pescadores e os que fazem questão de só se lembrarem dos pescadores quando lhes dá jeito, tentando retirar dividendos políticos, como acabamos de assistir na intervenção do Sr. Deputado Jaime Vieira. E a este nível, quanto aos rendimentos e do mau ano, Sr. Deputado, recordo-lhe, neste ano, que é o melhor ano da Região do ponto de vista das capturas da lula, só na lota de Rabo de Peixe, dos 8 milhões que foram transacionados em lota na Região Autónoma dos Açores, 4.7 milhões correspondem a Rabo de Peixe, mais o resto da restante frota, estamos a falar de 6 barcos, pescaram nas restantes ilhas.

O Governo do Partido Socialista tem recebido a confiança dos pescadores confirmando-se que é possível implementar medidas de preservação dos recursos e a dignificação da profissão, que, conjugadas, têm contribuído para a melhoria de rendimentos dos profissionais da pesca e de toda a fileira da pesca.

Os factos são evidentes e assim o comprovam: nas características técnicas das artes utilizadas; nos tamanhos das espécies que podem ser pescadas; na implementação de áreas marinhas protegidas; e na gestão das quotas.

Os efeitos destas medidas traduziram-se, como referiu o colega José Ávila, nos últimos 2 anos, em mais rendimento disponível, que ultrapassou os 67 milhões de euros, mais 25% de rendimento comparativamente aos anos de 2015 e 2016, em que o preço médio da primeira venda em lota, nos últimos 2 anos e até à presente data, também, aumentou 27.6%.

Se formos analisar os últimos 10 anos, o preço médio da primeira venda em lota aumentou mais de 160%.

No histórico da pesca aos tunídeos nos Açores tem havido oscilações nas abundâncias destas espécies. Estas variações coincidiram também com a redução das possibilidades de pesca noutras espécies de importância vital e altamente valorizadas pelos mercados tradicionais. Mas, coincidência ou não, sempre que existem períodos de menor abundância, há um partido, o PSD, que tenta utilizar e instrumentalizar este efeito como arma de arremesso político, inclusive instigando os pescadores e armadores à paragem biológica. Em 2017, diziam que o estado das Pescas na Região “estava nos cuidados intensivos” e que o “barco estava a naufragar”. Neste populismo desenfreado e desmedido não tiveram em conta o estado do “paciente” e se o dito “barco” tinha sistema de motobombas. Naquele momento, o Grupo Parlamentar do PS/Açores ficou sem entender se estavam a referir-se aos barcos de pesca de 1994 em que existiam muitos a remos e sem motor!

Para um partido que um dia quer ser governo, exige-se uma maior responsabilidade, sabendo ou não querendo saber os efeitos nefastos que representaria essa paragem biológica para os pescadores e armadores e para toda a fileira da pesca, sem ter em conta os mercados de exportação que valorizam a qualidade do pescado dos Açores.

Para isso foi determinante a ação do Governo e a coragem dos pescadores pelo facto de resistirem a promessas que, para além de serem “uma mão cheia de nada”, poderiam pôr em causa o futuro desta importante atividade.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A valorização e a qualificação profissional dos pescadores são fundamentais para uma boa gestão pesqueira. Veja-se: mais de 150 pescadores beneficiaram dos cursos de escolarização; mais de 500 marítimos frequentaram com aproveitamento os cursos de pescador, arrais de pesca, arrais de pesca local e condução de motores, entre outras áreas de segurança marítima que foram levadas a efeito.

Todas estas políticas têm o objetivo de fomentar o rendimento, mas é importante, é obrigatório continuar a diversificar, daí as apostas na transformação, na aquacultura e na pesca turismo, novas atividades que representam, também, novas oportunidades nesta fileira.

Neste sentido, o Plano para 2020, com uma dotação de 34 milhões de euros, continua a potenciar o setor pesqueiro, inserido num ciclo de confiança e de novos desafios, tendo como base o reforço no crescimento da fileira da pesca. Nos últimos anos, este setor recebeu investimentos públicos de cerca de 118 milhões de euros. Estes investimento dão expressão prática à aposta que os governos regionais do PS fizeram neste setor de atividade, que se materializará também no investimento nos Portos de Pesca do Topo, do Núcleo de Pescas da Madalena, nos entrepostos frigoríficos da Região, na indústria de transformação, na aquacultura e no controlo e fiscalização da atividade da pesca, área fundamental para a preservação dos recursos e com uma aposta clara na Escola do Mar dos Açores, vetor fundamental para o desenvolvimento da economia do mar.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na análise objetiva a este setor, em especial aos recursos piscícolas, é necessário distinguir duas as situações: a primeira, relativa às espécies

residentes, as quais temos a responsabilidade da gestão direta, de proteger e salvaguardar, e muito tem sido feito nesta matéria e muito há a fazer perante os desafios que se aproximam; a segunda, as espécies migratórias, como o atum.

No âmbito da Política Comum das Pescas, temos que reforçar e defender uma diferenciação positiva no que respeita aos totais admissíveis de captura, atendendo ao carácter artesanal e mais sustentável da nossa pesca. Somos das comunidades piscatórias as que mais contribuem para a sustentabilidade dos oceanos e das espécies selvagens e devemos ser reconhecidos para o efeito, quer ao nível de um reforço no próximo quadro financeiro na área das Pescas, assim como na gestão direta do FEAMP, permitindo um planeamento ajustado à nossa realidade insular.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para o Partido Socialista, o setor das Pescas é um setor económico de enorme importância para a economia regional, como uma área essencial pelo emprego que promove, pela importância que tem em algumas comunidades e como um pilar ambiental fundamental ligado à proteção dos recursos e à sustentabilidade dos mares.

Para o Partido Socialista, primeiro são as pessoas, primeiro são os nossos pescadores com histórias de vida ímpares, que arriscam a vida todos os dias ao saírem para o mar para sustentarem as suas famílias.

Para o Partido Socialista, o pescador açoriano é alguém honrado, que tem orgulho na sua atividade, que mantém as tradições seculares ligadas à atividade e que a exerce de forma especializada, com elevado risco, sem hora para comer ou dormir, gente sofrida, mas orgulhosa daquilo que faz.

É pelo vosso trabalho, pela vossa persistência e pelo vosso contributo para a economia e para a imagem de marca das Pescas dos Açores, como uma

região ambientalmente sustentável, pela cultura piscatória de muitas gerações de pescadores açorianos que hoje é possível afirmar que este setor tem futuro, certos que o trabalho desenvolvido até aqui trouxe resultados positivos, mas estamos conscientes que novos desafios se afiguram. Mas, como sempre, cá estaremos para vos acompanhar, pois connosco, com o Partido Socialista, com o Governo do Partido Socialista nenhum pescador açoriano ficará para trás.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos passar então agora à área dos Transportes e Obras Públicas. Tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, caros colegas Membros do Governo:

A Proposta de Plano para 2020 na área dos Transportes, Obras Públicas e Comunicações contempla um investimento superior a 210 milhões de euros, distribuído pelos transportes, obras públicas, tecnologias de informação e comunicações, sistemas de informação e também promoção da coesão territorial.

Sendo 2020 o último ano desta legislatura, estes documentos não representam, contudo, um fim de ciclo, mas sim uma aposta renovada e reforçada no investimento público e na reestruturação destas diferentes áreas

sob a tutela da nossa Secretaria e que perdurarão para além deste mandato que nos conferiram os açorianos.

Na área dos Transportes, no cumprimento dos compromissos assumidos no Programa do XII Governo Regional dos Açores, trabalhamos para garantir a sustentabilidade e fiabilidade das acessibilidades aéreas, marítimas e terrestres em todas as ilhas da Região, através dos contratos de prestação do serviço público de transporte naquelas áreas e sua permanente monitorização.

O resultado do trabalho desenvolvido está fundamentado nos mais diversos indicadores conhecidos, como por exemplo no transporte aéreo.

De 2014, ano anterior ao da entrada em vigor do novo modelo de acessibilidades aéreas, para 2018, o número de passageiros desembarcados nos Açores aumentou 78%, tendência que se mantém em 2019.

Servir com eficiência e fiabilidade as necessidades de mobilidade dos açorianos e de abastecimento das nossas empresas regionais, bem como a acessibilidade a cada uma das nossas ilhas, é um dos objetivos primordiais do Governo dos Açores.

Trabalhamos continuamente, sem nunca baixar os braços, para fazer dos condicionalismos que nos impõe a nossa insularidade, dimensão e dispersão geográfica uma mais valia.

Por isso, no âmbito dos transportes aéreos, e assumindo a importância do Grupo SATA, para além dos aumentos de capital já deliberados por resoluções anteriores do Conselho de Governo, procederemos, com este Plano, ao reforço de capitalização da empresa SATA Air Açores, nomeadamente através da previsão em 2020 de um novo aumento de capital no valor de 40 milhões de euros.

Lançaremos, também no próximo ano, o concurso para a concessão do serviço público para os serviços aéreos regulares interilhas para o período 2020/2025.

No campo das infraestruturas aeroportuárias, todas as infraestruturas aeronáuticas da responsabilidade da Região vão receber importantes investimentos em 2020 nas áreas da segurança, modernização, tecnologia e conforto dos passageiros, promovendo assim a melhoria dessas infraestruturas, destacando-se a requalificação e ampliação da Aerogare da Graciosa e a conclusão do novo Terminal de Carga da Aerogare Civil das Lajes.

Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, caros colegas do Governo:

Nos transportes marítimos, tendo presente que o mar é a estrada natural de ligação entre as nossas ilhas, queremos continuar a honrar os muitos açorianos que, ao longo dos séculos, lutaram para assegurar essa forte ligação entre as diferentes ilhas através do mar.

Falo-vos, por isso, das infraestruturas portuárias existentes em todas as ilhas. A mãe natureza tem sido “madrasta” com os portos nos Açores e exemplo disso são os estragos provocados pela passagem do furacão Lorenzo nas Lajes das Flores. O Governo dos Açores já assumiu a necessidade de avançar rapidamente com a empreitada do Porto das Lajes das Flores em 2020 que permita retomar a operacionalidade do porto e melhorar o abastecimento às ilhas do Grupo Ocidental, de uma forma mais regular e com maior capacidade. Estamos em condições de avançar com o plano de intervenção no Porto das Lajes das Flores após aprovação do Orçamento de Estado, mas, entretanto, a Portos dos Açores não desiste e já tem a previsão de apresentação de um projeto, de uma solução intermédia, até ao final deste ano.

Contudo, a nossa missão ainda não chegou ao fim. Aliás, o nosso trabalho de aprofundar, evoluir e consolidar o transporte marítimo é permanente. Exemplos dos vários investimentos que se irão realizar em 2020 nas diferentes infraestruturas portuárias são o início da obra no Porto de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, para reperfilamento do cais e aumento do terraplano, e ainda as obras no Porto de Pipas, na ilha Terceira.

Construiremos a nova Gare de Passageiros do Porto de São Roque do Pico,
...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Obras de Santa Engrácia!

A Oradora: ... além da aquisição prevista de diversos equipamentos que melhorarão a operacionalidade dos nossos portos.

Pretendemos ainda lançar um novo concurso para o fornecimento do serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas, a iniciar a 1 de janeiro de 2022.

Também nesta área, o Governo dos Açores continuará a apostar na mobilidade de passageiros e viaturas através da Atlânticoline, que, ao longo dos anos, tem confirmado o sucesso deste projeto, que trouxe aos Açores uma nova dimensão de arquipélago.

Assim, prevemos iniciar em 2020 a fase de construção do novo navio, no seguimento do concurso lançado este ano. Este navio dará início a uma nova e importante etapa no fornecimento do serviço de transportes de passageiros e viaturas na Região, aumentando a qualidade e a regularidade dos mesmos. Também prevemos lançar, em breve, o concurso internacional para atribuição da concessão do Terminal de Transhipment de Contentores no Porto da Praia da Vitória.

Por outro lado, e ainda no âmbito da aposta na mobilidade e acessibilidade, vamos disponibilizar um portal de informação de transportes de passageiros e carga, que permita informar o utilizador e aferir as várias combinações

possíveis no transporte aéreo, marítimo e terrestre, assegurando uma monitorização do sistema de transportes na Região Autónoma dos Açores.

Enquadrado nos trabalhos preparatórios para o novo Quadro Comunitário de Apoio, avançaremos com a preparação do Plano de Transportes da Região Autónoma dos Açores para período 2021/2030.

Nos transportes terrestres, serão prolongadas as concessões de transporte coletivo de passageiros atualmente em vigor, enquanto se preparam as novas concessões face ao novo enquadramento legislativo e que obriga a um trabalho de apuramento de circuitos, horários e procedimentos prévios de concurso.

Avançaremos, entretanto, com os concursos públicos para os novos contratos de transporte coletivo de passageiros nas ilhas das Flores e de Santa Maria.

Iremos também assegurar a manutenção do apoio aos passes sociais em todas as ilhas onde existe transporte coletivo de passageiros e dos contratos de prestação de serviços em período de fins de semana e noturnos em São Miguel.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, caros colegas do Governo:

Na área das Obras Públicas, em 2020, será dada continuidade ao investimento na reabilitação e requalificação da rede viária regional, na construção de novas vias, na requalificação e integração paisagística de zonas contíguas à rede viária regional, assim como reabilitação de edifícios públicos.

Entre os principais investimentos em Obras Públicas a realizar em 2020 pela Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas realça-se, para além do investimento plurianual nas SCUT, na ilha de São Miguel, o início da empreitada do primeiro lanço de melhoria das acessibilidades Furnas - Povoação, bem como o início da empreitada da segunda fase dos taludes da

Ribeira Quente, investimentos de promoção da segurança, considerando o histórico de ocorrências causadas por fenómenos climatéricos nesses troços. Será prosseguida a requalificação de edifícios públicos e a cooperação com diversas entidades, num investimento superior a 1.6 milhões de euros, salientando-se, neste âmbito, a conclusão da empreitada do Convento e Igreja do Carmo.

Destaco ainda o trabalho, atualmente em curso, de diagnóstico das infraestruturas rodoviárias da Região Autónoma dos Açores, que permitirá a definição de uma estratégia de médio prazo para as estradas regionais ao nível da sua manutenção e requalificação.

Na área das Comunicações e Tecnologias de Informação, será reforçada a implementação de sistemas de segurança de dados e informação e a promoção da utilização de software open source nos sistemas de informação da Administração Pública Regional.

Avançaremos ainda com a plataforma de computação e suporte de dados do Governo dos Açores, cujo concurso público internacional será lançado até ao final do presente ano, sendo que o Governo dos Açores dará também particular importância, neste Plano, a investimentos em sistemas de cibersegurança.

Prevê-se ainda o reforço da rede wi-fi Ilhas da Coesão neste próximo ano.

O Plano contempla ainda uma verba dedicada ao financiamento de projetos levados a cabo pelo Laboratório Regional de Engenharia Civil, que desempenha uma importantíssima função de apoio técnico e às necessidades de atualização de conhecimento e de inovação ao nível da engenharia civil e da construção, em geral, na nossa Região, e da utilização de recursos endógenos, num permanente ajustamento às necessidades das empresas e dos profissionais do setor.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, meus colegas do Governo:

A Proposta de Plano para 2020 da Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas é um instrumento ao serviço dos açorianos e dos Açores.

A transformação para melhor da nossa Região tem de ser entendida e assumida como um compromisso por todos os açorianos. Ser mera testemunha dessa transformação seria muito pouco. Trabalhar para essa transformação é um privilégio e uma honra. Os açorianos sabem disso.

Pelos nossos Açores.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

A Mesa já tem uma inscrição. Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(* Deputado Bruno Belo (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, naturalmente, eu sei que V. Exa. tem conhecimento de tudo aquilo que se tem vindo a passar relativamente ao abastecimento e à exportação de mercadorias da ilha das Flores.

Ontem, na sequência do debate que nós tivemos, o Sr. Presidente do Governo afirmou, e cito, que “resolvida a parte do abastecimento, não há necessidade de criar medidas de apoio social ou de outro cariz”.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não foi isso que disse!

Deputado Carlos Silva (PS): Seja rigoroso!

O Orador: Sra. Secretária, para lhe dizer que a ilha continua a viver, a ilha precisa de viver, há necessidade de olhar a ilha das Flores na perspetiva de que as pessoas continuam lá, precisam de viver e precisam de fazer a sua vida naquela ilha e escolheram aquela ilha para viver.

Ora, a Sra. Secretária, há alguns dias, anunciava que haveria ou seria disponibilizado um segundo navio no dia 15 de novembro. Essa situação, naturalmente, não ocorreu. Os prejuízos, que para alguns parece que não existem, existem agora. Existem agora. Eu vou-lhe mostrar, Sra. Secretária, alguns desses prejuízos.

(Neste momento, o Sr. Deputado Bruno Belo mostra várias fotos à Câmara)

Isto são bens perecíveis que chegaram às Flores nestas condições. Pode ver, Sra. Secretária. Eu sei que não é agradável, mas pode ver.

Bom, Sra. Secretária, esses prejuízos são os prejuízos de algumas das mercadorias que entram nas Flores, mas existem prejuízos associados a outros bens que não saem das Flores, designadamente os animais em vida. Ora, neste momento, estão mais de 700 animais em vida para sair da ilha das Flores. Este número de animais poderá representar um valor na ordem dos 400 mil euros que não entram nas famílias da ilha das Flores.

Sra. Secretária, a pergunta é muito simples: qual é o plano que o Governo tem para poder fazer a exportação dos animais da ilha das Flores?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para intervir em relação a duas situações da ilha das Flores: uma delas é sobejamente conhecida por todos, a falta de mercadoria a chegar à ilha das Flores, aliás, vivemos uma situação lamentável e caótica no Grupo Ocidental, nas Flores e no Corvo; por parte dos agricultores, também, a saída dos animais vivos daquela ilha.

Mas como disse ontem e como continuo a afirmar, existem comerciantes, existem empresários que estão à espera de mercadoria que era para ter chegado na semana que passou o furacão Lorenzo, ou seja, passadas 8 semanas, passados 2 meses ainda não receberam a sua carga. Aliás, temos a situação concreta de empresas que neste momento podem encerrar a empresa porque não têm material para trabalhar. Não há material para trabalhar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade!

O Orador: Bom, mas a situação dos transportes não se fica também só pelo barco. Domingo passado, como anteriormente tem acontecido, os doentes da ilha das Flores que se deslocam ao Hospital de Ponta Delgada são obrigados a ficar na ilha do Faial, a apanhar o barco para chegarem a São Miguel, porque os voos estão completamente cheios do Faial para Ponta Delgada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O barco?

O Orador: Sim, apanham. Chegam ao Aeroporto do Faial, são desembarcados, vão para o Pico de barco e apanham o voo do Pico para Ponta Delgada. Doentes! Pessoas já com uma certa idade!

Portanto, em relação aos transportes na ilha das Flores, neste momento, vamos de mal a pior.

A minha pergunta é, Sra. Secretária, se pretende, ou não, resolver.

E mais, em relação ao Porto das Lajes das Flores, em relação ao abastecimento, nós todos temos conhecimento e é do senso comum de toda a gente, até dos empresários que já escreveram um documento ao Governo

Regional, que a situação só se resolve com a contratação ou a compra de um barco de maior capacidade que leve entre 30 a 40 contentores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: Portanto, situação que nós, durante esses dias, temos vindo a observar pouca resolução em relação à drenagem do Porto das Lajes das Flores, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... porque todos nós temos consciência que para um barco desta envergadura atracar no Porto das Lajes das Flores tem que haver dragagem, só que a dragagem tem sido feita lentamente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Portanto, a minha pergunta vai no sentido, Sra. Secretária, de quando é que pretende ter a situação resolvida. A situação do novo barco para abastecimento do Grupo Ocidental, quando é que pretende estar resolvida?

E em relação ao transporte aéreo, se pretende, ou não, resolver a situação, que tem sido frequentemente ocorrida.

(Aplausos do Deputado da bancada do PPM)

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Estava longe de ouvir o PPM apoiar o comunismo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Elisa Sousa.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As acessibilidades interilhas constituem, por si só, um dos mais importantes temas em debate nesta Assembleia. O crescimento económico e a constante melhoria de vida dos açorianos dependem de um sistema de transportes eficaz que contribua para atenuar a insularidade.

São variadíssimos os motivos que levam os açorianos a deslocarem-se. Sejam viagens de negócios, em lazer, ou para terem acesso a melhores cuidados de saúde, os açorianos precisam de um modelo de transporte articulado e que tenha em consideração as realidades de cada ilha.

A ilha de Santa Maria é, atualmente, servida por 9 voos semanais durante o Inverno IATA, tendo, de há alguns anos para cá, sido retirado o voo da quarta-feira de manhã pelo facto de, segundo o Governo, estarem a ser cumpridas as 9 frequências semanais mínimas previstas nas Obrigações de Serviço Público e a taxa de ocupação ser de 75%. Foram, também, alterados os horários dos voos ao final do dia, passando para o meio da tarde.

Passemos, então, aos constrangimentos provocados por estas alterações:

No que diz respeito ao acesso aos cuidados de saúde, com a retirada do voo à quarta-feira de manhã, os marienses usufruem apenas de 2 dias por semana, segunda e sexta-feira, para se deslocar à ilha de São Miguel sem que isso implique uma pernoita. Nos restantes dias é obrigatório pernoitar na ilha vizinha e, em muitos casos, 2 noites dependendo do horário da consulta. São 3 dias de participações de diárias, 3 dias em que os utentes estão fora das suas casas e das suas famílias e 3 dias em que estarão ausentes do trabalho e, no caso das crianças, ausentes da escola.

A deslocação de mais médicos especialistas à Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria, mais 1 voo semanal e melhores horários, associados a uma visão concertada entre as diferentes secretarias do Governo, certamente causariam menos constrangimentos aos marienses que se deslocam à ilha de São Miguel por doença.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

A Oradora: Para quem se desloca em trabalho ou em lazer as preocupações são outras. Os voos estão quase sempre lotados, sendo difícil conseguir uma viagem sem antes passar pela incerteza de obter confirmação numa lista de espera. O horário de voo à sexta-feira à tarde inviabiliza na maioria dos casos que os marienses a viver fora da ilha e os restantes açorianos possam deslocar-se à ilha de Gonçalo Velho para desfrutar do fim de semana. O mesmo acontece de Santa Maria para São Miguel, sendo que o horário deste voo e o horário do voo de sábado influenciam negativamente a taxa de ocupação dos voos de e para a ilha de Santa Maria.

Apesar de a SATA cumprir com as 9 frequências semanais previstas nas Obrigações de Serviço Público, não cumpre, contudo, com os 900 lugares semanais previstos no mesmo documento.

E, portanto, ficam as questões:

Quando será reposto o voo da quarta-feira de manhã?

Quando serão revistos os horários de modo a servir melhor a população mariense?

No caso da saúde e uma vez que isso influencia também os lugares nos aviões, se teremos para 2020 mais médicos especialistas a deslocarem-se para Santa Maria.

Estas situações aqui descritas não são lamúrias dos marienses, mas sim reivindicações de um povo que também conta. Infelizmente, fica muitas vezes a sensação de que para o Governo e para o Partido Socialista uns contam mais do que outros.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bem, aqui a declaração acabada de efetuar pela minha ilustre colega Elisa Sousa revela, mais uma vez, uma questão que é importante definir e clarificar. É verdade que as frequências para Santa Maria não são aquelas que os marienses desejariam. É verdade. Mas não é menos verdade que relativamente à questão dos horários da SATA, se nos daria mais jeito ter um voo a hora diferente daquela que existe, a verdade é que temos que ter a noção de que ou bem que se tapa os pés, ou bem que se tapa a cabeça, porque não é possível assegurar e querer assegurar, como este horário assegura, que todos os marienses possam no mesmo dia chegar a qualquer parte do País e por outro lado querer que o voo se faça a uma hora diferente e com isso impedir que essa acessibilidade ao exterior se torne possível.

E, portanto, parece-nos que o desejável para todos seria uma situação em que os recursos não fossem escassos e, portanto, que não houvesse limitação e nós tivéssemos horários a quase todas as horas. Mas isso não é o que se passa. E, portanto, havendo necessidade de racionalizar, que é o que acontece, embora se possa perceber que os marienses sintam necessidade de ter um horário diferente, é compreensível que a opção tem que ser tomada por uma via ou por outra.

Diferente é aquilo que já ouvi, que é um perfeito disparate, não sei a quem ou a que setores servirá, de ouvir dizer que o horário da SATA devia passar a ser mais tarde um bocadinho de manhã. Ora, no dia, e se não sabe deveria sabê-lo, no dia em que a SATA iniciasse voos a partir das 9h da manhã, como

já sugeriu, o que aconteceria era que a VINCI daria resposta a uma ansia que tem de longa data, de encerrar o Aeroporto de Santa Maria durante o período noturno, o que favorecia certamente alguém que não Santa Maria, nem os marienses, nem muito menos a Região também, obstaculizando a existência de escalas técnicas. E, portanto, isso não serve os marienses nem serve os Açores, nessa perspetiva.

Mas isso também tem revelado aqui, de alguma forma, aquilo que os senhores... não é a oposição porque nem toda a oposição tem denotado essa característica, mas alguma oposição, designadamente a do Partido Social Democrata tem revelado aqui, durante o dia de ontem e já hoje, uma enorme impreparação para o debate que aqui está. Julgavam os senhores que o Governo e o Partido Socialista viriam dizer que isto é tudo um mar de rosas.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não tem feito outra coisa! O senhor tem estado desatento!

O Orador: Não, ficaram surpreendidíssimos porque aquilo que se passou até agora foi exatamente reconhecer que muita coisa foi feita e bem, mas há muitas coisas a fazer e que será efetuada por este Governo que tem propositura, tem ideias e tem uma visão de futuro para os Açores...

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: ... e que não se compadece com o ar derrotista e sistematicamente bota abaixo que veio desse lado.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

O Orador: E, portanto, o que eu vos diria, muito sinceramente, é: preparem-se e depois, sim, então venham ao debate!

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Voices dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, tenho algumas questões para colocar.

A primeira tem a ver com um requerimento que o Grupo Parlamentar do PSD apresentou em maio de 2019 e, portanto, cujo prazo de resposta está ultrapassado em 120 dias e tem a ver com um pedido de informações sobre a aeronave A320 da SATA.

A segunda questão tem a ver com o processo da rescisão do contrato com o armador para a Atlânticoline no primeiro navio da operação sazonal no ano passado, ou este ano ainda, em que supostamente há direito a uma indemnização. E, portanto, a pergunta era: qual é o ponto de situação em termos da possibilidade da Atlânticoline receber essa indemnização.

A terceira questão, da Atlânticoline ainda, tem a ver com a situação dos navios para a próxima operação sazonal, se estão assegurados já os navios para a próxima operação sazonal.

E a quarta questão tem a ver também com um requerimento do PSD, este mais antigo, de abril de 2019, portanto, já foram ultrapassados 180 dias e tem a ver com um conjunto de informações que foram pedidas sobre a obra da Casa da Autonomia e que não tivemos resposta ainda passados 180 dias do prazo.

Muito obrigado.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Já está respondido!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Não está atento! Já está respondido! Já está na página!

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (*Ana Cunha*): Está respondido!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sras. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Bem, eu tenho muito pouco tempo e por isso, por uma economia de tempo e de meios, dizer que subscrevo integralmente aquilo que foi afirmado por parte dos meus colegas do Grupo Ocidental em relação às dificuldades de abastecimento das ilhas do Corvo e das Flores. Subscrevo, quer o que disse o Sr. Deputado Bruno Belo, quer o que disse o Sr. Deputado João Corvelo e também tudo aquilo que eu disse ontem, que tive oportunidade de dizer no âmbito da discussão neste Plenário.

Em segundo lugar, quero dizer o seguinte: a Sra. Secretária não abordou o problema da SATA. A Sra. Secretária não veio aqui assumir as suas responsabilidades. A Sra. Secretária não veio aqui pedir desculpa aos açorianos pela situação em que os senhores deixaram a SATA, a empresa, na situação em que ela ficou.

Eu ainda quero aqui voltar a denunciar a cobardia política que foi o facto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, certamente com instruções do Governo Regional, impedir que seja ouvido em Comissão o ex-Presidente do Grupo SATA, porque o ex-Presidente do Grupo SATA saiu com críticas ao Governo Regional. E os senhores, condenando em absoluto a democracia, violando as regras democráticas, os senhores não tiveram a coragem de permitir que o Sr. ex-Presidente do Conselho de Administração fosse ouvido pelo conjunto dos Deputados, para que lhe fossem colocadas as perguntas que têm que ser colocadas e saber quais são as responsabilidades do Sr. Presidente do Governo Regional e do Governo Regional no seu todo em

relação à gestão desastrosa da SATA que está a provocar um desequilíbrio profundo, que já se viu neste Orçamento! E, portanto, deixar aqui esta condenação firme em relação a esta atitude absolutamente antidemocrática!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem então agora a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Venho a debate porque foram colocadas aqui questões que, efetivamente, preocupam-nos, preocupam a todos e que importa talvez clarificar ou tentar pelo menos fazê-lo. Todos sabemos que a situação decorrente do furacão Lorenzo causou perturbações em todo o circuito de abastecimento às ilhas das Flores e do Corvo, que têm sido minoradas. Infelizmente, ao contrário do que era vontade de todos, as coisas não têm corrido da forma que era expectável e desejável. Isso, naturalmente, causa dificuldades a todos, comerciantes, à população em geral.

E importará, a bem da verdade, dizer-se que tem sido feito um trabalho difícil, moroso, mais moroso do que aquilo que era expectável e desejável, mas está a ser feito pela Portos dos Açores.

E, como ontem o Sr. Presidente do Governo afirmou, logo que a dragagem esteja completa e que haja um novo edital por parte da Capitania, outro barco, que já está referenciado, será alocado a este abastecimento e aí “reposta” a normalidade possível, com abastecimentos que se prevê que sejam semanais. Portanto, é certo que neste momento temos este problema, que está a causar dificuldades, mas tudo está a ser feito para os minorar e para os ultrapassar. Há, efetivamente, questões que nos ultrapassam. E uma delas é, efetivamente, as questões do estado do tempo. O estado do tempo não tem sido o mais favorável. Tivemos, efetivamente, o chamado “verão de São

Martinho”, mas nos últimos dias temos tido, efetivamente, mau tempo, com avisos amarelos e encerramento do porto. E, portanto, aquilo que era expectável de abastecimento foi, infelizmente, cortado.

Não coloco em questão as fotografias e o estado de certa mercadoria que chegou, ilustradas pelas fotografias do Deputado Bruno Belo que as mostrou aqui no Plenário. Efetivamente, eu tive oportunidade de constatar. Tenho conhecimento destas situações.

E também queria deixar, para terminar, uma correção: o Sr. Presidente do Governo, ontem, disse o que disse, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Citei as palavras!

O Orador: ... não foi que não ia ter em atenção aos prejuízos causados aos comerciantes.

Deputado Bruno Belo (PSD): Eu não disse isso!

O Orador: Disse claramente que iam ser indemnizados em função dos prejuízos efetivamente existentes. Foi isso que eu depreendi e entendi da intervenção do Sr. Presidente e penso que não estarei enganado nessa minha leitura.

Portanto, há constrangimentos, nós somos os primeiros a reconhecer. Tivemos as jornadas parlamentares onde tivemos a oportunidade de ver, todo o Grupo Parlamentar, coincidentemente foi nas jornadas parlamentares de apreciação do Plano e Orçamento para 2020, e tivemos oportunidade de contactar e reunir com os comerciantes, onde ouvimos de viva voz todas as suas reclamações...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem lembrado!

O Orador: ... e todas elas foram atendidas.

Deputado Luís Maurício (PSD): Nós também!

O Orador: Portanto, há uma atenção que tem sido dada, não tem sido descorada. Não tem corrido como todos nós certamente desejaríamos. E era este o nosso propósito.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Bruno Belo, para uma interpelação, tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, eu solicitava que a Mesa, logo que possa, distribua a transcrição do Diário das Sessões, na sequência da minha pergunta sobre se o Sr. Presidente do Governo concordava, ou não, com a suspensão dos encargos de segurança social das empresas e dos trabalhadores independentes.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vai-se requerer então a transcrição do Diário de ontem.

Vamos fazer um intervalo, regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 32 minutos.

Presidente: Vamos dar continuidade aos pedidos de esclarecimento. Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Mendes.

Eram 12 horas e 06 minutos.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional dos Transportes, o contributo para a redução das emissões de CO2 será tanto maior quanto maior o número de passageiros

regulares nos transportes públicos coletivos. Aliás, bem maior do que propriamente o incentivo à mobilidade elétrica pelo automóvel particular. É nesse sentido que realçamos o Projeto de Mobilidade Sustentável da Câmara Municipal da Lagoa, o qual incluirá um circuito municipal de transportes públicos elétricos.

Pretende o Governo Regional implementar um projeto semelhante, mas com uma abrangência regional?

Está o Governo Regional disponível para, até aproveitando a abertura de novos concursos para a concessão do transporte público coletivo, proceder a uma redução substancial dos tarifários, com reflexo direto no custo dos passes sociais dos transportes públicos coletivos, aliás, em linha com aquela que é uma tendência europeia e nacional?

E disponibilidade também para flexibilizar a gestão dos trajetos para introdução de passes sociais para zonas ou mesmo para ilha?

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros. Prescindiu. Pergunto se há mais inscrições. Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas do Governo:

Começando pelas questões colocadas pelo Sr. Deputado Bruno Belo, tem sido conhecimento da Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas, Direção Regional dos Transportes, Fundo Regional de Coesão, que tem constituído a equipa que tem estado à frente da operacionalização da logística de abastecimento à ilha das Flores e à ilha do Corvo, que tem chegado, de facto, alguma mercadoria estragada, aliás, também do que acontecia por vezes com a mercadoria no Corvo. Nesse sentido, o que é que fizemos e sendo esta, neste momento, a única forma de abastecimento à ilha

até termos um novo edital? Fizemos reuniões com os empresários locais. Trouxemos uma representante dos empresários locais para uma reunião na Terceira com o operador TMG e ainda com os diversos transitários no sentido de os sensibilizar para o acondicionamento um pouco diferente da mercadoria, uma vez que grande parte é acondicionada em paletes.

O que lhe posso dizer é que, fora a parte das fotografias que mostrou aqui, que quis trazer aqui para causar algum impacto, está no seu direito, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É a realidade!

A Oradora: ... tem sido uma constante das pessoas das Flores e pessoas com responsabilidades políticas e que representam os florentinos falar connosco e trazer-nos essas situações para que nós possamos responder e resolvê-las caso a caso. Tenho pena que nesse caso não tenha sido essa a sua opção.

Deputado Bruno Belo (PSD): O lugar é este!

A Oradora: Em relação aos apoios e batendo na questão da mercadoria estragada, deve ser do seu conhecimento que foi aprovada uma resolução do Conselho do Governo, logo no dia 11 de outubro, que permite que a Vice-Presidência, que tem a área da economia nesta parte, aprove apoios que visem fazer face a prejuízos e danos causados, nomeadamente aos comerciantes, por esta situação causada pelo furação Lorenzo.

Para além disso e ao contrário do que o senhor disse, as palavras do Sr. Presidente, de ontem, não foram no sentido de excluir a hipótese de qualquer apoio. Quer as do Sr. Presidente, quer as do Sr. Vice-Presidente, que tiveram ocasião de falar sobre o assunto, mencionaram que, na justa medida desse prejuízo e devidamente comprovado, há disponibilidade para apreciar...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

A Oradora: ... a concessão de apoios para ressarcir em termos indemnizatórios, para ressarcir prejuízos que os comerciantes estejam a ter

pelo facto de a ilha estar a ser abastecida de uma forma excecional e que não é de todo a ideal. E, aliás, o que o Sr. Presidente disse foi isso, não foi outra coisa.

Deputado Bruno Belo (PSD): Eu só citei o que o Sr. Presidente disse!

A Oradora: Pois, eu também posso-lhe citar. E o Sr. Presidente disse, por exemplo, que “em relação ao prejuízo que está, como já referido e bem pelo Sr. Vice-Presidente do Governo, nós estamos disponíveis para, na exata medida desse prejuízo que resulta (...)” e depois explicou que estava disponível para...

Deputado Bruno Belo (PSD): Mas eu não disse o que o Sr. Presidente não disse! Eu disse o que o Sr. Presidente disse!

A Oradora: Mas isto foi o que o Sr. Presidente também disse nas suas declarações. Portanto, isto de sair do contexto não é o mais correto.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, em relação às empresas que ainda não receberam mercadorias, aproveitando um pouco o que disse ao Sr. Deputado Bruno Belo, dizia-lhe que é um trabalho que temos estado a fazer juntamente com os transitários e com os comerciantes no sentido de localizar as mercadorias que estão atrasadas. E em grande parte tem sido feita uma recuperação dessas mercadorias, que têm chegado à ilha do Corvo. Temos alguns empresários que já as receberam e outros que ainda não. Mas, nomeadamente, a reunião que lhe falei, que fiz menção, tida, por exemplo, esta semana, na segunda-feira, permitiu também desbloquear algumas situações muito concretas de que tínhamos conhecimento.

No que se refere ao doente que fez a viagem Flores/Horta/Pico e sendo que o Horta/Pico foi por barco, tenho conhecimento apenas de um. Aliás, foi essa a informação transmitida pela minha colega Secretária Regional da Saúde. E o que aconteceu foi que o utente se dirigiu tardiamente para a emissão do bilhete e a reserva do voo foi cancelada. E, nesse sentido, teve que ser

reacomodado noutra situação. Tenho conhecimento de uma situação. Se o Sr. Deputado quiser fazer chegar as outras... E confesso-lhe que tive agora mesmo. Com a colaboração da minha colega é que lhe pude responder.

Sra. Deputada Elisa, em relação às viagens de quarta-feira, é uma reivindicação que já existe há algum tempo e que a SATA tem vindo a tentar acomodar. Nomeadamente, nos meses de verão já efetua esse voo de quarta-feira. Nos meses de inverno, neste momento, e tendo a operação delineada, não consegue acomodar sem ter que incorrer em custos acrescidos. Dir-lhe-ia ainda que a SATA cumpre o mínimo das 9 frequências semanais previstas nas OSP, mas oferece mais cerca de 500 lugares, o que, presumo eu, seja possível pela troca de equipamentos. Não há qualquer incumprimento das OSP em relação a Santa Maria.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros, em relação ao requerimento do A330, está em falta, de facto. Na próxima semana contamos respondê-lo. O requerimento da Casa da Autonomia, já confirmei, foi respondido na passada sexta-feira.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Chegou esta manhã!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Vi ontem!

A Oradora: Em relação à rescisão da Atlânticoline...

Todos os dias são dias, senhor.

Deputado Luís Maurício (PSD): Todos os dias são dias e o que interessa é quem interfere nesses dias!

A Oradora: Em relação à rescisão da Atlânticoline com o armador, a Atlânticoline já reclamou junto desse armador o valor das penalidades. Apesar de não ter havido qualquer contestação ao valor apresentado pela Atlânticoline por esse armador, não houve o pagamento efetuado de forma voluntária no prazo que foi concedido para o efeito e, portanto, a Atlânticoline terá que agir judicialmente contra esse armador.

Sr. Deputado Paulo Mendes, em relação à redução do valor dos passes sociais suportados pelo Governo Regional dos Açores, já lhe tinha respondido na Comissão de Economia que para este próximo ano não se prevê a redução do seu valor.

E quanto ao contributo para a redução do CO2, também lhe respondi na altura que, no âmbito dos novos concursos para concessão do transporte coletivo de passageiros, estava a ser equacionada, juntamente com a questão da renovação de frota por parte do concessionários, a adoção de energias não poluentes e alternativas, entre elas a elétrica, sendo que não excluimos as restantes. É um estudo que vai ter lugar nos primeiros 6 meses do ano de 2020 e que, como também lhe referi na altura, tem alguma ligação com as novas fontes de financiamento comunitário de apoio à renovação da frota para os concessionários.

Muito obrigada.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): A Sra. Secretária esqueceu-se da minha resposta!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou ser muito rápido porque não tenho tempo neste debate, restam-me 2 minutos para fazer as minhas perguntas.

Sra. Secretária, em relação ao que disse e ao que acusou o Deputado Bruno Belo, de não estar em contacto direto consigo, esta situação não acontece connosco porque temos estado em contacto todas as semanas, depois do furação Lorenzo, com S. Exa.

O que acontece em relação ao doente, não é só um doente, são vários doentes. Não é só os doentes, mas também pessoas. Ou seja, o que quero transmitir é que a situação tem acontecido regularmente, desde há tempos, que os voos estão completamente cheios do Faial para Ponta Delgada e as pessoas das Flores não têm mobilidade na nossa companhia aérea, que é a SATA.

O que peço a V. Exa. é que a situação seja regularizada porque as pessoas das Flores, neste momento, não conseguem chegar a Ponta Delgada, a não ser que façam a saída no Faial, apanhem o barco para o Pico e do Pico consigam chegar a S. Miguel. Peço à Sra. Secretária para que se regularize a situação para que seja reestabelecida a mobilidade das pessoas das Flores e do Corvo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Elisa Sousa.

(*) **Deputada Elisa Sousa (PSD):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo (que por acaso até não está presente), Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, não é possível nós falarmos em 18 voos, ou seja, dizer que são 9 frequências de Ponta Delgada para Santa Maria e de Santa Maria para Ponta Delgada mais 9 frequências, mas não falarmos de 1800 passageiros. Então, porque se são 9 voos a sair de Ponta Delgada para Santa Maria, à partida teriam de transportar, segundo as Obrigações de Serviço Público, 900 passageiros. Portanto, tudo o que vem para Santa Maria tem que seguir, seriam mais 900 passageiros para fora. Estaríamos a falar então de 1800 passageiros. E falando em 1800 passageiros, a SATA transporta atualmente nas duas pernas, vá, 1440. Ficariam em falta 360 passageiros. Se me disser que não é assim que me está a dizer, significaria então que aquele caderno de encargos construído não tem em consideração as efetivas necessidades da ilha, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... porque estaria a falar em 450 passageiros por cada uma das pernas, o que não é necessariamente o que está lá escrito. Eu acredito que seja mais fácil dizer desta forma para justificar o facto de a SATA estar em falta com 360 lugares para Santa Maria.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: Sr. Deputado João Vasco Costa, chegar aqui e dizer que eu estou mal preparada não é uma verdade.

Deputado João Vasco Costa (PS): Então é verdade!

A Oradora: Digo-lhe, desde já, que se tivesse ido ao Conselho de Ilha de Santa Maria, onde o senhor tem assento, teria ouvido da minha boca, que fiz um trabalho com os voos de entrada e saída de Santa Maria e de todos os aeroportos dos Açores e contruí dois modelos com horários que seriam mais úteis e mais consistentes para os marienses. Como é óbvio, e nisso eu concordo consigo, há efetivamente pontos negativos ao se alterar os horários, mas também há pontos positivos e o que é preciso pesar na balança é se os positivos neste momento são os melhores, ou não, a considerar, ou seja, se neste momento a balança pende para o positivo com os horários que temos, ou se deveremos alterar em função daquelas que são as reais necessidades dos marienses.

E da sua parte, lamento que se tenha levantado dessa cadeira para defender as cores do seu partido, em detrimento daquelas que são reivindicações dos marienses.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, não me diga que teria tido um tratamento diferente aos florentinos se eu tivesse falado consigo pelo telefone! E se calhar a Sra. Secretária não está a ser exatamente justa naquilo que acabou de dizer.

Segunda questão, a Sra. Secretária não me respondeu à questão de como está o Governo a pensar fazer sair os animais da ilha das Flores.

E há uma questão, também, Sra. Secretária: os prejuízos que a Sra. Secretária falou que estão a ser inventariados pela Vice-Presidência também contemplam as perdas de faturação das empresas? Isso é aquilo que eu me referia. Foi aí que eu me referi junto do Sr. Presidente do Governo em relação à suspensão da Segurança Social. E foi na sequência dessa questão que o Sr. Presidente do Governo disse o que disse, Sra. Secretária. E esses prejuízos são necessários serem inventariados, são necessários serem compensados na medida do possível aos empresários.

E repare uma coisa, Sra. Secretária, como disse o Presidente da República, a solidariedade não se esgota num minuto, num momento, deve continuar.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, só para perguntar o que é que vai fazer com os 13 milhões que estão para aquisição dos tais 2 novos barcos, ...

Deputado Mário Tomé (PS): Navios!

A Oradora: ... (eu não posso perder tempo) 13 milhões que deixaram de ter verbas de fora. Neste momento, são só do Plano, 13 milhões. Temos imensos problemas para adquirir outros barcos, que são mais necessários à Região. Isto já foi um barco de 85 milhões, agora já são 2 barcos.

Deputado Mário Tomé (PS): Navios!

A Oradora: Neste Plano e Orçamento, 13 milhões só do Plano. Desapareceram as verbas europeias. O ano passado eram 2.4 milhões do Plano e 5.8 milhões de fundos europeus. Quero saber o que aconteceu aos fundos europeus e para que é que estão lá 13 milhões.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Falou-se na SATA e o Sr. Presidente do Governo e o Sr. Vice-Presidente do Governo desapareceram da sala. Regressam agora, tenho que fazer esta justiça.

E a verdade é esta, o que eu vos pedi...

Ah, já vai sair outra vez!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Já volto!

O Orador: Já vai sair outra vez!

A questão que eu lhe tinha para colocar e que lhe coloco à mesma é a seguinte: e responsabilidades que o Governo Regional assume em relação à SATA? O que é que os senhores têm a dizer sobre isto?

E uma pergunta específica ao Sr. Vice-Presidente do Governo Regional. O Sr. Vice-Presidente do Governo Regional diz: o novo administrador terá total autonomia. Os outros não tiveram?! E o que é que significa esta autonomia?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É estranho. Nestas questões a Sra. Secretária fica sozinha, o Sr. Vice-Presidente desaparece!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meus colegas do Governo:

Sra. Deputada Elisa, pelas minhas contas e por aquilo que me diz a SATA, os mínimos nas OSP para Santa Maria são 900 lugares. E pelas nossas contas dão, na oferta do plano de exploração, 1620 lugares.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para açorianos!

A Oradora: Desculpe? Para Santa Maria.

Segunda questão, do Sr. Deputado Bruno Belo, eu não lhe disse que tinha tratamento privilegiado por falar com a Secretária ou deixar de falar com a Secretária. O que eu lhe disse foi que se as pessoas têm verdadeiramente vontade de resolver as situações das pessoas que os elegeram, vão diretamente ao assunto, sem prejuízo de depois vir para aqui fazer o seu número.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Vir para aqui fazer o seu número?!

Deputado Bruno Belo (PSD): E a senhora sabe o que eu fiz?

A Oradora: Vão diretamente ao assunto, falam connosco e dizem o que é pretendem! Que é isso que interessa, resolver a situação das pessoas que estão em dificuldades! Isso é que interessa!

Em relação aos apoios à empresa e naquele que referiu em concreto de apoio à perda de faturação, retomando as palavras do que foi dito aqui pelo Vice-Presidente e pelo Sr. Presidente, se houver de facto uma diminuição da faturação das empresas das Flores, comprovadas, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Claro, ninguém quer esmola!

A Oradora: ... naturalmente que comprovadas pela apresentação da faturação referente ao ano transato ou há 2 anos, etc., o Governo está disponível para analisar essas situações. Pode não ser exatamente nos moldes em que o Sr. Deputado propôs de redução ou diminuição ou isenção do pagamento da Segurança Social dos trabalhadores que tiverem a seu cargo. Há inúmeras formas de apoio. O que eu lhe quis transmitir foi que foi aprovada uma resolução em Conselho do Governo, a 11 de outubro, que dá, desde logo, ao Sr. Vice-Presidente, que tem competência nesta área, a possibilidade de aprovar diversas formas de apoio aos comerciantes da ilha das Flores. E é isso que tem que ser explorado.

Para além disso, no Orçamento que está aqui em votação há também uma cláusula muito interessante, e que creio que é peregrina nesta área, de contratação de um seguro de transporte.

Deputado Bruno Belo (PSD): Uma proposta nossa também!

Deputado Carlos Silva (PS): A proposta é do Governo, não é sua!

A Oradora: Que não é fácil, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Eu sei!

A Oradora: ... porque o Sr. Deputado sabe perfeitamente que no dia a dia ninguém consegue fazer esse contrato. E a Região prontificou-se a diligenciar junto do mercado das seguradoras a conseguir um seguro excepcional...

Deputado Bruno Belo (PSD): Nós propusemos isso!

A Oradora: ... para o transporte de mercadoria, sobretudo enquanto encontrar-se nesta situação de ter que ser a mercadoria desconsolidada na Terceira e virem paletes para as Flores. A este propósito gostava também só de lhe dar uma nota: eu também falo com as pessoas e também já estive no local. Não estou em tanta permanência como o Sr. Deputado, mas também

já estive no local. E há casos maus e há casos bons. Basta estar em cima do porto e ver como são descarregadas as mercadorias.

Deputado Bruno Belo (PSD): Exatamente!

A Oradora: Basta estar lá para perceber que há muitas situações que se resolvem e há muitas situações que correm bem. Isto não quer dizer que não haja muito para trabalhar para que as coisas voltem ao seu normal.

Sra. Deputada Graça Silveira, em relação ao navio, a Sra. Deputada voltou a falar nos 2 navios, mas eu recordo-lhe que há resolução do Conselho do Governo...

Deputado Bruno Belo (PSD): Continua sem responder à questão dos animais!

A Oradora: ... que traduz claramente a opção do Governo para avançar agora com um e mais tarde então com outro. E, portanto, o valor que está inscrito no Plano refere-se àquilo que é o cronograma de trabalhos de construção aliado ao cronograma financeiro, ou seja, no fundo, aquilo que a gente pensa ou prevê ter de construção do navio no ano de 2020. E inclui fundos comunitários.

Deputada Graça Silveira (Independente): Mas os fundos comunitários desapareceram!

A Oradora: Mas inclui fundos comunitários.

Faltou-me referir ao Sr. Deputado Bruno Belo, peço desculpa, a questão dos animais. É verdade que estimamos que existem cerca de 600 animais para sair das Flores...

Deputado Bruno Belo (PSD): Mais de 700!

A Oradora: ... e 70 para sair do Corvo. Mas também é verdade que já saíram 270 animais das duas ilhas no seu conjunto.

Deputado Bruno Belo (PSD): No último navio saíram 3 animais!

A Oradora: Também, a plataforma que foi às Flores conseguiu levar 70 toneladas de fatores de produção e de alimentos de animais, a par também de contentores de animais para permitir a sua extração porque ainda não havia contentores na ilha ou se havia, havia em pouco número.

Muito obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E a SATA?

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu já só tenho 1 minuto, mas... e a SATA?

Presidente: Desculpe, pensei que...

Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver. Sr. Deputado Luís Rendeiro, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O assunto que tenho aqui para colocar ao Governo e à Sra. Secretária Regional tem a ver com as nossas estradas. E todos nós sabemos que neste momento voltamos a ter um problema com a reparação das estradas da Região e que há aqui um desequilíbrio absoluto nas verbas que estão para este domínio, em que por um lado nós temos o peso da renda das SCUT que vale 5 vezes o custo do investimento na reparação e reabilitação de todas as outras estradas juntas de todas as ilhas dos Açores, incluindo a ilha de São Miguel. E, portanto, tendo em conta aquilo que são as competências da Região, de gestão das verbas do Plano, gostaria que a Sra. Secretária nos pudesse explicar o porquê deste tão profundo desinvestimento na reabilitação de estradas da Região e construção também de novas estradas,

causando os problemas todos que os açorianos verificam na utilização do veículo automóvel no seu dia a dia.

Para já, era só esta questão. Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver. Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, colegas do Governo:

Sr. Deputado Luís Rendeiro, o senhor sabe, e bem, as limitações de fundos comunitários que este Governo herdou do Governo da República do seu partido.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: E, nessa medida, o valor que existiu teve que ser muito bem e criteriosamente escolhido...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Como eu dizia, a existência de fundos comunitários em valor extremamente limitado obrigou este Governo a fazer uma seleção criteriosa dos investimentos a realizar, sendo certo que todos os outros que saem diretamente do Orçamento da Região também obriga a que haja seleção criteriosa. Nesse sentido, salientava aquilo que foi dito na minha intervenção inicial, de estar em curso um levantamento do estado da rede viária regional, integralmente com vista a planear as obras de beneficiação e melhoramento de todas as vias e de estabelecimento de prioridades, uma vez que os fundos comunitários que tivemos foram curtos.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária Regional.

Sr. Deputado Luís Rendeiro, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro** (*PSD*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não, Sra. Secretária, não é verdade aquilo que a Sra. Secretária disse. Em primeiro lugar, porque quando era governante o atual Deputado José Contente, que agora estava um bocado entusiasmado a ouvir as explicações da Sra. Secretária, não foi explicado aos açorianos que a construção de uma estrada com as características da SCUT iria condicionar os investimentos rodoviários que se realizassem em todas as outras ilhas dos Açores, incluindo as de São Miguel, por falta de financiamento.

Deputado Carlos Silva (PS): Condicionaram!

O Orador: E não, não é verdade aquilo que a Sra. Secretária diz em relação à insuficiência de financiamento comunitário.

(Apartes dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Isto é o habitual descontrolo emocional da bancada do Partido Socialista quando eu abordo algumas das questões.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Queres falar sobre os teus descontrolos?

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: No dia 20 de setembro de 2013, o Presidente do Governo Regional anunciou que o montante dos fundos comunitários para 2014/2020 superou as melhores expectativas. Na altura, até, pasme-se, foi das poucas circunstâncias em que o Governo Regional elogiou a governação da República de Paços Coelho (o Primeiro-Ministro de quem não gostam) por ter saído favorecida a Região nos montantes dos fundos comunitários.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Pois, se foi das poucas situações em que foi favorecida...

O Orador: Se a Região até foi favorecida e até aumentou os financiamentos comunitários a nível global, como disse, e bem, o Governo Regional, mesmo que a questão “estradas” tivesse limitações...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Ah! Ah!

O Orador: Ouça, Sr. Deputado! Não se excite! Esse aumento de financiamento permitiu alocar verbas a outras rúbricas, que permitiria, por sua vez, fazer opções do Plano com capacidade financeira própria para investir nas estradas. E, portanto, não, este Governo não investiu na rede viária nem nas estradas regionais por uma opção política.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não é verdade!

O Orador: E eu gostaria que o Governo explicasse o porquê dessa opção. Muito obrigado.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Que confusão vai nessa cabeça!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente do Governo, tem a palavra.

(* **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Membros do Governo: Eu vou intervir porque o Sr. Deputado fez referência à negociação deste Quadro Comunitário de Apoio. E quero dizer que aquilo que o Sr. Deputado disse demonstra que não sabe absolutamente do que é que está a falar.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é a habitual retórica do Sr. Vice-Presidente!

O Orador: Eu já lhe explico. Ao contrário do que o Sr. Deputado disse, foi considerado pelo anterior Governo da República uma prioridade negativa o investimento em estradas, ou seja, a primeira proposta que o Governo da República então de Paços Coelho e todos os outros... Não estou a fazer a

avaliação do Governo, não estou a fazer avaliações. Estou a ser concreto e objetivo.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não está a classificar!

O Orador: Enviou para a Comissão Europeia a informação que considerava que era prioridade negativa o investimento em estradas. Está escrito, foi assumido pelo Governo da República. Logo, não deveria haver no Quadro Comunitário 2014/2020 dotações para estradas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Depois o Sócrates quis esbanjar tudo!

O Orador: Entretanto, há uma alteração no Governo da República e tentam voltar atrás. E na negociação final com o então Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, ficou definido que se mantinha uma prioridade negativa, mas havia uma dotação de 200 milhões de euros para estradas para o conjunto do País. Dessa dotação, foi atribuída à Região 16 milhões de euros como limite máximo de investimento em estradas, que está totalmente executado. Portanto, Sr. Deputado, ao contrário do que o Sr. Deputado disse, por desconhecimento, o que é pena, ou se tinha conhecimento ainda é pior, a dotação para estradas não foi definida pelo Governo dos Açores. O Governo dos Açores sempre solicitou mais. Foi imposto pelo Governo da República depois de o Governo da República ter assumido perante a Comissão Europeia que neste Quadro não havia dotação de estradas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Veio para aqui dizer que foi uma grande negociação!

O Orador: Portanto, o senhor quer fazer essa intervenção, devia ter feito antes de 2014 e devia ter feito ao anterior Governo da República.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria agradecer ao Sr. Vice-Presidente do Governo a intervenção que fez e a oportunidade que me dá de lhe perguntar se a Região tem, ou não, capacidade para, através das verbas do Plano, tomar as suas opções de investimento que não ligadas aos fundos comunitários, porque não é só dos fundos comunitários que depende a capacidade de investimento da Região, como os documentos provisionais podem comprovar.

A segunda questão, Sr. Vice-Presidente, tem a ver com o facto do Governo Regional e dos departamentos sobre a sua tutela terem participado, já com o Governo da República que V. Exas. gostam, de António Costa e então da “geringonça”, na renegociação da reprogramação do Portugal 2020. E se nesse processo de renegociação tiveram ou não tiveram hipótese de se queixar e de denunciar e poder fazer alterações. Já a Comissão Europeia era outra, já não era Durão Barroso. Já o Primeiro-Ministro era outro, não era Paços Coelho, era António Costa. E, portanto, Sr. Vice-Presidente, teve ou não teve hipótese de renegociar?

E, Sr. Vice-Presidente, tem ou não tem hipótese de, com verbas do Plano, poder ter a manutenção e a renovação das estradas da Região como prioridade? Porque é importante que também se perceba: nem só de fundos comunitários vive a governação regional. E, portanto, é importante para financiar um conjunto enorme de áreas, mas também no Plano são inúmeras as rúbricas, muitas das quais na dependência direta de V. Exa., que não dependem de fundos comunitários e são opções diretas do Plano.

E a pergunta que eu fiz foi: explique, o Governo Regional, porque é que a manutenção das estradas da Região não foi prioridade.

Até porque há aqui um assunto importante, lateral, porque durante bastante tempo, para além dos fundos comunitários, este Governo andou a cobrar ilegalmente impostos aos açorianos sobre os combustíveis. E porque é que esses impostos não foram também investidos em quadro orçamental na renovação e melhoramento das nossas estradas?

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver.

Sr. Deputado Marco Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sobre a mobilidade e acessibilidades continuamos com as mesmas interrogações. O Triângulo, em concreto o Pico, continua a ter ligações aéreas a menos e consequentemente lugares a menos disponíveis. O Governo garante todos os anos melhores acessibilidades e todos os anos acabamos por ter bloqueios e até pedidos de desculpa (alguns envergonhados, por parte do Governo).

A nossa posição de exigência de mais lugares sustenta-se em dados concretos: procura do destino; capacidade Hoteleira Instalada. Portanto, estamos perante uma reclamação responsável e em nada lesiva da SATA.

Mas tenho também outra questão de princípio para o qual o Governo olhou para o Pico de forma discricionária. Senão, vejamos:

O Governo Regional assentou toda a sua narrativa sobre a economia do Pico, no crescimento do Turismo e do Enoturismo;

O Governo Regional negou-se a implementar medidas efetivas para fazer face à perda de 160 postos de trabalho no Pico, em 2018, no despedimento na COFACO, com o argumento da absorção dessa mão-de-obra por parte do setor do Turismo;

Ora, o Governo Regional com o falhanço nas acessibilidades não deu oportunidade aos empresários, que poderiam crescer, criar estabilidade, riqueza e absorver mais mão-de-obra.

As perguntas que têm de ser feitas de forma objetiva para 2020 são as seguintes:

A SATA terá, ou não, pilotos suficientes para garantir as ligações aéreas programadas?

A SATA terá aviões suficientes e pilotos suficientes para garantir estas linhas?

Será, ou não, aumentado o número de ligações para 2020?

Sra. Secretária, o avanço das obras do Porto Comercial do Pico, em S. Roque, continua a ser uma incógnita, diria um malabarismo político, porque de comício em comício se vai tentando embalar uma comunidade em redor de uma ambição justa e básica, mas que nunca se concretiza (nota que estamos a falar de um anúncio do Sr. Presidente Vasco Cordeiro, em 2012).

É certo que está neste Plano o Terminal de Passageiros, mas a notícia de abril era que avançava já e até ao momento não avistamos nada.

O mesmo se passa sobre a ampliação do Aeroporto do Pico. Arrastar ao máximo até ao calor do período eleitoral. Aliás, este assunto segura-se sempre no argumento dos fundos comunitários. Interessa questionar o Governo se neste momento tem os fundos comunitários salvaguardados para a obra de ampliação do Aeroporto do Pico.

E questionar se negociou para as infraestruturas aeroportuárias fundos para o Pico e para o Aeroporto do Pico.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu fico surpreendido por o colega Marco Costa falar na ampliação do Aeroporto do Pico, até porque (e já referi isto aqui não há poucos meses) os senhores eram contra! Os senhores foram contra, o vosso partido, a ampliação do Aeroporto do Pico. Basta ver os Diários das Sessões, em 2003, qual foi a opção do Dr. Mário Fortuna, vosso conselheiro financeiro, que achava, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Menos! Menos!

O Orador: ... na altura, que a pista não devia ser ampliada.

Calma! Muita calma!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Menos! Estás a esticar-te uma coisinha!

O Orador: E depois o colega Marco Costa fala na forma discriminatória como este Governo, como os Governos do Partido Socialista fizeram ou colocam a ilha do Pico de lado. Eu tenho que responder da seguinte forma: é que nesta legislatura estamos a falar de mais 220 milhões que foram investidos. Das 77 ações (registre o número, se faz favor) estão quase todas concluídas. Temos alguns impedimentos e constrangimentos, que é público, relativo ao Porto de São Roque porque é uma obra de difícil solução técnica. Não é fácil, mas estou convicto que vai ser feita. Depois, falar, por exemplo: na Casa dos Vulcões; na impermeabilização da Lagoa do Paul, da Ribeirinha; no Furo do Cabeço Pequeno; na Casa da Montanha; no Lar de Idosos da Madalena (quando ainda ontem falava na questão da ação social e da habitação, em que só nesta legislatura, a nível de habitação, obviamente dirigida para aqueles que mais precisam, que é para isso que todos nós aqui

trabalhamos, para os mais necessitados, estamos a falar de valores superiores a 1 milhão de euros); quer na empreitada do posto e das casas de apresto do Porto de São Roque; na área de estacionamento das viaturas de acesso à montanha; a nível de recursos hídricos só nesta legislatura o valor é superior a 3 milhões de euros, mais de 2 milhões no seu concelho.

E quando, de facto, os senhores, em 2017, a 26, 27 de fevereiro, aquando da intempérie que afetou o Porto da Madalena, propuseram 500 mil euros para o projeto, que nem dava para pagar o projeto, em que num espaço de 1 ano, com a celeridade devida, foi a obra reestabelecida. Falamos de um investimento que não fazia parte deste Plano, nem na altura em que a situação ocorreu, de mais de 5.2 milhões de euros.

Falamos, por exemplo, no núcleo de pescas da Madalena, obra importante, não só para os pescadores da Madalena, mas acima de tudo para todos os pescadores da ilha do Pico e para toda a frota que descarrega no Porto da Madalena, quer ao nível do atum, quer a nível da frota da pesca artesanal.

Por exemplo, há constrangimentos? Existem, sim, senhor. Nós vamos resolver tudo? Não resolvemos. Você foi autarca, como eu, e nós nas nossas Câmaras não conseguimos resolver tudo.

Deputada Mónica Rocha (PS): Não foi tão bom autarca!

O Orador: Mas uma coisa é certa, podemos falar, por exemplo, sempre que foi necessário e com questões que não faziam parte deste Plano, este Governo disse presente e seguiu em frente, tal como por exemplo o ATL que foi instalado na Casa do Povo das Bandeiras e a requalificação da ponte da Calheta, na Ribeira, em São Mateus.

Mas podemos falar também de economia, porque o meu amigo referiu que o Governo tinha tido uma ação discriminatória em relação à economia do Pico. E eu vou só dar alguns números. Veja, por exemplo, caro colega, nos últimos 4 anos, a ilha do Pico foi uma das ilhas que mais aproveitou o sistema de

incentivos e que tem contribuído para o desenvolvimento económico da ilha do Pico nas diferentes vertentes da área da economia, fomentando o surgimento de novas empresas, ...

Deputado Marco Costa (PSD): Pergunte se estão satisfeitos com os transportes aéreos!

O Orador: ... do emprego, que em 5 anos reduziu o número de desempregados na ilha do Pico em menos 43%.

Por exemplo, veja-se os 19 milhões de euros aplicados no Programa VITIS que tem permitido a reconversão da paisagem e o desenvolvimento do setor Vitivinícola, em que mais de 19 milhões foram no concelho da Madalena. Isso não interessa a área geográfica, mas potenciou a economia, mais empregos numa área essencial para o desenvolvimento da ilha do Pico. E aí tenho que dar os parabéns ao Sr. Presidente do Governo porque percebeu. E porque no período da Troika promovido pelo vosso Governo, o Governo de Paços Coelho, o tal que você era autarca como eu, em que considerou prioridade negativa a questão das asfaltagens. Portanto, não há que haver demagogia.

E para não me alongar mais porque o tempo é preciso, portanto, podemos falar por exemplo em relação aos transportes aéreos. Obviamente, todos nós, quer os Deputados da posição, ou da oposição, querem mais transportes, querem mais voos para as suas ilhas. Mas a SATA, esta empresa que é de todos nós, tem tido um papel fundamental para o desenvolvimento económico da ilha do Pico: mais dormidas, mais unidades hoteleiras. Porquê? Porque há uma confiança dos empresários do Pico no Partido Socialista e no Governo do Partido Socialista.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: (Ainda não lhe dei a palavra, Sr. Deputado. Calma!)

Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados:

Sra. Presidente, é para fazer uma interpelação à Mesa. Era no sentido de lhe perguntar se existe alguma incompatibilidade regimental entre as minhas perguntas sobre a SATA e a presença do Sr. Vice-Presidente e do Sr. Presidente na sala, neste hemiciclo. Era para lhe perguntar se existe alguma incompatibilidade, Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, como deve compreender, não lhe vou responder a essa questão porque... essa questão é colocada à Mesa, pronto, porque o senhor entendeu fazê-la, não é? Porque a pergunta não faz qualquer sentido, como o senhor sabe, não é?

Está inscrito. Tem então a palavra para uma inscrição, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O que lhe quero perguntar, Sr. Presidente, é o seguinte: se assume as suas responsabilidades na SATA, se assume as suas responsabilidades na catástrofe orçamental que a SATA está a enfrentar, se assume as suas responsabilidades do ponto de vista daquilo que pode significar para a SATA, para o futuro da SATA, para a sobrevivência da SATA, a gestão que fez, nomeadamente, quer do ponto de vista das implicações daquilo que obrigou a empresa a fazer num determinado período e também das escolhas que fez para a gestão da empresa.

E, já agora, Sr. Presidente, também lhe pergunto se subscreve o bloqueio do Partido Socialista a que o ex-Presidente do Conselho de Administração da SATA não possa ser ouvido democraticamente no Parlamento dos Açores, porque lhe imputou a si e ao seu Governo responsabilidades. Pergunto-lhe se subscreve essa questão.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, para uma interpelação? Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, uma interpelação à Mesa. Agradecia que fosse disponibilizado a tal resolução do Conselho do Governo que a Sra. Secretária me respondeu à minha pergunta dizendo que havia uma resolução do Conselho do Governo. A única que eu encontro é de há 2 anos, de 2017. No GaCS, a única informação que tem sobre a construção dos barcos é que, em agosto de 2019, tinha havido 2 concorrentes. Portanto, como foi uma resposta à minha pessoa remetendo para uma resolução do Conselho do Governo, que eu não consigo encontrar publicamente, só encontro a de 2017, que faça chegar à Mesa, porque publicamente o que sabemos é que houve...

Presidente: Já disse, Sra. Deputada.

A Oradora: ... 2 concorrentes em agosto. E, portanto, já temos 13 milhões para uma construção de 2 concorrentes que ainda nem sequer foram escolhidos.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Fica registada a sua interpelação.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Presidente do Governo, tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A resposta à questão do Sr. Deputado Paulo Estêvão é que eu e o Governo a que presido assumimos o compromisso, que, aliás, já é público, de fazer tudo para que a SATA continue a servir os Açores e os açorianos de forma cada vez mais reforçada, num contexto que é particularmente difícil, em que por exemplo só no ano 2019 já faliram 10 companhias aéreas. E, portanto, desse ponto de vista, não ignorando o contexto desafiante em que a companhia está, nós assumimos o compromisso de tudo fazer para que a companhia possa servir cada vez melhor os Açores, a sua economia e os açorianos.

Relativamente à questão da audição do antigo Presidente do Conselho de Administração, ele podia ser ouvido democraticamente, mas também julgo que é inquestionável que houve uma decisão democrática de não o ouvir.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Esta será a minha última intervenção. Fiquei sem tempo. Só dizer-lhe, Sr. Presidente, que não respondeu às minhas questões. É se assume as responsabilidades que teve, porque a questão não é apenas a conjuntura, a questão também é as decisões que teve, as decisões que tomou, as escolhas que V. Exa. fez, que indicou inclusivamente a este Parlamento em que disse que era o melhor do mundo, que era o melhor de sempre, que o senhor assumiu todas as responsabilidades.

E o que eu lhe quero perguntar é se agora assume também as consequências das decisões que tomou e se tem alguma coisa a dizer em relação a esta

matéria aos açorianos. Se assume as suas responsabilidades, que são evidentes.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Eu sei que custa ouvir, mas eu estou aqui para dizer aquilo que os açorianos, muitos açorianos, não todos com certeza, mas muitos consideram que o Sr. Presidente, a vossa gestão é uma gestão que é muito responsável pela situação que vive atualmente, que a SATA enfrenta.

E quero dizer também o seguinte, para terminar, fazendo referência ao Sr. Vice-Presidente. O Sr. Vice-Presidente disse: este novo Presidente do Conselho de Administração não é como os outros, este terá total autonomia. Isso significa o quê? Assumir a responsabilidade do Governo nesta matéria e assumir que foi a vossa intervenção que levou a SATA à ruína?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM esgotou o seu tempo para este debate. Pergunto se há mais inscrições. Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, caros colegas do Governo:

Só, muito rapidamente, para responder às questões que me foram colocadas pelo Sr. Deputado Marco Costa. Se a SATA terá pilotos e aviões e se conseguirá aumentar o número de ligações, para 2020, para o Pico, neste momento, a dotação de pilotos é suficiente. Número de aviões, são os que existem e que constam do plano de renovação da frota. A SATA está a trabalhar no sentido de reforçar as ligações para o Pico já no próximo verão. Porto Comercial de São Roque, como sabe, o Plano já contempla uma fase de obra da gare e do reordenamento do espaço envolvente com, por exemplo, a criação de mais estacionamento. No que se refere ao projeto propriamente dito do porto, está em execução pela Consulmar, é um projeto com uma

complexidade técnica fora do normal dadas as profundidades existentes e para onde deverá crescer a obra, mas é um projeto que está em execução.

E em relação à ampliação ao Aeroporto do Pico, como sabe, não foi um compromisso assumido para esta legislatura. Ainda assim, está em curso o estudo sobre a operacionalidade do Aeroporto do Pico, que poderá servir e servirá, ou não, de base a este investimento, sendo certo que em termos de Quadros Comunitários, o novo Quadro Comunitário de Apoio é que definirá se existem, ou não, fundos reservados para este tipo de infraestruturas.

Muito obrigada.

Deputado Marco Costa (PSD): O Sr. Presidente da Câmara de São Roque diz que está tudo salvaguardado.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Luís Rendeiro, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Bom, muito rapidamente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, optou por não responder às minhas questões e refugia-se na habitual retórica de quando lhe colocam questões complexas ou que não gosta, diz que as pessoas não sabem o que é que estão a dizer. Fez o mesmo quando tivemos o debate acerca da fiscalidade dos combustíveis, algo que o Tribunal de Contas, no seu relatório, irá responder e esclarecer brevemente.

Mas a pergunta que lhe faço mantém-se: se houve um aumento...

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... se houve um aumento do financiamento comunitário para a Região no atual Quadro Comunitário de Apoio, se houve uma reprogramação de fundos comunitários que voltou a favorecer a Região e se houve um conjunto de condicionantes no financiamento comunitário para as estradas. É porque esse dinheiro pôde ser aplicado noutro lado e, portanto, existem verbas do Plano, que não sendo colocadas noutro lado, podiam estar disponíveis para as estradas. O que é que motivou a decisão política deste Governo de desinvestir, nesta governação, nas estradas da Região e na segurança dos açorianos que utilizam o automóvel?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Carlos Ferreira, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Já percebemos que o Governo tem aqui alguma dificuldade em responder sobre a SATA.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não, não! Respondeu a tudo, Sr. Deputado!

Deputado Francisco Coelho (PS): Temos alguma dificuldade em circular, Sr. Deputado!

O Orador: Também percebemos que o Governo não quer responder sobre a rede viária regional no seu todo. E, portanto, vamos falar, Sra. Secretária e Sr. Presidente do Governo, da rede viária desta ilha. O Faial tem uma rede viária altamente degradada, quer municipal, quer regional, fruto de muitos anos de falta de investimento, com prejuízos para a economia e para a

qualidade de vida das pessoas. E o Plano para 2020 não apresenta solução para inverter esta situação.

O manifesto eleitoral do Partido Socialista, de 2012, o primeiro com o Sr. Dr. Vasco Cordeiro como Presidente do Governo, já prometia aos faialenses a reabilitação da ligação Largo Jaime Melo/Ribeira do Cabo, que finalmente vai dar agora os primeiros passos.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Já está em curso!

O Orador: Mas também prometia a ligação do ramal da Caldeira à Ribeira Funda, prometia a execução da segunda fase da variante à cidade da Horta e prometia ainda a requalificação de todas as estradas regionais que apresentavam, em 2012, Sr. Presidente, evidentes sinais de desgaste, nas palavras do manifesto do Partido Socialista de 2012.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: E importa lembrar que estas promessas não são apenas de 2012, para não virmos novamente com a história da prioridade negativa no financiamento comunitário, porque a reabilitação das estradas interiores da ilha do Faial é uma promessa do manifesto eleitoral do Partido Socialista de 2000. Com 19 anos, Sras. e Srs. Deputados. E a variante à cidade da Horta é uma promessa do Partido Socialista de 1996. Portanto, perguntava, Sr. Presidente do Governo: como é que o senhor pode explicar a esta Assembleia e aos faialenses que vai completar mais uma legislatura sem ter cumprido a promessa de reabilitar a rede viária da ilha do Faial?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Tiago Branco, tem a palavra.

(*) **Deputado Tiago Branco (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Marco Costa (PSD): Nunca falam é das obras que foram feitas sem fundos comunitários! Dessas nunca falam!

O Orador: Eu também vou falar sem fundos comunitários, não se preocupe.

Deputado Marco Costa (PSD): Não têm memória!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sobre esta matéria e já foi amplamente discutida em vários Planos, em vários momentos, todos nós sabemos a inegável dificuldade que é para o Governo Regional dos Açores e para as Câmaras Municipais desta Região, que se veem, hoje, também elas confrontadas com fortes dificuldades para manter a sua rede viária regional, que também elas, não só o Governo Regional, mas também elas estão impedidas de se socorrer desses fundos para reabilitar as suas estradas municipais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Há 20 anos!

O Orador: Mas, ainda assim, há um esforço que é feito e há esforços que têm sido realizados. Ainda esta legislatura, mesmo com os 16 milhões de euros, que são uma miséria para reabilitar estradas nesta Região, no Faial, por exemplo, já foi possível reabilitar 4 km de estrada, nomeadamente na estrada Príncipe Alberto do Mónaco, entre a freguesia das Angústias e a freguesia dos Flamengos. Já se fez isso, que era uma necessidade e foi feito. Isso é uma reabilitação de estrada regional.

Deputado Bruno Belo (PSD): Que não seja demais!

Deputado Luís Garcia (PSD): E a variante, desde 1996?

O Orador: E que estamos a fazer, os senhores falam em investimentos com fundos comunitários, fizemos um esforço... o Governo está a reabilitar a

estrada regional Largo Jaime Melo, que são 10 km de estrada, que são mais de 2 milhões de euros sem recurso a fundos comunitários!

Deputado Luís Maurício (PSD): Ora, um bom exemplo! Porque é que o Governo não faz isso?

O Orador: E, portanto, isto demonstra que, em situações mais prementes, o Governo Regional faz esse esforço, mesmo sem ter fundos comunitários à disposição, para reabilitar as estradas regionais.

E, portanto, a crítica dos fundos comunitários... obviamente que sem eles não é possível fazer tudo, mas ainda assim o Governo chega-se à frente para, com fundos próprios da Região, fazer isso. Como também está a fazer na reabilitação da estrada regional na zona de Pedro Miguel.

E, portanto, há muito mais a fazer nesta área, mas esperávamos que quem nos causou estes problemas...

Deputado Marco Costa (PSD): Os senhores já estão lá há 5 anos!

O Orador: ... apresentasse alguma solução concreta, alguma coisa que nos fizesse avançar nessa matéria.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O debate vai continuar da parte da tarde.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa que informe os tempos restantes.

Só um segundo...

Secretário: Os tempos restantes para o debate são os seguintes: o Governo dispõe de 76 minutos e 32 segundos; o Partido Socialista dispõe de 97 minutos e 05 segundos; o PSD dispõe de 57 minutos e 03 segundos; o CDS

dispõe de 39 minutos e 03 segundos; o Bloco de Esquerda dispõe de 5 minutos; o PCP dispõe de 1 minuto e 05 segundos; o PPM esgotou o seu tempo; e a Deputada independente dispõe de 1 minuto e 16 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Um bom almoço. Regressamos às 15h.

Eram 13 horas e 01 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Continuamos no âmbito do debate sobre os Transportes e Obras Públicas. Está inscrito o Sr. Deputado Carlos Ferreira. Prescinde? Pergunto então se há mais inscrições no âmbito deste debate. Julgo não haver. Sr. Deputado Carlos Ferreira, para intervir? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(* **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, peço a palavra para uma interpelação. Para que fique registado o silêncio do Sr. Presidente do Governo quando interpelado diretamente por mim quanto à rede viária da ilha do Faial e que fez questão de não responder à questão colocada.

Muito obrigado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): A Sra. Secretária respondeu a isso tudo! Pelo amor de Deus!

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos então, como tinha referido, avançar com as intervenções de tribuna.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As acessibilidades assumem um papel fundamental no desenvolvimento económico e social de uma Região insular como a nossa, onde a mobilidade de pessoas e de bens é primordial para a qualidade de vida, para a competitividade da nossa economia e para a nossa Coesão Social e Territorial.

As políticas desenvolvidas e concretizadas pelos Governos do Partido Socialista dos Açores, ano após ano, Plano após Plano, resultaram num sistema de transportes mais completo e mais eficiente, dotado de infraestruturas e meios que aumentaram a sua operacionalidade e segurança, que hoje é mais capaz de servir os açorianos!

Mesmo que custe a alguns, o setor dos Transportes é contribuinte positivo para o crescimento económico registado nos Açores, responsável por contribuir para o aumento do emprego, das exportações, do turismo em todas as ilhas, do consumo local dos nossos produtos regionais.

Falamos de um setor muito escrutinado pela nossa opinião pública, pela comunicação social, muito debatido nesta Assembleia, que precisa de constante análise e avaliação para que possamos projetar novas respostas e novas medidas para garantir a sua evolução e o futuro da nossa Região.

Falamos também de um setor que, ano após ano, tem atingido os melhores resultados de sempre! Nunca tivemos tantos voos, tantas ligações de e para a Região, nunca tivemos tantos voos interilhas. No ano passado, tivemos 22745 voos, o que representou um crescimento de 43% face a 2012.

Nunca tivemos tantas pessoas a desembarcar de e para a Região, e tantas pessoas a desembarcar em todas as nossas 9 ilhas.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Em 2018, tivemos 1 milhão e 618 mil passageiros desembarcados, o que representou um crescimento que ronda os 90% face ao ano de 2012. Ou seja, mais 765 mil passageiros a chegar às nossas ilhas, números que não podem, nem devem, ser desvalorizados.

Em 2019, face ao melhor ano de sempre, estamos a crescer 5,1%.

No total de passageiros desembarcados nos voos interilhas destaque para um crescimento médio de 62%, o que representou um aumento de 260 mil passageiros.

Estes resultados são factos! São dados concretos! São resultados positivos que levaram a uma alteração de paradigma. Passamos a ter aviões cheios, nomeadamente e principalmente na época alta, com alterações e implicações na vida dos açorianos!

Estes resultados e as suas consequências existem porque temos mais pessoas a viajar, porque temos mais turismo em todas as ilhas e não porque reduzimos a operação ou a oferta da SATA! Aliás, como podemos constatar estatisticamente, a operação da SATA tem crescido ano após ano.

Estes resultados são também fruto do trabalho meritório do Governo dos Açores do Partido Socialista, que realizou a maior reforma de sempre do modelo de acessibilidade de e para a Região, onde se concretizaram condições de promoção da igualdade de direitos a todos os açorianos, com proteção especial aos residentes e estudantes açorianos.

Deputado Luís Garcia (PSD): Fale das contas da SATA também!

O Orador: O novo modelo teve reflexos inequívocos nas dormidas e nos proveitos totais do turismo em todas as ilhas, com reflexo no emprego e no desenvolvimento económico de cada ilha, trabalho orgulhosamente realizado em conjunto com os novos empresários.

Entre 2012 e 2018, o setor do Turismo cresceu em 131% ao nível dos hóspedes, em 138% ao nível das dormidas e em 125% ao nível dos proveitos totais (aqui só na hotelaria tradicional).

Em 2019, face ao melhor ano de sempre, crescemos 17.2% ao nível das dormidas e crescemos 10.1% ao nível dos proveitos.

De referir também que na revisão do subsídio social de mobilidade reafirmamos que não pode ser posto em causa a mobilidade aérea dos açorianos, nem a importância que os transportes aéreos têm na economia dos Açores, nomeadamente no setor do Turismo.

Deputado António Almeida (PSD): Não parece!

O Orador: Mesmo com uma situação difícil, amplamente debatida e conhecida, a SATA é fundamental e estruturante para o desenvolvimento dos Açores. É um importantíssimo instrumento de coesão regional e territorial, que tem de, ano após ano, dar resposta ao incremento da procura, adequando e evoluindo a sua oferta de forma sustentada, garantindo a mobilidade e acessibilidade dos açorianos, permitindo o desenvolvimento de todas as ilhas da nossa Região.

Mesmo com limitações, foi a SATA a dizer presente nos últimos anos e a garantir a mobilidade a todas as ilhas e o seu desenvolvimento económico!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Isso é que é! Muito bem!

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

O Orador: A dizer presente e a garantir a mobilidade dos açorianos, por exemplo no Triângulo, por via das duas gateways, quando abandonados pela TAP com o patrocínio do PSD e CDS-PP no Governo da República.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Foi a SATA que permitiu a manutenção da acessibilidade, a manutenção de receita e empregos no Turismo em altura de crise dos nossos principais mercados emissores!

Confiamos na aposta do Governo no novo Presidente do Conselho de Administração da empresa para reverter a situação, garantindo a ambição de todos os açorianos de continuar a ter a SATA para os servir! Que consiga produzir resultados e trabalho que concretizem a necessária reestruturação financeira e operacional que permita o futuro da SATA!

Sras. e Srs. Deputados:

Nos transportes marítimos, relativamente ao transporte de passageiros e viaturas na Região, o Governo dos Açores do Partido Socialista pretende transpor para toda a Região os bons resultados conseguidos na operação regular do Triângulo, incrementada e melhorada após a aquisição dos 2 novos navios, garantindo um serviço de maior regularidade, qualidade e conforto e que adicionou o transporte de viaturas.

Nesta operação, destaque para o processo de substituição do navio “Mestre Simão” pelo navio “Mestre Jaime Feijó”, quer na celeridade na adjudicação da construção do navio, quer no próprio processo de construção, tendo este iniciado a sua operação ainda no ano de 2019, permitindo novamente condições e meios para recuperar o crescimento nesta operação.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

O Orador: Os acontecimentos deste ano, relativamente ao fretamento de navios para a operação sazonal, reforçam também a nossa convicção da necessidade de a Região ter navios próprios, sendo que está em curso o procedimento de concurso para a aquisição e construção do primeiro de 2 novos navios, que permitirá, por um lado, eliminar a incerteza e a redução

de custos com o fretamento de navios e, por outro, potenciar o desenvolvimento do mercado interno.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor já disse isso há 8 anos!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Por último, não podia deixar de referir a passagem do furacão Lourenço pelo nosso arquipélago, com implicações e danos, nomeadamente nas infraestruturas portuárias, que torna necessário o ajuste da política de investimento público, sendo necessário o seu reforço, a sua adequação e programação para os próximos anos, uma vez que terão elevados investimentos, com implicações financeiras ao longo de vários anos.

Os Governos dos Açores do Partido Socialista já provaram a sua capacidade de resposta perante adversidades e desafios provenientes da nossa natureza arquipelágica.

Acreditamos, mais uma vez, que em conjunto com todos os açorianos iremos ultrapassar mais este grande desafio de reconstrução dos nossos portos, normalizando o abastecimento das nossas populações, nomeadamente na ilha das Flores e do Corvo.

Vamos a isso! Vamos ao trabalho! Pelos Açores, com os açorianos!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos passar à próxima intervenção de tribuna. Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Discutimos, hoje, nesta Assembleia, o último Plano e Orçamento da presente legislatura. Debateremos, hoje, as políticas de governação socialista para o próximo ano, sendo este um Plano de continuidade, de não conseguir contribuir para uns Açores mais fortes, que só serão possíveis com ilhas igualmente fortes.

Nos últimos 3 anos, a governação socialista não conseguiu pôr de pé projetos estruturantes para o desenvolvimento da ilha Terceira e conseqüentemente o desenvolvimento harmonioso de toda a Região.

O eixo Porto da Praia/Base das Lajes, essencial para que seja criada riqueza, continua no mesmo impasse de há 4 anos atrás, pese embora no papel existam promessas. Mas neste caso concreto, o homem sonha, mas a obra não nasce.

Este Plano e Orçamento continua a não prever uma única obra nem o lançamento da primeira pedra em ano de eleições ou um único euro para a construção de um cais de cruzeiros no Porto da Praia da Vitória, resolução que foi aprovada por unanimidade nesta Casa.

Por isso, à semelhança do ano anterior, que a maioria socialista chumbou, voltaremos a inscrever uma rubrica para que finalmente se dê início aos procedimentos dos mesmos para que sobretudo passem dos estudos à obra, até porque já solicitamos cópia do dito estudo e que, curiosamente, ontem, obtivemos resposta, com 2 meses de atraso. Aguardemos agora o anúncio da melhor opção.

Ainda em relação a infraestruturas, tal como consta no manifesto da ilha Terceira, do PSD, para a regionais de 2016, iremos propor a construção de um entreposto de frio, reivindicação que consta sucessivamente nos pareceres do Conselho de Ilha e que muita falta faz, sobretudo nesta fase, por

exemplo, em que se verifica um acúmulo que carga no Porto da Praia da Vitória dirigida às ilhas das Flores e do Corvo. Certo é que o Porto da Praia é um dos motores para o desenvolvimento da Terceira e dos Açores, mas também é certo que são 23 anos de governação socialista e 23 anos de oportunidades perdidas para aquele porto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Mais um exemplo de que no papel cabe tudo é claramente o processo de certificação da pista da Base das Lajes. É notório que, do ponto de vista prático, este processo veio defraudar as expectativas criadas pelo Governo Regional junto dos terceirenses, sendo evidente que o prometido impacto positivo anunciado pelo Executivo ainda não se verificou, sendo que até momento não se possa falar de forma satisfatória sobre a captação de novos fluxos turísticos, pois os mesmos não existem. Mais uma vez, o homem sonha, mas ainda não voa.

Mas os exemplos de publicidade enganosa aos terceirenses não se ficam por aqui. A operação Madrid/Terceira é para quando? Relembro que esta foi uma aposta do Executivo para combater a taxa de sazonalidade na nossa ilha. Mas já estamos no final de novembro e espanhóis nem vê-los. Até parece que Brianda Pereira ressuscitou e os afugentou.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Aguardemos também o caderno de encargos desta operação, que foi solicitado em setembro de 2019 e que o Governo Regional ainda não enviou a esta Assembleia.

Claramente que não temos uma estratégia sólida para o setor. Isso é evidente. Não basta anunciar que se gastam 53% das verbas destinadas à promoção na

ilha Terceira, quando no dia a dia a realidade a que assistimos é outra. Basta analisarmos os números e falarmos com os empresários do setor.

É necessária uma estratégia concisa que assente em mais e melhores transportes aéreos e marítimos e, obviamente, numa promoção do destino mais eficaz junto dos mercados internacionais, focada no turismo de natureza, na cultura e em eventos, pois esta é a associação dos eixos, que conjuga e demonstra aquilo que nos caracteriza e o que de melhor temos para oferecer.

Há que combater o problema das acessibilidades, não só nos transportes aéreos, mas também nos transportes marítimos e até mesmo nos transportes terrestres.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

As baixas execuções dos sucessivos Planos no que à ilha Terceira dizem respeito refletem a importância que o Executivo dá aos terceirenses, assim com os sucessivos atrasos ou adiamentos de obras estruturantes para o potencial desenvolvimento da ilha e a sua importância no contexto da nossa Região: zona económica especial, Plano Juncker, PREIT, Azores Business Center, Terminal de Transhipment, Hub Logístico. São estes alguns exemplos da publicidade enganosa feita pelos socialistas...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... aos terceirenses, antes das eleições, durante o período de campanha e nos primeiros 2 anos desta legislatura.

Radioterapia, equipamentos comprados e não utilizados no Hospital da Terceira, isto são exemplos de má gestão de dinheiros públicos, de dinheiros dos açorianos. 12 mil utentes sem médico de família no concelho de Angra, freguesias ainda sem núcleos de saúde familiar, utentes que anseiam por consultas e não têm resposta. Tudo isto, obviamente, compromete uns

cuidados de saúde que se querem próximos e eficazes junto da população terceirense.

A este PS não faltou tempo, não faltou estabilidade e não faltou dinheiro. Faltou, sim, vontade política e medidas para concretizar. Os terceirenses e os empresários não podem viver à mercê deste desgoverno, pois quem nos trouxe até aqui, já não nos sabe tirar daqui.

Obrigada.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições. Sr. Deputado Francisco Coelho, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Mónica Seidi, gostava de lhe garantir, em primeiro lugar, que pode contar com esta bancada e, tenho a certeza, com este Governo para continuarmos a pôr todos os desejos, todas as necessidades e todos os anseios da Terceira e dos terceirenses de pé.

Mas queria dizer-lhe o seguinte, Sra. Deputada: com exceção da magna questão do entreposto de frio, que como V. Exa. referiu e muito bem, trata-se de uma promessa do PSD, a quem, como naturalmente compreenderá, a maioria do PS e o Governo do PS não se sente especialmente obrigada, já que não foi o PSD que ganhou as eleições, nem sendo este Governo do PSD. Eu notei, não por acaso, que todas as referências que fez, com exceção da frieza do entreposto, se referem a propostas que ao longo do tempo esta maioria e este Governo apresentou, ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): E não cumpriu!

O Orador: ... pôs em marcha, está concretizando. São propostas do PS. São propostas do Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que não são para fazer!

O Orador: E eu agradeço muito, Sra. Deputada, que o PSD continue a cumprir, que é a sua especialidade de oposição, aquela nobre função de polícia sinaleiro e de cronómetro, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Assim se respeita a oposição!

O Orador: ... que nos vai paulatinamente avisando do que é que fizemos, do que é que estamos a fazer, do que é que ainda nos falta fazer, das dificuldades que temos tido.

Não se excite, Sr. Deputado João Bruto da Costa! Deixe-me continuar!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Polícia sinaleiro, é assim que se classifica a oposição? Grande elevação!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Eu quando quiser fazer debates com elevação, Sr. Deputado, olho para a minha frente e seguirei o exemplo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade, olhe para o Deputado José San-Bento, por falar em elevação!

O Orador: Queria-lhe dizer, Sra. Deputada, que nós temos perfeita consciência do que ainda falta fazer, das dificuldades que eventualmente fizemos e também daquilo que fizemos. É bom ouvi-lo a falar no pretense falhanço, por exemplo, da certificação da Base das Lajes. É muito bom ouvir falar. E não só o PSD. Mas a verdade é esta: será que a ideia da certificação de uma base que é usada e que é o único aeroporto da ilha Terceira e da existência de regras claras e assumidas entre a propriedade da infraestrutura, quem gere a sua aerogare civil, acerca do seu uso, das regras que pode e deve obedecer, dos poderes de cada um, dando, aliás, à direção da Aerogare Civil

da Lajes um conjunto vasto de poderes, é uma má ideia?! O que eu pergunto é o seguinte: como é que ninguém sentiu essa necessidade antes? Porque é que os sucessivos Governos, os sucessivos Ministros da Defesa, as sucessivas Secretárias de Estado da Defesa também não se lembraram disto? E porque é que também os outros Governos, incluindo, naturalmente, os Governos do PSD dos Açores, não se lembraram disto?

Portanto, obviamente que a solução só pode ser boa, a solução só pode ser saudada. É uma solução que já entrou em vigor. É uma solução que tem sofrido aperfeiçoamentos. Recentemente, a Sra. Secretária das Obras Públicas e dos Transportes anunciou, na reunião do Conselho da Ilha Terceira, que também se prevê para breve a possibilidade de voos noturnos. E, portanto, é bom a Sra. Deputada lembrar que foram os Governos do Partido Socialista que, finalmente, ao longo de mais de 5 décadas, se conseguiram certificar para uso civil e ter regras claras a Aerogare Civil das Lajes.

Também gostava de lhe lembrar, que também é público, a Sra. Deputada também esteve neste Conselho de Ilha, lembrar-se-ia certamente de algumas coisas, mas daquilo que foram as efetivas respostas do Governo, efetivamente, não se lembra que já terminou o prazo do concurso para a obra do Porto de Pipas, ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Ainda falta muito!

O Orador: ... que está seguindo as suas regras normais.

A democracia, Sra. Deputada, sabe, tem umas coisas chatas! Tem que ser analisado, tem que ser comunicado às pessoas, as pessoas têm o direito de se pronunciar, podem recorrer aos tribunais... Chatices que um Estado de direito tem e que nós, felizmente, também temos!

Deputada Graça Silveira (Independente): Maçadas! Maçadas, Sr. Deputado!

O Orador: E, portanto, Sra. Deputada, eu queria dizer-lhe, e os terceirenses sabem, que também ao nível das Obras Públicas tivemos oportunidade, recentemente, aquando da visita do Governo, V. Exa. eventualmente estaria muito ocupada, não compareceu, o Sr. Deputado Rendeiro também não, e penso também que o Sr. Deputado César também não, mas teriam visto ao nível, por exemplo, de São Carlos também a inauguração de um troço de estrada. Teriam visto também ao nível de outras questões a importância que tem o Terceira Tech Island e o que é que está sendo feito também a este respeito. E aquilo que é, neste momento, por exemplo, a importância deste projeto para a cidade da Praia da Vitória, ao nível da sua dinamização e ao nível de emprego qualificado e bem remunerado.

Portanto, Sra. Deputada, eu agradeço-lhe a lembrança de reviver aquilo que são os projetos, as medidas e as ambições do Partido Socialista e do seu Governo para a ilha Terceira. Continuaremos a fazê-los, a concretizá-los, certos também e mais reconfortados e mais descansados de que V. Exa. será, em caso de necessidade, um bom despertador.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, a próxima intervenção de tribuna cabe ao CDS. Tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A eficiência no sistema de transportes aéreos, marítimos e terrestres, bem como a disponibilidade e qualidade das acessibilidades, são fatores

fundamentais para garantir a coesão social, a mobilidade dos açorianos e o desenvolvimento económico dos Açores.

O falhanço redondo na implementação e funcionamento do Plano Integrado de Transportes dos Açores, aliado à passividade e à lentidão com que se desenvolvem as Obras Públicas na Região, levaram a que o CDS faça um acompanhamento muito próximo da gestão que é feita nestas matérias na Região.

Permitam-me, Sras. e Srs. Deputados, centrar esta intervenção no estado dos Transportes e Obras Públicas da ilha Terceira, dando assim mais uma oportunidade ao Sr. Deputado Francisco Coelho para reviver estas promessas.

Deputado Francisco Coelho (PS): Aliás, não estava à espera de outra coisa!

O Orador: De facto, o Plano Regional para 2020 prevê um aumento do investimento para os Transportes e Obras Públicas da Terceira.

No entanto, este aumento fica a dever-se, em grande medida, ao enorme aumento do capital social da SATA Air Açores, cuja verba tem de ser necessariamente desagregada por ilha, não correspondendo, por isso, na realidade, a investimentos específicos na ilha Terceira.

Para além disso, reflete também o reforço das verbas previstas para os investimentos a realizar em infraestruturas portuárias, nomeadamente no Porto das Pipas e no Porto da Praia da Vitória, o que deveria, naturalmente, ser um motivo de satisfação, caso os terceirenses não tivessem já ouvido esta estória vezes sem conta.

Em relação ao Porto das Pipas, há 3 anos atrás, aquando da discussão do Plano e Orçamento para 2017, dizia o então Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas, Vítor Fraga, que o Governo contava lançar igualmente os procedimentos das empreitadas da construção da rampa para navios Ro-Ro e ferry e obras complementares de abrigo do porto de Pipas.

E, na sequência da intervenção do CDS, dizia também o Partido Socialista que essa era uma obra estruturante para a Terceira, cujo projeto se encontrava em fase de revisão e que acreditava que realmente se desse início à obra ainda durante esse ano.

Porém, volvidos 3 anos, absolutamente nada foi feito.

Deputado Francisco Coelho (PS): Não é verdade!

O Orador: Como podem, por isso, Sras. e Srs. Deputados, os terceirenses acreditar que é desta vez que a obra finalmente arranca? Simplesmente, não podem.

Depois de mais de uma década e atravessando 3 mandatos do Partido Socialista ao comando dos destinos da Região, a ilha Terceira continua sem dispor de um cais de cruzeiros, apesar de o investimento ter sido por diversas vezes anunciado, primeiro para Angra do Heroísmo e mais recentemente para a Praia da Vitória.

E em relação ao Porto da Praia da Vitória, reconhecido por todos como um importantíssimo e estratégico, é verdadeiramente notável a multiplicidade de destinos e finalidades que já foram atribuídas àquela infraestrutura, sem que até ao momento nenhuma delas tenha sido implementada e sem que os respetivos investimentos fossem executados.

Lamentavelmente, não chegou a ser plataforma logística, nem um hub atlântico, nem um cais de cruzeiros e continua sem ser um entreposto de abastecimento de GNL. É caso para dizer que, de facto, no papel cabe tudo, mas que ainda nada saiu do papel.

A falha na execução de investimentos estratégicos para a ilha Terceira, como os que dizem respeito às infraestruturas portuárias, são um exemplo bem demonstrativo do autêntico fracasso que o PREIT representou.

Ainda em matéria de acessibilidades marítimas, a decisão de suspensão da linha Lilás, que liga a Terceira a São Jorge, provocou constrangimentos

significativos na mobilidade dos Açorianos entre as ilhas do Grupo Central e teve impactos negativos consideráveis na economia da ilha Terceira.

Esperemos que, com a entrada em funcionamento do navio “Mestre Feijó”, estejam finalmente reunidas as condições necessárias para garantir a reativação daquela linha já na próxima época!

Sras. e Srs. Deputados:

No que diz respeito às acessibilidades e transportes aéreos, são muitos os constrangimentos que continuam a existir em relação à ilha Terceira, com enormes impactos económicos e com reflexos muito negativos ao nível do desenvolvimento do setor Turístico na ilha.

No entender do CDS, é inadmissível que a SATA apenas realize 3 ligações semanais entre Lisboa e a Terceira no inverno, quando até assegura mais ligações para outras ilhas com menor população.

É urgente, por isso, que se reforcem, em 2020, as ligações operadas pela SATA entre a Terceira e Lisboa, de forma devidamente articulada com os horários praticados pelas restantes companhias a operar nessa rota!

Consideramos também lastimável o número de ligações aéreas entre a ilha Terceira e a América do Norte que tem sido assegurado pela Azores Airlines, com apenas 1 ligação semanal a Boston e, em breve, 1 ligação a Toronto.

Nesse sentido, consideramos que é fundamental que se perspetivem novas rotas de ligação direta à Terceira e eventuais reforços das ligações aéreas já asseguradas!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O CDS sempre defendeu que a certificação da pista da Aerogare Civil das Lajes para a utilização permanente pela aviação civil, acabando definitivamente com os constrangimentos operacionais existentes, seria um

instrumento verdadeiramente estratégico para o desenvolvimento da ilha Terceira.

Nesse sentido, o CDS apresentou e fez aprovar, por unanimidade, uma recomendação para que o Governo Regional promovesse uma efetiva divulgação da certificação civil do Aeroporto das Lajes e para que potenciasses a captação de novos fluxos turísticos para a ilha Terceira.

Infelizmente, passado 1 ano e meio da certificação, ao contrário do que seria expetável, a Aerogare Civil das Lajes continua a perder importância no contexto das infraestruturas aeroportuárias da Região.

As escalas técnicas têm vindo a diminuir drasticamente e a divergir para outros aeroportos, alguns até de fora da Região, afetando a economia da ilha e da própria Região, sendo que o mesmo acontece em relação aos voos de Estado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Importa saber porquê e que medidas serão implementadas em 2020 para reverter esta situação.

É, por isso, incompreensível que se continuem a manter, desnecessariamente, obstáculos à operacionalidade da Aerogare das Lajes, como por exemplo a descabida atitude de não abastecer as aeronaves com passageiros a bordo!

Infelizmente, a gestão da Aerogare Civil das Lajes tem sido, no entender do CDS, incompetente e desnorreada, com opções de gestão infundamentadas e de natureza duvidosa, gerando conflitos no relacionamento com os funcionários e com as diversas entidades que operam na aerogare que, naturalmente, em nada beneficiem e contribuem para o bom funcionamento daquela infraestrutura.

O CDS lamenta ainda profundamente que o alargamento da placa civil da Aerogare das Lajes, que há muito defendemos, continue a não fazer parte

das opções do Governo Regional, tendo em conta o reflexo que esta medida teria na operacionalidade daquela infraestrutura e na economia da ilha Terceira.

Sras. e Srs. Deputados:

O cenário é também dececionante em matéria de investimentos na rede viária e de acessibilidades terrestres da ilha Terceira. Para além das paupérrimas taxas de execução em 2018, de modo incompreensível, o Plano para 2020 prevê ainda um corte de 30.3% nas verbas destinadas à beneficiação de estradas regionais da ilha Terceira e uma redução de 39.3% no investimento em circuitos logísticos.

Por fim, na ausência de novidades ao nível de grandes obras públicas para a Terceira, registamos com agrado que finalmente esteja a ser construído o terminal de cargas da Aerogare Civil das Lajes, 20 anos após o seu primeiro anúncio, que remonta ao longínquo ano de 1999.

Sras. e Srs. Deputados:

2020 corresponde ao último ano do mandato do XII Governo Regional do Açores e, mais uma vez, o cenário não é animador para os terceirenses.

No entender do CDS, a aposta do Governo Regional na economia e no desenvolvimento da ilha Terceira durante estes primeiros 3 anos de mandato ficou muito aquém das expectativas dos terceirenses, nos mais variados domínios.

Esperemos, pois, que o Partido Socialista possa aprovar as propostas de alteração que serão apresentadas pelo CDS, permitindo melhorar substancialmente o Plano e o Orçamento da Região para 2020, e que isso resulte num contributo significativo para desenvolvimento económico e social da ilha Terceira.

Voices dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Alonso Miguel, pois, realmente, convém ser justo, melhor do que 1 despertador só mesmo 2 despertadores. E, portanto, feito este elogio inicial, permita-me que lhes lembre o seguinte relativamente a algumas das coisas que referiu e que me parecem importantes: bom, relativamente à ilha Lilás, eu penso que nunca fez e muito menos fará agora, nós voltarmos a esse assunto. Porquê? Porque toda a gente sabe porque é que a ilha Lilás foi interrompida: na sequência de um acidente e da perda de um navio importante. Toda a gente sabe que, em tempo, acho que não nos podemos queixar neste caso, logo que possível ela foi retomada. E, portanto, será um bocadinho gostar da amargura ultrapassada voltar a este assunto.

A respeito ainda de acessibilidades e das ligações com Lisboa e do número de voos que faz a SATA Internacional, 3 neste momento, embora, se não estou em erro, também nessa reunião do Conselho de Ilha, a Sra. Secretária falou na possibilidade de passarmos para 4. Eu gostava de dizer, com toda a sinceridade, o seguinte: eu aceito perfeitamente que a SATA, face às suas responsabilidades de empresa pública, tenha sobretudo também uma preocupação aqui de regular e colmatar o mercado. Ou seja, nós precisamos de ver o número de voos semanais que nós temos e o número de companhias que temos para além da SATA a voar para Lisboa. Penso que é esse conjunto que deve ser analisado...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): São 37 companhias as voar para Lisboa!

O Orador: ... nos seus horários, nas suas frequências e é esse conjunto, a globalidade das ligações, no caso da ilha Terceira, que nos deve interessar, que nos deve preocupar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): 37 companhias!

O Orador: Sendo certo que sabemos e contamos sempre e que temos o conforto de saber que a SATA, como empresa pública regional, poderá, em caso de necessidade, acorrer e servir de regulador desse mercado e dessas necessidades.

Seria bom falar também, para além das ligações a Boston e a Toronto, e ao nível também do turismo, a já anunciada ligação que começará, da Ryanair, e que ligará Terceira/Londres, por exemplo.

A respeito da certificação da Base das Lajes, fico, naturalmente, reconfortado por ver que o CDS-PP, e não esperava outra coisa, também concorda com o facto de ser um claro avanço...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não! Devia ser!

O Orador: ... ao nível da certeza e do conjunto de regras essa certificação. Sabemos que ela, como também acontece muitas vezes, revelou no seu início algumas deficiências. Desde o seu anúncio de publicitação que isso foi sendo resolvido.

Também referi há pouco que a Sra. Secretária teve oportunidade nessa reunião do Conselho de Ilha, curiosamente tão pouco frequentada, de anunciar a possibilidade de voos noturnos. E também sabemos todos quais são as razões técnicas que levam a que até agora não tenha sido possível o reabastecimento com os passageiros dentro das aeronaves. Sabemos que, de acordo com as regras internacionais, isso é possível sendo possível acorrer os serviços de bombeiros num determinado período de tempo. A distância existente na Base...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é nada disso.

O Orador: É essa informação que eu tenho, Sr. Deputado.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Está errada!

O Orador: Mas sabe uma coisa? Eu, embora tenha feito tropa na força aérea, não tenho a mania que sou aviador. O que me disseram foi isso e eu acredito.

Acredito que a razão que me disseram para que isso não seja possível tem a ver com o lapso de tempo necessário entre os serviços de bombeiros acorrerem à aeronave em caso de necessidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor não é aviador, mas mente bem!

O Orador: É essa a informação que tenho. E se assim for, também isso não significa que não se continue a trabalhar e eventualmente a negociar com a força aérea portuguesa e com as autoridades responsáveis pelo serviço de bombeiros do aeroporto para que isso possa ser melhorado.

Para já, Sr. Deputado, Sras. e Srs. Deputados, ficava-me por aqui.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver. Sr. Deputado Alonso Miguel, tem a palavra.

(* **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Rapidamente, Sr. Deputado Francisco Coelho, há pessoas que não acordam nem com 1, nem com 2, nem com 3 despertadores. Eu não sei se o senhor tem sono leve ao não, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... mas há muito boa gente que não acorda com nem 2, nem 3 despertadores.

Digo, por isso, que percebo que esta intervenção baseada em factos incomoda a bancada do Partido Socialista, mas esse problema não é nosso.

Vai ter que dirigir esse desconforto à bancada do Governo. Para nós, a intervenção foi feita baseada em factos.

E o que eu compreendo também e o que me incomoda é que, sempre que o CDS traga as preocupações da ilha Terceira aqui e os desideratos da ilha Terceira, vem um Deputado do Partido Socialista desvalorizar, preferindo defender a causa do partido que representa do que a causa de quem o elege e dos cidadãos que representa.

Muito obrigado.

Deputado Francisco Coelho (PS): Não vá por aí, Sr. Deputado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não vá por aí porquê?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Alonso Miguel, factos, pois é, mas, sabe, isso dos factos e da subjetividade tem muito que se lhe diga. Os seus factos, como chorar sobre a ilha Lilás de uma interrupção que está resolvida, para mim, são pouco úteis. Eu interesso-me mais por outros factos.

E quero-lhe dizer o seguinte: o CDS não incomoda o Partido Socialista.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Parece!

O Orador: Eu quero descansar-lhe.

E quero-lhe dizer mais e com toda a sinceridade, eu espero que o CDS possa continuar a incomodar com essa força, ou mais, o Partido Socialista e os poderes públicos da Região Autónoma dos Açores por muitos e bons anos.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: É um desejo real que vos deixo, mas no bom sentido. Nós não nos incomodamos com a crítica nem com a oposição. Nós queremos uma oposição viçosa e florida, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... com força, com entusiasmo, com razão e com sensatez. E, portanto, cá venha essa oposição.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vamos embora!

O Orador: Agora, Sr. Deputado, gostava de lhe dizer, em termos pessoais, eu percebo que é um argumento fácil e eventualmente tentador, mas, sabe, os deputados, os governantes, os dirigentes do Partido Socialista sabem perfeitamente quais são as suas responsabilidades ao nível da defesa da sua ilha, integrada numa região, que é a nossa Região Autónoma dos Açores. Nós sabemos muito bem, e temo-lo feito, qual é a melhor forma de defender a Terceira e os Açores. Até agora temos o gosto e a honra de contarmos com a opinião esmagadoramente maioritária dos terceirenses a esse respeito.

Muito obrigada.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, a próxima intervenção de tribuna cabe ao PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Um sistema de transportes marítimos, aéreos e terrestres ao serviço e como instrumento do desenvolvimento económico, da mobilidade, do bem-estar das populações e da coesão territorial é um desafio e uma responsabilidade da governação.

Infelizmente, as políticas públicas de transportes na Região têm sido marcadas por variadas incoerências, ausência de estratégias consistentes e maus resultados.

As nossas populações e os nossos agentes económicos necessitam exatamente do contrário.

O Plano ora em discussão, na linha dos Planos anteriores, mantém os mesmos programas e premissas.

Quanto ao Plano Integrado de Transportes, sobre o qual, na prática, ninguém perceciona os seus benefícios e medidas efetivas, já fomos informados pela Sra. Secretária, em anteriores debates, que afinal a obrigação contratual decorrente do serviço público de transporte de passageiros a que a SATA está obrigada, designadamente o art.º 21.º (intermodalidade) do Caderno de Encargos, não é para cumprir. Ou seja, afirmou e reconheceu que não há condições para implementar, porventura, a medida mais importante daquele Plano em termos de articulação entre transporte marítimo e aéreo de passageiros. Faltou ao Governo ambição.

Sobre o transporte marítimo de mercadorias, ao longo da legislatura, não foram equacionadas possíveis alternativas que se traduzissem em mais eficiência, melhor serviço e redução de custos.

Desconhece-se, nesta matéria, se o Governo Regional, tal como consta do seu Programa, desenvolveu diligências, e cito, “que possam contribuir para a diminuição dos custos globais e dos tempos de entrega”.

Desconhece-se igualmente se a medida, e volto a citar, de “promover a criação de um único centro logístico em Lisboa, para centralizar toda a carga que sai daquele porto para os Açores”, teve algum desenvolvimento.

Em matéria de portos, o Grupo Parlamentar do PSD irá apresentar uma proposta no Plano para inscrição de uma verba relacionada com o Porto de Ponta Delgada. Com efeito, dadas as suas atuais condições, mesmo considerando as obras em fase de adjudicação, mas tendo em conta o desenvolvimento potencial da economia da ilha, afigura-se essencial

desenvolver um plano estratégico para aquele porto, para um horizonte temporal alargado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Quanto à SATA, o caos está instalado, encontra-se em falência técnica. A sua mera sobrevivência é a agora a principal preocupação dos seus trabalhadores e da generalidade dos açorianos.

A indicação de um novo Presidente do Conselho de Administração e o seu início de funções será mais um compasso de espera, enquanto a situação se degrada.

O reforço do capital inscrito na proposta de Plano será apenas uma pequena parte do que são as necessidades da empresa. O Governo coleciona fracassos sobre fracassos nas suas funções de tutela em tudo o que se relaciona com a SATA.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Ainda hoje de manhã, o Sr. Presidente do Governo mencionou que em 2019 já fecharam 10 companhias de aviação. Não sei se pretende transmitir alguma mensagem aos açorianos com esta referência, ou será que já procura justificações com o mal dos outros. Esperamos que não.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Julgo não haver inscrições. Não havendo, passamos à última intervenção de tribuna. Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estas são as últimas propostas de Plano e Orçamento da Região desta legislatura.

Para o CDS-PP, a coesão territorial, social e económica dos Açores é passo determinante para um futuro promissor. Porém, tal só se alcançará com políticas específicas e centradas nas necessidades particulares de cada ilha. Só com o desenvolvimento de cada uma das ilhas é que se conseguirá almejar o desenvolvimento de toda a Região. E, infelizmente, hoje, o desenvolvimento harmónico dos Açores é uma ilusão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Em junho deste ano, o INE publicou o estudo relativo aos índices de coesão onde são comparadas 25 regiões portuguesas. E os Açores surgem em último lugar na coesão e em penúltimo quanto ao índice sintético de desenvolvimento regional. Certamente, os senhores do INE não se aperceberam do tão proclamado “novo ciclo”!

Os transportes aéreos e marítimos são peça fundamental para o fomento da coesão regional e devem ser ajustados à realidade ultraperiférica que nos caracteriza, pois todos sabemos a importância que têm para os açorianos as acessibilidades.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Este verão, assistimos em S. Jorge à repetição do cenário de caos nos transportes aéreos: foram atrasos constantes, falta de lugares, mudança de voos, avarias, escassez de recursos disponíveis (aeronaves ou tripulação).

Que medidas, Sra. Secretária, serão efetivamente implementadas para combater o cenário de caos nas ligações aéreas durante a época alta e que levam os jorgenses ao desespero?

S. Jorge está cansada de ser a ilha sempre mais penalizada!

A verdade é que no que se refere à política dos transportes aéreos, o Governo Regional nunca conseguiu colocar a SATA a servir de forma efetiva os açorianos e a economia de cada uma das ilhas.

Assim, Sra. Secretária, pergunto:

Quantos mais anos terão de esperar os jorgenses para deixarem de perder as suas consultas de especialidade, exames ou tratamentos por falta de disponibilidade de lugares nos voos interilhas?

Quantos mais anos terão de esperar os jorgenses para conseguirem, durante a época alta, uma viagem por motivos pessoais ou profissionais?

Quanto mais anos terão de esperar os jorgenses para que os empresários consigam exportar os seus produtos com a rapidez necessária por forma a valorizar o seu produto?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

A Oradora: E olhe que os jorgenses estão habituados a esperar...

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Congratulamo-nos, e para que não haja dúvidas, com os investimentos que têm sido realizados em São Jorge: nas escolas básicas e secundárias, no Porto Comercial das Velas e pelo arranque das obras no Porto do Topo.

No entanto, as reabilitações nas escolas, finalmente concluídas, eram promessas que já vinham no manifesto socialista de 2008. Aliás, nesse mesmo rol de promessas para a ilha, também está o Museu Francisco Lacerda ou a melhoria das instalações do Centro de Saúde das Velas, obras que só agora é que estão a ver a luz do dia!

O Porto do Topo, passados 10 anos de promessa e 5 anos de orçamentos onde milhões foram inscritos e não executados, finalmente arrancou. Porém, este investimento já há muito devia estar a ter retorno para a economia de São Jorge, da Calheta e, em particular, para o desenvolvimento do Topo. 10 anos de atraso!

Foram demasiados anos entre a promessa e a concretização, quando no Boletim “Calheta Socialista”, de abril de 2009, o PS afirmava que o Governo tinha encomendado o projeto de requalificação do Porto do Topo, e que, passo a citar, “conforme foi prometido pelos Socialistas, esta obra será realizada no decorrer deste mandato”.

Pois bem, passaram, entretanto, 3 legislaturas, 12 anos!

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*): O concurso ficou deserto, Sra. Deputada!

A Oradora: Percebemos que não é para se fazer, é para se ir fazendo!

Mas o desenvolvimento económico e social de uma ilha como São Jorge não se alcança segundo os adágios “Mais vale tarde do que nunca” ou “Quem espera sempre alcança”!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Muito bem!

A Oradora: O desenvolvimento não se espera, concretiza-se! E as esperas que as governações socialistas têm imposto a São Jorge têm tido consequências gravosas, como a redução populacional, a desertificação e a perda de competitividade.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Quando falamos de portos, não podemos deixar de falar de transportes marítimos, pois os transportes são o pilar fundamental para a mobilidade de pessoas e mercadorias e são dos fatores que mais contribuem para a coesão social e territorial.

Contudo, depois de todos estes anos de ligações marítimas e com planos e mais planos, nunca se conseguiram horários de verão e inverno constantes, regulares e publicados antecipadamente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

A Oradora: Até agora tivemos horários definidos às pinguinhas: de 1 janeiro a 31 março; de 1 abril a 19 maio; de 20 maio a 25 setembro e por aí fora...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Chegamos a ter horários definidos ao dia! Se para um passageiro residente já é difícil decifrar, imagine-se o que saem daqui a pensar os turistas que nunca sabem a quantas andam nas ligações do Triângulo? Não temos dúvidas que deve ser mais fácil interpretar a linha de metro de Xangai! O desnorte é tal que uma alteração no itinerário para o dia 23 novembro (sábado), com data de 22 (sexta), só foi publicado no dia 24 (domingo)! Como se costuma dizer: “grande vantagem!”

Isto já para não falar naqueles que tentam agendar e planear as suas férias de verão com antecedência e pretendem circular, por via marítima, por exemplo, entre a Calheta, Angra e Graciosa, não têm qualquer informação dos horários!

Repete-se a dúvida, insiste-se na crítica, perpetua-se a pergunta: para quando horários regulares e definidos antecipadamente?

E por falar na Calheta, esta merecia mais: o porto daquela vila ser dinamizado de outra forma, com todo o potencial que tem numa vila virada à beira-mar.

Uma gare vazia e fechada, uma rampa Ro-Ro que de pouco tem servido e um núcleo de recreio náutico prometido “há séculos”, mas que deve ter sido levado pelas marés bravas das tempestades do ano 2012.

Outro exemplo paradigmático da falta de concretização socialista em São Jorge é o que resulta da aprovação, por esta Assembleia, da proposta do CDS que visou a criação de um Plano Integrado das Fajãs, ex-libris da ilha. Porém, para além de nada ter sido implementado até agora, o Governo Socialista desapareceu com ele.

Continuamos, em S. Jorge, à espera de um novo matadouro, da reparação do caminho da transversal Urzelina/Santo António, da pavimentação de caminhos dos perímetros agrícolas, da deslocação à ilha de mais médicos especialistas...

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

No longínquo ano de 1996, o lema era “20 anos de governação de um partido é tempo demais”. 23 anos depois e uns quantos milhões de milhões depois, fica a pergunta: que futuro?

A ilha de S. Jorge perdeu mais de 1/3 da sua população, situação esta que até agora não se conseguiu ultrapassar.

Na Saúde impera o salve-se quem puder.

No Turismo, os empresários continuam a sofrer com a sazonalidade e a fazer um esforço enorme para manter os seus investimentos com o que ganham nos meses de verão.

Nos Transportes, anseiam-se por melhores dias.

Se tudo permanecer como está, por mais bonitos e apetecíveis que sejam os discursos, por mais milhões que se coloquem nos orçamentos, por mais medidas e programas que se metam nos papéis, por mais lançamentos de primeiras pedras, por mais “novos ciclos” que se anunciem, na prática, as ilhas mais pequenas, como S. Jorge, vão perdendo população, jovens, empreendedores, investimentos... São Jorge continua a perder o futuro!

Assim, termino citando o que em 2009, na ilha de São Jorge, disse Carlos César, então Presidente do Governo Regional: “O sucesso da ilha de São Jorge é o sucesso dos Açores. Vamos, então, prosseguir com responsabilidade e com uma ambição sempre nova.”

Lá diz o provérbio: “Bem prega Frei Tomás...”

Voices dos Deputados da bancada do CDS e da Deputada Independente:

Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições. Sr. Deputado André Rodrigues, tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, e a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras acabou por confirmar que, nos últimos anos, nomeadamente nas últimas 2 legislaturas, o Partido Socialista investiu em obras públicas, em políticas também na ilha de São Jorge que permitiram concretizar investimentos estruturantes para o seu futuro, preparar também a sua economia e um conjunto de infraestruturas para o seu futuro e para os desafios com que estamos confrontados no futuro. E sobre o desenvolvimento económico gostava aqui de referir, mais obra, menos obra, esses mesmos aspetos, de setor a setor, aquilo que foi conseguido na ilha de São Jorge:

Na Agricultura, independentemente de mais investimento ou menor investimento em caminhos agrícolas, em abastecimento de água, um conjunto de infraestruturas que foram reabilitadas e que foram concretizadas, mais importante do que isso tudo foi o trabalho que foi feito no setor cooperativo, na recuperação de rendimento dos agricultores, no pagamento atempado do leite na ilha de São Jorge, melhorando a certificação do queijo

de São Jorge e, por essa via, também, nesta legislatura, o trabalho que foi feito para melhorar o escoamento do queijo DOP - ilha de São Jorge;

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Nas Pescas, também falando do desenvolvimento, referir que conseguir pescar menos, mas manter o mesmo rendimento nos pescadores. Esse é o desafio com que nos propusemos e é exatamente aquele que estamos a conseguir fazer. Vê-se uma redução nas capturas, mas vê-se um aumento no valor do pescado médio, garantindo o mesmo rendimento, ano após ano, aos nossos pescadores. Mais do que obra e menos obra é importante também referir aquilo que foi feito e a intervenção que está a ser feita na Santa Catarina, garantindo postos de trabalho, manutenção de uma marca, qualidade e capacidade de exportação de uma marca que queremos que continue viva, bem viva ao serviço da economia de São Jorge e, nomeadamente, do concelho da Calheta;

No Turismo, Srs. Deputados, não estamos a falar da ilha que cresce em 7.º lugar ou 6.º lugar, estamos a falar da ilha que em 6 anos mais cresceu na Região Autónoma dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Também trazendo alguns problemas, porque quando crescemos muito depressa também há problemas económicos de adequação das mesmas respostas, da qualificação do turismo. Mas nunca tivemos tanto turismo na ilha de São Jorge. E, Sra. Deputada, isso só é possível porque as pessoas chegam lá. Não acredito que esses números do turismo venham do ar;

Relativamente à Educação, a Sra. Deputada referiu a conclusão da rede das escolas. E finalmente vamos concluir a questão do Museu Francisco Lacerda, mais um investimento que qualificará a ilha de São Jorge e prepará-la para também ser uma componente associada ao Turismo, melhorando também por essa via o nosso rendimento;

Na Saúde, estamos a falar das questões que foram implementadas com os médicos de família e com as unidades familiares, garantindo uma primeira prestação de serviço adequada na ilha de São Jorge. E aqui, sim, já foi dito por mim publicamente que há necessidade de melhorar a deslocação de doentes, a deslocação de especialistas à ilha de São Jorge. E, portanto, Sra. Deputada, não estamos aqui para branquear nada. Queremos continuar a contribuir para que aquilo que existe de menos bom também se possa transformar em fatores positivos para o desenvolvimento da ilha de São Jorge;

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: A Sra. Deputada não referiu, mas eu gostaria de referir também o trabalho que foi feito na Solidariedade Social, na manutenção, reforço e aposta nas valências da Solidariedade Social, quer nos jovens, quer nos idosos, quer no apoio às necessidades educativas especiais, garantindo também já no próximo ano projetos para investimentos que, apesar de não estarem no manifesto do Partido Socialista, já estão a ser preparados para a próxima legislatura, garantindo assim o futuro também de boas valências e boas respostas na ilha de São Jorge.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Sra. Deputada, mais um conjunto de investimentos feitos no Porto das Velas, na rampa Ro-Ro da Calheta. A questão do Porto do Topo não é uma promessa de 10 anos, é uma promessa e uma reivindicação daquela população desde que existe autonomia da Região Autónoma dos Açores.

E aquilo que ficará na história será que o Governo do Partido Socialista concretizará essas mesmas pretensões dessa mesma população.

Podemos falar de outros inúmeros números e obras que foram feitas, mas gostaria de concluir da seguinte forma: temos investido na ilha de São Jorge,

temos conseguido trazer resultados económicos em praticamente todos os setores também por essa via. E fazemos um apelo a que todos em conjunto possamos trabalhar para ainda melhorar o futuro da ilha de São Jorge e o futuro da Região, potenciando essas infraestruturas que estão agora colocadas à disposição dos jorgenses para garantir o futuro dessa mesma ilha. Obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, tem a palavra.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu queria-lhe dizer, Sr. Deputado André Rodrigues, que o que ficará na história de São Jorge é que as promessas do Partido Socialista para aquela ilha demoraram décadas a serem concretizadas.

Primeiramente, eu quero-lhe dizer e acho que na minha intervenção ficou claro, nós estamos satisfeitos com os investimentos que são feitos em São Jorge. O que nós não estamos satisfeitos é que essas promessas que estão a ser concretizadas agora são promessas dos manifestos de 2008, 2009 e por aí fora. Isso é que não podemos estar satisfeitos!

Deputado Bruno Belo (PSD): Apoiado!

A Oradora: E a pergunta que eu lhe deixar, Sr. Deputado, é se o Sr. Deputado acha que a preparar o futuro de São Jorge é com décadas de atraso. Eu queria perguntar ao Sr. Deputado, o desafio a que o Partido Socialista se propõe, como é que o senhor pode estar satisfeito, quando, por exemplo,

temos aqui o Porto do Topo que está agora a ser realizado, quando já vinha como dado adquirido no manifesto da Calheta do Partido Socialista em 2009. Portanto, a gente não vai estar aqui com esta questão de que não estamos satisfeitos e que estamos contra São Jorge, porque não é isso que está aqui em questão. O que está aqui em questão é: estamos satisfeitos com as intervenções, não estamos satisfeitos com a demora que estas se levam a concretizar, porque achamos que não é assim que nos preparamos em São Jorge para os desafios do futuro. E, portanto, às vezes, o senhor vem a esta Casa com um discurso que, sinceramente, parece-me que não vive na ilha de São Jorge e vive noutra ilha qualquer.

E já que falou na indústria no caso de São Jorge, eu quero-lhe dizer que, no caso da indústria em São Jorge eu acho que é um caso bastante caricato e sui generis, porque a verdade é que, quer no queijo, quer no caso da indústria do atum, a verdade é que temos produtos de uma qualidade extrema, a verdade é que temos uma mão cheia de prémios, quer num produto, quer no outro, mas a verdade é que ainda hoje em dia não conseguimos chegar ao ponto, no caso da indústria do leite, de pagar o preço justo ao produtor...

Deputado Carlos Silva (PS): E a culpa é do Governo? Era o que faltava!

A Oradora: ... pela qualidade com que este produz o leite. Porque a verdade é que estamos a falar do melhor leite da Europa, mas o produtor, efetivamente, nunca verificou isso na sua carteira.

Deputado Carlos Silva (PS): A culpa do preço do leite é do Governo... O Governo tem feito tudo o que está ao seu alcance!

A Oradora: E também no facto de a indústria de Santa Catarina, é verdade que temos muitos prémios e temos um produto de qualidade, mas a verdade é que nunca conseguimos dar a volta a uma empresa que tem um passivo de 14 milhões e nunca se conseguiu garantir a sustentabilidade deste setor.

Portanto, parece que estamos sempre satisfeitos. O que vem está bom. E não é esse o espírito que eu acho que temos que ter nesta Casa. Temos que ter um espírito de desafio, de querer mais, de reivindicar pelas nossas ilhas. E apesar de eu concordar com o que disse o Sr. Deputado Francisco Coelho, que cada um é que sabe a forma como defende aqueles que nos elegem, e é verdade porque cada um é que sabe como quer desenvolver o seu trabalho, mas eu acredito que nesta Casa da Autonomia, que nesta Casa da Democracia, que nesta Casa que estamos a representar aqueles que votaram em nós e nos elegeram, é aqui que temos que pôr em cima da mesa os problemas...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... e não é estar a fingir que está tudo um mar de rosas e que está muito bem!

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado André Rodrigues, tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada, devia vir com o discurso preparado, porque não foi nada disso que eu disse. Eu referi aqui factos sobre o desenvolvimento económico da ilha de São Jorge, setor a setor, que a senhora não refutou nem conseguiu refutar nenhum deles, portanto, são verdadeiros.

E eu também reconheci aquilo que está menos bem na ilha São Jorge.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Não temos médicos, mas o resto está tudo bem!

O Orador: E que a senhora também reconheceu que reconheci. Portanto, não vamos ter agora o discurso quase como se eu não vivesse na ilha de São Jorge e que aquilo que eu disse não era verdade. É verdade, Sra. Deputada. Há coisas que estamos melhor, há coisas que temos que melhorar e é esse compromisso que ficou aqui por parte do deputado eleito pela ilha de São Jorge para com a ilha de São Jorge.

Relativamente àquilo que disse sobre os manifestos e os manifestos do Partido Socialista, aquilo que eu tenho para dizer é que o manifesto de 2012 e o 2016, ...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Também não é verdade!

O Orador: ... que é aquele que está aqui em análise, são 90% de medidas executadas e iniciadas que vão ser concluídas até ao final desta legislatura.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Que vinham de há quantos anos?

O Orador: E isso quer dizer muito sobre a governação do Partido Socialista e daquilo que tem sido feito na ilha de São Jorge!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Diga lá há quantos anos!

O Orador: Sra. Deputada, não estamos a falar de taxas de execução de 16.67% nem de 34 % que a senhora e o seu partido têm na Câmara Municipal de Velas!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Que vinham de há quantos anos, Sr. Deputado? Isso é o que tem de dizer!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, passamos a outra área da governação. Dou a palavra à Sra. Secretária Regional da Saúde.

(Neste momento, o Deputado Bruno Belo substituiu o Deputado Jorge Jorge na Mesa)

Secretária Regional da Saúde *(Maria Teresa Luciano)*: Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo, caros colegas e Membros do Governo:

O Serviço Regional de Saúde foi a maior conquista do povo açoriano em contexto de Democracia e Autonomia. Condição e garantia de coesão territorial e desenvolvimento social e económico e um legado que cabe a cada um de nós defender.

A proposta de Orçamento e de Plano para 2020 reflete esta responsabilidade, assumindo como princípios a proteção da saúde e a integração de cuidados, acessibilidade, sustentabilidade, segurança e qualidade, mas também o reforço da produtividade e da transparência da gestão do sistema.

O Governo está fortemente empenhado também na melhoria da resposta do Sistema de Proteção Civil, para continuar a garantir a proteção e o socorro às populações.

A proposta para o Orçamento e Plano de 2020 destina às áreas da Saúde e da Proteção Civil 330 milhões de euros, valor que reflete a priorização do bem-estar da população dos Açores. Deste valor, 276 milhões correspondem a Orçamento e 54 milhões a Plano.

No âmbito do Orçamento da Região, 275 milhões de euros deverão ser canalizados para a Saúde e perto de 1 milhão de euros para a Proteção Civil.

Do valor reservado à Saúde, 97 milhões de euros são destinados aos cuidados de saúde primários e 178 milhões aos três hospitais.

O Plano de Investimentos para 2020 reflete essa prioridade, apresentando um acréscimo de 26% no ano de 2020, atingindo os 45 milhões de euros.

Na área da Proteção Civil serão investidos 8.5 milhões de euros.

Mais de 6.4 milhões de euros serão utilizados para beneficiar infraestruturas.

Iniciámos a obra de reabilitação do Centro de Saúde das Velas. Estão em curso as obras de beneficiação do Centro de Saúde das Lajes do Pico. Vamos concluir no próximo ano as empreitadas de construção do novo Corpo C do Hospital da Horta e da sede da Unidade de Saúde de Ilha do Faial, bem como de beneficiação das infraestruturas da sede da Unidade de Saúde da Ilha das Flores. Iniciaremos também a remodelação do Serviço de Urgência do Hospital de Ponta Delgada. Adjudicámos recentemente o novo equipamento de ressonância magnética 3T, que estará instalado no Hospital do Divino Espírito Santo e irá beneficiar todos os utentes do Serviço Regional de Saúde.

No âmbito de apoios e acordos, destacamos os meios de diagnóstico e terapêutica, com a duplicação do investimento, ascendendo a 4.220 milhões de euros.

A área de projetos, sobretudo para a melhoria na acessibilidade a diagnóstico e terapêutica, inovação terapêutica e recuperação das listas de espera cirúrgicas, merecerá um investimento de cerca de 15 milhões de euros. O investimento em inovação terapêutica também duplica, para assegurar a todos as açorianas e açorianos o acesso à mais recente tecnologia, como os medicamentos para as doenças oncológicas e para as doenças raras.

No âmbito da Proteção Civil, cerca de metade do investimento reverterá para o apoio ao transporte terrestre de emergência. Vamos ainda avançar com a construção dos quartéis dos Bombeiros Voluntários do Faial e da Povoação.

Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo.

Sr. Presidente do Governo, caros colegas e Membros do Governo:

Nos últimos 4 anos, conseguimos reduzir o número de utentes sem médico de família em 40%. Com os futuros processos de recrutamento, toda a população açoriana terá médico de família. Poderemos, assim, realizar, cada vez mais, a promoção da saúde e a prevenção da doença, em prol de gerações mais saudáveis.

Fechámos o ano de 2018 com um aumento de quase 3% no número de consultas nas Unidades de Saúde de Ilha, para mais de 477 mil. No final de outubro deste ano, já haviam sido realizadas 465 mil consultas. No ano de 2018, os três hospitais da Região realizaram mais de 352 mil consultas. Este ano, à data de 31 de outubro, somávamos quase 272 mil consultas.

À presente data, a taxa de execução do Plano de Investimentos na área da Saúde atinge os 80%.

Está previsto arrancar, até ao final do ano, o Sistema de Informação de Imagiologia para todo o Serviço Regional de Saúde, que permitirá aceder de forma rápida aos exames, melhorando a segurança e a qualidade e reduzindo a duplicação de exames.

Temos vindo a promover a acessibilidade. As ilhas sem hospital receberam nos primeiros 9 meses deste ano quase 8.000 consultas de especialidade. Por exemplo, em Santa Maria, já foram realizadas 574 consultas de ginecologia e 490 de oftalmologia. Em São Jorge, 396 consultas de otorrino e 305 de oftalmologia. No Pico, realizaram-se 691 consultas de fisioterapia e 529 de oftalmologia. Nas Flores, realizaram-se 838 consultas de diversas especialidades. E no Corvo 199 consultas das diversas especialidades. Na Graciosa, realizaram-se 309 consultas de oftalmologia e 229 de ginecologia. Em outubro de 2019, o Serviço Regional de Saúde tinha 5200 profissionais, o valor mais elevado dos últimos anos: 1645 enfermeiros; 637 médicos, dos quais 143 de medicina geral e familiar; 357 técnicos superiores de

diagnóstico e terapêutica; 601 técnicos superiores de saúde, como nutricionistas e psicólogos, por exemplo; e 25 médicos dentistas.

O Governo Regional iniciou conversações com a Delegação Regional da Ordem dos Médicos a fim de criar um novo modelo de capacidade formativa e idoneidade na Região Autónoma.

Temos, neste momento, 141 internos: 44 de medicina geral e familiar; 52 nas especialidades hospitalares; e 45 no ano comum. Esperemos que em 2020 entrem nas nossas vagas de especialidade. Já para 2020 e iniciando este janeiro, teremos 21 novos internos em formação específica, que terminam já em abril de 2020, 6 em medicina geral e familiar e 15 em especialidades. Portanto, até abril de 2020, mais 21 novos médicos em várias especialidades podem entrar nos nossos quadros. Exemplo: 2 de anestesiologia; 1 de cardiologia; 2 de cirurgia geral; 1 de ginecologia–obstetrícia; 4 de medicina Interna; 1 de psiquiatria; entre outros.

Para 2020, temos 104 vagas de internato, sendo estas distribuídas por 66 no ano comum, 23 em especialidades hospitalares e 15 para medicina geral e familiar.

Foram também assinados os instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho dos médicos com os dois sindicatos, bem como, recentemente, os acordos coletivos da carreira farmacêutica com os três hospitais da Região e o Sindicato Nacional dos Farmacêuticos.

Relativamente à lista de inscritos para cirurgia, publicámos este mês os dados relativos a 2018 e aos primeiros 10 meses de 2019.

No final do mês de outubro, o Serviço Regional de Saúde contava com 12477 propostas cirúrgicas. E o tempo médio de espera situava-se em 470 dias. Estes números refletem o incremento da atividade assistencial de consultas e o aumento da referenciação pelos médicos de família.

Na verdade, em 2018, atingimos um valor recorde de cirurgias no Serviço Regional de Saúde, 25950 cirurgias, mas este ano vamos ultrapassar este valor.

Estamos a trabalhar, juntamente com os hospitais, na identificação e correção de anomalias, bem como no aumento da produção normal, através da otimização dos blocos operatórios.

Estamos a realizar um esforço adicional, através da produção normal e do programa CIRURGE, no âmbito do qual estão planeadas mais 394 cirurgias até ao final do ano. Relativamente ao Vale Saúde, também já aumentamos esta produção.

Deputado Luís Maurício (PSD): Em 600!

A Oradora: No Serviço Regional de Saúde foram realizados, em 2018, 4.3 milhões de meios complementares de diagnóstico e terapêutica, o valor mais elevado dos últimos 7 anos.

No âmbito da Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados, o Governo Regional aprovou recentemente modelos de promoção e gestão da qualidade da rede, dando início ao processo de acreditação destas entidades. Na área dos cuidados paliativos, hospitais e unidades de saúde de ilha de São Miguel e da Terceira já estão a cooperar para melhorar os cuidados prestados em contexto de proximidade.

Designámos os elementos que compõem a Comissão Regional de Saúde Mental, a fim de avançar para um paradigma que privilegia o tratamento do doente no seu contexto familiar e na comunidade.

No âmbito da prevenção e promoção da saúde, destacamos a implementação do Programa Regional para a Promoção de Alimentação Saudável, bem como a Saúde Escolar, que envolve todas as escolas do ensino regular e agora também as escolas profissionais públicas da Região, num total de 38 mil alunos.

Ainda este mês, apresentámos o Plano de Ação para Prevenção e Combate ao Tabagismo 2019-2020.

O Fórum Regional Álcool e Saúde reúne já 36 entidades da sociedade civil. A maioria das diretrizes do Estudo de Caracterização dos Comportamentos Aditivos na Região Autónoma dos Açores já está em implementação.

O Centro de Reabilitação Juvenil dos Açores abriu as portas este mês e já recebeu 8 utentes em regime de comunidade terapêutica.

Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo, caros colegas e Membros do Governo:

O Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores respondeu, em 2018, a quase 39 mil ocorrências. Entre janeiro e outubro deste ano, foram quase 34 mil.

Em 2018, realizaram-se cerca de 200 formações, envolvendo mais de 2000 formandos.

Fizemos um esforço para melhorar a organização do sistema, como atestam a aprovação do Regime Jurídico do Sistema de Proteção Civil e a revisão do Plano Regional de Emergência de Proteção Civil e do Regulamento do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro.

Concluámos este ano o processo de renovação da frota de viaturas de socorro. Foi recentemente publicado em Jornal Oficial o regulamento do Serviço de Suporte Imediato de Vida, consolidando a articulação entre as Unidades de Saúde e o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

A Linha Saúde Açores – 808 24 60 24 – tem vindo a consolidar a sua presença. No primeiro semestre de 2019, registou quase 2200 ocorrências, 40% mais do que no mesmo período do ano anterior, refletindo-se depois nas idas às urgências.

Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo, caros colegas e Membros do Governo:

Estamos a chegar ao final do período de vigência do Plano Regional de Saúde. Consideramos ser essa a oportunidade ideal para avaliar e repensar as estratégias globais. Queremos que esse processo seja aberto e participado. O Governo está confiante de que a proposta de Plano de Investimentos que se leva a debate está no caminho certo para consolidar a Região como um território coeso, de bem-estar e prosperidade, onde cada açoriana e açoriano poderá concretizar plenamente o seu projeto de vida.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) Deputada Mónica Seidi (PSD): Exma. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sem qualquer tipo de desmerecimento por outro setor já debatido nesta Casa, a Saúde é certamente um dos fatores preponderantes na vida dos açorianos. O Plano e Orçamento que hoje debatemos é aquele que no setor da Saúde regista um maior aumento ao longo destes 4 anos. É também para nós a assunção que, ao fim de 3 anos da atual legislatura, as medidas adotadas no passado continuam por não resolver os problemas dos açorianos em matéria de Saúde. No presente, continuam a pôr a nu a fragilidade que ainda existe no Serviço Regional de Saúde. E que no futuro, mesmo com mais 26.5 milhões de euros para os hospitais e unidades de saúde de ilha, não temos a garantia que existam os cuidados de saúde de proximidade, de fácil e igual acesso a todos os açorianos, onde exista uma adequada complementaridade entre os três hospitais da Região e todas as unidades de saúde de ilha.

Não poderia, obviamente, prosseguir a minha intervenção sem uma palavra de agradecimento a todos os profissionais de saúde que, diariamente, no Serviço Regional de Saúde, se esforçam e se dedicam, pois são eles pedra basilar do nosso Serviço Regional de Saúde.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Dizia o Sr. Vice-Presidente, há uns dias atrás, que os hospitais da Região teriam no próximo ano mais 26.5 milhões de euros. Mas, Sr. Vice-Presidente e Sra. Secretária Regional da Saúde, de que servirá este dinheiro quando, ao analisarmos a dívida dos três hospitais da Região no primeiro semestre do presente ano, verificamos que esta ascende aos 132 milhões de euros e que os mesmos hospitais têm resultados negativos na ordem dos 16 milhões de euros?

Este Governo Regional, que tinha a ambição de até 2018 conseguir a cobertura integral dos médicos de família a todos os açorianos, falhou.

Este Governo Regional, que tinha a obrigação de combater eficazmente as listas de espera cirúrgicas na Região, falhou.

Deputado Carlos Silva (PS): A senhora também ia arranjar especialistas e falhou!

A Oradora: E continua sem o conseguir até agora. Há cada vez mais açorianos inscritos para uma cirurgia. Finalmente, após 1 ano e meio de espera, sem dados, soubemos que a lista ascende a 12 mil açorianos que aguardam a realização de uma cirurgia.

E se é verdade que a acessibilidade a uma resposta cirúrgica também aumentou, também é verdade que a produção cirúrgica verificada nos três hospitais da Região não segue a mesma tendência. Por exemplo, só no maior hospital da Região, em 2018, operaram-se menos 500 doentes. E porquê, Sra. Secretária? Qual é o motivo? Quantas D. Bernardinas aguardam uma cirurgia? Quantas D. Fátimas anseiam por uma cirurgia às cataratas?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Quantos Srs. Antónios desta Região esperam pela colocação de uma prótese da anca? Têm, ou não, razão os utentes do Serviço Regional de Saúde para se lamuriarem? São, ou não, lamúrias quando é o próprio sofrimento destes utentes que está em causa?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Exma. Sra. Secretária Regional da Saúde, acha mesmo que é mantendo a verba inscrita no CIRURGE no valor dos 900 mil euros, à semelhança do que acontecia no Plano do ano passado, que o Governo Regional vai dar um sinal de empenho a estes utentes que aguardam e que desesperam?

E permita-me, Sra. Secretária, justificar a manutenção da verba com o facto de dizer que cada vez existem mais médicos no Serviço Regional de Saúde, logo será cada vez menos necessário operar em produção adicional, é a antítese do dia a dia na nossa Região em matéria de listas de espera cirúrgicas. Ou então, como é que explica que cada vez haja menos doentes operados dentro do tempo máximo de resposta garantida? Não há explicação. E foi essa a justificação que V. Exa. deu em sede de comissão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: O PSD não concorda e por isso propõe um reforço nesta ação do programa da saúde.

Exma. Sra. Secretária, gostaria ainda de questioná-la, em consonância com o relatório de execução do SIGICA e do Vale Saúde, enviado ontem a esta Assembleia, que diz que em 2018 foram apenas emitidos 7 vales saúde, repito, 7 vales saúde para a especialidade de cirurgia plástica.

Deputado José Ávila (PS): A senhora vai votar contra?

Deputado Carlos Silva (PS): Vai votar contra a sua proposta!

A Oradora: E as restantes especialidades, Sra. Secretária, o que é que aconteceu? O que é que aconteceu à verba inscrita para esta ação?

Face a tudo isto, como é que S. Exa., face à falta de transparência, aliás, naquilo que foi durante 1 ano e meio a ocultação dos dados dos doentes que estavam inscritos para lista de espera cirúrgica, como é que V. Exa. assina um relatório que conclui, que diz que a Secretaria que dirige garantiu todas as condições normativas e de organização necessárias à operacionalização dos Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para a Cirurgia na Região Autónoma dos Açores, durante o ano 2018, mesmo ocultando estes mesmos dados durante 1 ano e meio?

Este Governo anunciou também que ia resolver o problema da deslocação de médicos especialistas a ilhas sem hospital. Falhou. Criou uma nova portaria que continua por dar resposta adequada aos açorianos que vivem em ilhas sem hospital e que anseiam e esperam por uma consulta de especialidade. Uma portaria que foi anunciada de forma heroica, mas que mais uma vez continua a deixar açorianas e açorianos para trás. Uma portaria que tem a fragilidade, por exemplo, de não contemplar atualmente de forma eficaz diversas especialidades médicas, sobretudo aquelas que realizam também MCDT, ou mesmo não permitir a realização de pequenas cirurgias, aliviando assim a lista de espera cirúrgica e prosseguindo uma política de descentralização defendida por esta bancada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Exma. Sra. Secretária, o PSD/Açores há muito que prioriza o setor da Saúde na sua ação e atividade política.

Deputado Carlos Silva (PS): Por isso é que vota contra!

A Oradora: Da nossa parte, continuaremos a fazê-lo, mesmo sabendo que do outro lado, do lado da maioria, até agora não tem existido espaço para acolher propostas que vêm desta bancada, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Os senhores é que disseram que iam votar contra!

A Oradora: ... mesmo sabendo que têm qualidade e viabilidade e que certamente contribuiriam para melhorar os cuidados de saúde prestados aos açorianos, porque são os utentes do Serviço Regional de Saúde a nossa preocupação e porque continuaremos sempre a defender sempre os cuidados de saúde centrados no utente, a bem de todos os açorianos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Saúde é sempre uma das principais preocupações de qualquer população. Nos Açores não é, nem pode ser, diferente.

A degradação do Serviço Regional de Saúde é, pois, um dos problemas que mais aflige os açorianos e açorianas. Essa degradação deve-se a anos de falta de investimento e a suborçamentação. Por exemplo, há 3 anos que o Governo Regional está para comprar o equipamento de ressonância magnética para o Hospital de Ponta Delgada, já anunciado.

Deputado Francisco César (PS): Se o senhor visitasse o hospital, bastava falar com a diretora do serviço e compreenderiam!

Deputado Luís Maurício (PSD): Faltou 200 mil euros, foi o que a Sra. Secretária disse!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Sra. Presidente, eu julgo que...

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Sra. Presidente, eu julgo que há aqui uma falta de respeito. Já é demais! É um exagero!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estamos no âmbito do debate. Apelo a que se inscrevam e que permitam o Sr. Deputado António Lima continuar a sua intervenção. Pode continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Agradeço o devido desconto do tempo, porque julgo que o Sr. Deputado Francisco César e o Sr. Deputado Luís Maurício protagonizaram um debate interessante, mas que sem os microfones julgo que foi um debate de surdos.

Como diria, há 3 anos que o Governo está para comprar um equipamento de ressonância magnética para o Hospital de Ponta Delgada, inscrito nos diversos Planos e não cumprido.

Deputado Carlos Silva (PS): E concretizado em 2020!

O Orador: Aquilo que pergunto é: será desta que o concurso anunciado vai mesmo avançar e o equipamento vai ser adquirido, ou ficará perdido em concursos e possíveis reclamações, como tantas vezes acontece? Este é um exemplo das baixíssimas taxas de execução dos investimentos em Saúde, ano após ano, no apetrechamento e modernização do Serviço Regional de Saúde. Por outro lado, se crescem os números de cirurgias e consultas, crescem igualmente as respetivas listas de espera, o que significa que mais pessoas estão a ficar por tratar e o Serviço Regional de Saúde falha o seu propósito, que é garantir o acesso a cuidados de saúde a todos os açorianos e açorianas de forma gratuita, universal e atempada.

Este caminho de degradação que o Governo Regional tem seguido será, pergunto, Sra. Secretária, esse caminho o caminho necessário para garantir a sustentabilidade através de convenções do hospital privado da Lagoa, à custa de dinheiro público...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já cá faltava!

O Orador: ... e principalmente à custa da saúde dos açorianos e açorianas? Ainda sobre o funcionamento e articulação entre hospitais e unidades de saúde de ilha, depois de milhões gastos em sistemas informáticos, como é que se explica que os dados dos utentes ainda não estejam disponíveis em todo o Sistema de Saúde Regional, de forma transversal? Foi dinheiro deitado à água!

Como se explica, Sra. Secretária, com os números que anunciou daquela tribuna, que cada vez mais se cresçam os serviços convencionados a privados dos hospitais do Serviço Regional de Saúde?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

(*) **Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Impõe-se uma questão prévia a esta minha intervenção: reafirmar aqui a minha solidariedade com os utentes do Serviço Regional de Saúde e, como prometi, o meu empenho no contributo para um Serviço Regional de Saúde equitativo, moderno, eficiente e sustentável.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: E um comentário às intervenções dos Srs. Deputados Bruto da Costa, António Pedroso, Deputada Elisa Sousa: não os sabia tão pouco ou mal informados. Lamento sinceramente a falta de honestidade política no

aproveitamento de facto já esclarecido e que qualquer pessoa de bem entendeu.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Mas fico compensado porque as vossas intervenções vieram dar-me razão, interessa-vos mais o enredo e o descrédito dos que apostam no desidrato da defesa da saúde dos açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: E quando à Sra. Deputada Mónica Seidi, no seu caso é mais grave, a senhora arrumou a ética política e a deontologia na gaveta. É lamentável!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente Governo, Srs. Membros do Governo:

Passemos ao que deve interessar às açorianas e açorianos.

A sustentabilidade dos serviços de saúde assume uma prioridade proporcional à sua importância no contributo para o equilíbrio económico e social dos seus destinatários. E é nesta prioridade que continuamos a planificar e orçamentar para termos o que é necessário para o seu normal funcionamento, para infraestruturas, modernização e recursos humanos.

Valores como o da cobertura universal, a solidariedade financeira, a equidade no acesso e a manutenção de elevados padrões de qualidade dos cuidados de saúde são, efetivamente, o que nos propomos defender.

São os desafios do presente e os desafios para o futuro do nosso Serviço Regional de Saúde.

Desafio do presente em que é uma maior oferta disponível e se assiste, naturalmente, à maior procura dos serviços de saúde, exercendo uma pressão sobre o Sistema de Saúde na razão direta dos recursos humanos e financeiros disponíveis. Ultrapassaremos, em final de 2019, a cobertura assistencial por médicos de medicina geral e familiar existente em Portugal continental e na

Região Autónoma da Madeira, conhecendo-lhes também as dificuldades e a vontade de, como nós, atingirmos a meta dos 100%.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: A saúde é um bem universal que preocupa a todos.

O desafio contínuo da integração de cuidados, da consolidação das equipas e da interligação entre serviços de cuidados de saúde primários e especializados faz parte desta preocupação.

O desafio do presente em que a esperança média de vida aumentou e com ela as co-morbilidades e necessidades especiais associadas ao envelhecimento da população faz parte desta preocupação.

Um desafio do presente onde a evolução tecnológica e de novas terapias acontece fora do tempo dos orçamentos e das previsões plurianuais dos contratos-programa para os hospitais e unidades de saúde de ilha faz parte desta preocupação.

Temos um Plano de Investimentos de mais 45 milhões de euros para o desenvolvimento do Sistema de Saúde.

Alocamos cerca de 1/3 do nosso Orçamento para a Saúde.

A sua modernização, a formação e o recrutamento de mais técnicos e outros recursos para a Saúde também são desafios constantes para a organização do nosso Serviço Regional de Saúde e dos quais não nos afastamos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Os velhos problemas denominados “as doenças da saúde” também nos afetam e preocupam. E para estes elencamos programas de resolução com atuação contínua. Entre estes, a redução da lista de espera para cirurgia através de um esforço adicional de produção, já com resultados mais satisfatórios. Sabemos que vamos continuar a ter mais inscritos por via da melhoria do acesso às consultas e aos diagnósticos, mas vamos continuar a

assumir isto e não deixar um único utente do Serviço Regional de Saúde sem resposta em situações urgentes e prioritárias.

E para todos, nenhum açoriano ou açoriana deixará de ser tratado por questões orçamentais. Esta é uma garantia do PS.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Sra. Deputada Mónica Seidi pede a palavra para...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Defesa da honra.

Presidente: Defesa da honra a...

Deputada Mónica Seidi (PSD): À expressão proferida pelo Sr. Deputado Dionísio Faria a Maia.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

Deputado Francisco César (PS): Qual expressão?

Deputado Luís Maurício (PSD): Que arrumou a deontologia e a ética na gaveta.

(*) Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Lamento, mas é que lamento mesmo que o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia, com toda a sua experiência de vida do ponto de vista clínico, do ponto de vista pessoal até, venha à Casa da Autonomia atacar-me enquanto médica, quando nesta Casa estamos aqui a exercer a função de deputados, eleitos pelo povo dos Açores que nos elegeu.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Lamento que desça ao nível de dizer que arrumei a minha ética e deontologia, quando em nenhum momento aqui me referi a nenhum utente ou caso específico do Serviço Regional de Saúde! Referi-me, sim, aos dados que são facultados a esta Assembleia, que lamentavelmente durante 1 ano e meio foram ocultados pelo Governo e ocultados a todos os açorianos.

Mas estou cá para fazer aquilo a que me propus desde o primeiro dia: defender os açorianos. Não estou aqui a trabalhar enquanto médica. Estou, obviamente, sujeita a ética deontológica que muito prezo e que irei guardar até ao fim dos meus dias.

Mas, infelizmente, não lhe reconheço a si, nem enquanto médico, nem enquanto deputado, a capacidade para vir a esta Casa dar-me lições de moral, de como é que resolvem as coisas...

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: ... de como se deve, ou não, defender os interesses dos açorianos, os interesses daqueles que sofrem, os interesses daqueles que aguardam por uma cirurgia, os interesses daqueles que estão em casa com dores, que estão impossibilitados de trabalhar! Isso não é falta de ética deontológica! E não me cansarei, nesta Casa, de abrir a boca, de lutar por eles, de dar-lhes voz, porque sei o que é o sofrimento de um doente!

E não lhe reconheço a si essa capacidade para vir aqui à Casa da Autonomia dizer o contrário!

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

(*) **Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Dra. Mónica Seidi, a senhora sabe do que é que eu estava a falar.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não, não sei!

O Orador: A senhora sabe do que é que eu estava a falar e a senhora sabe o que é que disse! E a senhora, sabendo o que é que disse, eu só disse que tinha arrumado na gaveta a ética política e a deontologia médica naquilo que é o respeito pelos colegas, por aquilo que é o respeito por aquilo que nós defendemos em relação aos princípios gerais do nosso Código Deontológico. Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

A Sra. Deputada pede a palavra para...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Uma interpelação.

Presidente: Para uma interpelação à Mesa?

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sim, sim, com certeza.

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para questionar à Mesa se na minha intervenção, enquanto deputada e não enquanto médica, porventura, pus em causa alguma ética deontológica, da qual eu não reconheço nem sei a que é que o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia se refere.

Obrigada.

Presidente: Sra. Deputada, como é óbvio, não é à Mesa que compete...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Mas não foi esclarecido.

Presidente: ... definir o modo como cada deputado ou deputada se sente ofendido na sua honra. Tanto é que lhe dei a palavra para defesa da honra, porque, naturalmente, cada um de si é que pode. Portanto, penso que essa sua interpelação não tem razão de ser e não lhe poderei responder porque também não sei.

Vamos então dar continuidade ao debate. Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Queria perguntar à Sra. Secretária que garantias podem ter os jorgenses que vão ser tomadas medidas para que, de uma forma efetiva, haja um aumento da deslocação de médicos especialistas à nossa ilha.

Queria-lhe perguntar que garantias é que deixarão de estar anos à espera de uma consulta de especialidade, exame ou intervenção cirúrgica. Que garantias é que podem ter os jorgenses de que, de uma vez por todas, os processos de deslocação de doentes deixarão de ser um ato de elevada complexidade, com papeis e mais papeis, carimbos e mais carimbos?

Queria-lhe perguntar que garantias é que existirá para uma adequada articulação entre os centros de saúde e hospitais e deixarão os doentes, por exemplo, de se deslocar às prestações aos hospitais, ou quando chegam para uma cirurgia e não a conseguem fazer porque não lhes foi dito que era preciso suspender uma medicação. Para quando uma articulação efetiva entre centros de saúde e hospitais?

Queria-lhe perguntar também que garantias é que, com as intervenções no Centro de Saúde das Velas, não serão feitos apenas remendos, mas, sim, teremos um centro de saúde com as devidas condições.

E só para finalizar, também queria perguntar-lhe qual o ponto de situação quanto à transição para a nova carreira dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica e se serão tomadas medidas para o ano 2020 quanto a esta carreira.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Para solicitar, Sra. Presidente, um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental, regressamos às 17h20.

Eram 16 horas e 49 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 28 minutos.

Vamos então dar continuidade ao debate. Está inscrito e dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo: Sra. Secretária Regional da Saúde, anunciou ali daquela tribuna que está prevista a contratação de mais profissionais de saúde e, particularmente, de médicos para o próximo ano. E também disse que de entre as várias especialidades que serão contratualizadas no próximo ano estará a psiquiatria. No entanto, a minha questão refere-se a pedopsiquiatras, porque só o Hospital de Ponta Delgada assegura os cuidados de saúde mental infantojuvenil. Aliás, os três hospitais partilham um único pedopsiquiatra com atividade no Hospital de Ponta Delgada. Está prevista a admissão de pedopsiquiatras para fazer face às necessidades associadas à prestação de cuidados de saúde mental a crianças e adolescentes, ou ficaremos pela contratação de mais psiquiatras e não de pedopsiquiatras? Ou considera que um pedopsiquiatra no Hospital de Ponta Delgada continuará a ser suficiente para cumprir tal desiderato?

Em resposta a requerimento endereçado à sua Secretaria, com data de 8 de novembro, assumiu que a Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados em Saúde Mental, e passo a citar, “será gradualmente implementada, acompanhando o processo de integração de saúde mental nos cuidados de saúde primários”. Nesse sentido, esta proposta de Plano prevê uma ação destinada a financiar a rede e, portanto, faz claramente todo o sentido, se esta rede vier a ser implementada ao longo do próximo ano, dotá-la de verba para tal.

Contudo, e como admitiu que a rede ainda não estaria implementada, como se justifica que no Plano para este ano 2019 estivesse afinal alocado financiamento para uma rede que não existe? E como foi possível, em 2018, investir sensivelmente 1 milhão e 300 mil euros numa rede que não existia?

Mais grave, uma rede que nem uma equipa de coordenação regional, nem coordenador tinha, algo que só aconteceu há cerca de 1 mês.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Impressão sua, Sr. Deputado!

O Orador: O Orçamento de Estado para 2018 iniciou o processo de descongelamento da progressão das carreiras ao pessoal de enfermagem. Contudo, na Região, esse é um processo que tarda em efetivar-se. Considerando a redução prevista nas despesas correntes do Serviço Regional de Saúde e que o cumprimento da lei se sobrepõe às exigências orçamentais, vai a Secretaria Regional da Saúde conformar-se ao cumprimento da lei do Orçamento de Estado para 2018?

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que o Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para o debate.

Tem então agora a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde.

(*) **Secretária Regional da Saúde** (*Maria Teresa Luciano*): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, caros colegas Membros do Governo:

Respondendo às questões que nos foram colocadas, eu vou responder por ordem de quem as falou.

À Deputada Mónica Seidi, a complementaridade, recordo que já existem as equipas de cuidados domiciliários na área da saúde mental, quer em São Miguel e Terceira, a integração com os dois hospitais. Recordo também, as equipas de cuidados domiciliários em saúde mental, que já estamos a criar com a nova comissão.

As dívidas dos fornecedores que também nos perguntou, os dados que tenho estão desatualizados. Eu desafio-a a perguntar aos fornecedores quais são os valores da dívida que os hospitais têm relativamente a essas pessoas.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Nós vamos perguntar?!

A Oradora: Relativamente aos médicos de família, recordo que já informei e volto a repetir, são 10 mil utentes sem médico na Terceira. E que, como também já apresentamos, temos 5 internos a acabar a especialidade em abril de 2020 e essa situação ficará resolvida.

Relativamente à LIC, o aumento do número de entradas na lista de inscritos para cirurgia surge como consequência do esforço que tem sido feito na recuperação das consultas e novas indicações vão surgindo. Têm sido convocados doentes para cirurgia, que, em virtude de intercorrências clínicas, não podem ver a cirurgia concretizada no momento. Nestes casos, tem sido política dos hospitais manter a inscrição destes utentes, prolongando assim a lista de espera.

Verifica-se um aumento significativo de cirurgias realizadas em setembro e outubro de 2019 no HDES. Só no HDES foram mais 299 cirurgias em comparação com o período homólogo de 2018. Neste hospital, a convenção de cirurgias pelo Vale Saúde permitiu também a realização já de 200 vale saúde no mesmo período.

Vamos comparar o que é comparável:

Na Região Autónoma da Madeira, estavam, no final de 2018, 21 mil utentes em espera, isto é, 8 em cada 100 residentes. Na Região Autónoma dos Açores, esse número cai para 5 em cada 100 residentes.

Em termos de produção, em 2018, os Açores realizaram 3300 cirurgias. E a Madeira, 3170.

Repetimos que o número de inscritos em lista de cirurgia é um indicador de acesso, refletindo o aumento das consultas e dos exames. O mais relevante é o tempo de espera de cada inscrito. No Hospital Divino Espírito Santo, os utentes esperavam, em média, em outubro de 2017, 587 dias. Neste momento, esperam 357 dias. Pretendemos manter os programas em curso,

consolidando assim a recuperação das listas de espera. Estamos a fazer mais cirurgias do que nunca, como comprovam as 25950 cirurgias realizadas em 2018. E só no primeiro semestre deste ano já foram realizadas 13200 cirurgias.

Relativamente à deslocação de especialistas, em 2018, realizaram 9873 consultas e 6182 exames. Em 2018, valores a setembro, já realizamos 7742 no âmbito da deslocação de utentes.

Sr. Deputado António Lima, a ressonância magnética foi adjudicada. Portanto, o concurso foi adjudicado a 25 de outubro. Está a caminho do Tribunal de Contas. Depois é instalar a Ressonância 3 Tesla na Região.

Relativamente à questão da informatização e dos dados de um lado para o outro, recorde que existe a PDS, a Plataforma de Dados em Saúde, plataforma essa que, quer nos cuidados primários, quer nos cuidados hospitalares, conseguimos ter acesso aos dados dos utentes.

Por outro lado, a questão da radiologia, tal como anunciei, este processo transversal da radiologia vai permitir que os utentes não repitam exames, que em qualquer ilha é possível ver esses exames, o que vai elencar com as questões colocadas pela Deputada Catarina Cabeceiras e, portanto, os utentes não precisam de se deslocar segunda vez para exames. Conseguem depois ver os exames.

São Jorge, acolheu, só este ano, 1639 consultas de especialidade, nas especialidades de: cardiologia, dermatologia, fisioterapia, gastro, ginecologia, obstetrícia, medicina interna, neurologia, oftalmologia, otorrino, pneumologia, psiquiatria e urologia. Portanto, só este ano, 1639 na ilha de São Jorge.

A adequada articulação, está previsto arrancar até ao final do ano o sistema de informação de radiologia. Portanto, é a mesma resposta do Deputado António Lima.

A obra do Centro de Saúde das Velas iniciou este novembro. Tem um custo, a obra, de 1 milhão e 320 mil euros. É um projeto para 18 meses. E, portanto, garantidamente será uma renovação do Centro de Saúde das Velas.

Técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, processo de contagem do tempo em curso, os serviços estão a responder à DRS com a informação necessária. A transição para a nova carreira já está feita por todos os hospitais. O HDES já pagou o mês de novembro. E o mesmo aconteceu ao HSEIT. E o HH já pagou, já tem a situação regularizada desde janeiro.

Por último, o Deputado Paulo Mendes, relativamente à pedopsiquiatria, o que referi foi que vão terminar 21 médicos especialistas: 5 de medicina geral e familiar; 16 nas várias especialidades. E nesses há 1 psiquiatra. Concursos para pedopsiquiatria, claro que sim, que os abrimos. Depois temos que ver se concorrem ou não. Mas o que referi foram internos da especialidade que terminam em abril de 2020 e que já cá estão na Região e que, naturalmente, querem ficar na Região. Pedopsiquiatria, claro que sim. Abriremos a vagas e vamos ver se concorrem.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Se houver vagas, concorrem!

A Oradora: Por último, para terminar, o Serviço Regional de Saúde está mais forte. Quanto mais produzimos, mais necessidade criamos. Isto é realmente muito positivo. Quer dizer que as açorianas e os açorianos vão mais ao médico e têm os cuidados de saúde que necessitam, para assim conseguirmos criar gerações mais saudáveis.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, muito obrigado.

Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra para, numa intervenção rápida, atendendo às circunstâncias temporais, assinalar os progressos e os ganhos que os Açores estão a conquistar na área da Saúde. E também registar a incoerência e a incongruência do PSD. Senão, vejamos, Sras. e Srs. Deputados, segundo os próprios critérios do PSD, estabelecidos em anos anteriores, nós estamos aqui numa situação que deveria merecer a saudação e a congratulação do PSD.

Sra. Deputada Mónica Seidi, não é compreensível que o PSD, durante vários anos, tenha feito uma exigência tão grande sobre a necessidade de uma cobertura integral da Região de médicos de família, e quando nós atingimos esses patamares, ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Pelo amor de Deus! 10 mil utentes!

O Orador: ... o PSD, pura e simplesmente, esquece ou quer fazer esquecer os importantes ganhos de saúde em termos da medicina preventiva e em termos daquilo que é possível fazer com esta grande melhoria da acessibilidade ao sistema. Isto significa que nós passaremos a ter toda a população com cobertura de médico de família e isso implicará que o Serviço Regional de Saúde tenha portas de acesso distribuídas geograficamente a todos os concelhos, a todas as freguesias da nossa Região. E isso é um ganho incalculável. E é, aliás, um dos grandes objetivos que o Partido Socialista persegue há vários anos. E tivemos que vencer vários constrangimentos, diversos desafios e ultrapassar muitos obstáculos para conseguir atingir esse ponto.

E, portanto, Sra. Deputada, não é verdade, a senhora não pode vir aqui dizer que as políticas do PS nada resolveram! A senhora disse isso! Isso é profundamente...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Continuam por resolver!

O Orador: Não, não, a senhora disse que nada resolveram!

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não, não! O senhor não ouve bem!

O Orador: E mais, mesmo ao nível das listas de espera cirúrgicas, é verdade que o sistema... isto também já foi aqui explicado, a razão para os números que foram apresentados recentemente.

Mas nós não podemos esquecer outro aspeto que também consagra uma vitória importante das políticas do Partido Socialista na área da Saúde: nós temos um aumento de 18%, no passado ano, na produção cirúrgica, nas médias e grandes cirurgias; e um aumento de 402% nas pequenas cirurgias. Ou seja, a nossa estratégia, anunciada há vários anos atrás, de maximização da capacidade instalada do Serviço Regional de Saúde na sua componente pública está agora a ser claramente demonstrada.

Claro que nós temos que continuar essa progressão, claro que nós temos que melhorar esses números para que o resultado líquido permita, não só absorver aquilo que são as referências feitas pelo aumento das consultas, como também foi aqui muito bem explicado, como também termos a capacidade para começar a diminuir as listas de espera cirúrgicas.

Agora, o que é importante salientar, e o que o PSD devia ter tido a coragem de assinalar, é que nós temos aqui indicadores claramente animadores e indicadores que demonstram que as nossas políticas estão a ter resultados muito positivos. E isso é duplamente satisfatório porque são medidas e são indicadores que indicam que nós estamos a ter mais e melhor saúde no Açores, nós estamos a prestar mais e melhor saúde aos nossos congéneres açorianos.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem agora a palavra.

Sr. Deputado Artur Lima...

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional da Saúde:

Eu gostaria de começar por dizer o seguinte: ninguém nega, no seu perfeito juízo, os avanços que se fizeram em matéria de cuidados de saúde na Região Autónoma dos Açores.

Deputado José San-Bento (PS): Mas ali do PSD às vezes não parece, Sr. Deputado! Sublinho a sua intervenção!

O Orador: Ninguém nega isso e muito menos da parte desta bancada.

Mas devo dizer, Sra. Secretária Regional... Eu sou uma pessoa tolerante e sobretudo bem-disposta, de maneira que...

Sra. Secretária Regional, posto isto e estes avanços que se fizeram na Saúde nas mais diversas áreas, na disponibilidade de cuidados de saúde, agora, há uma coisa, sobretudo preocupações que eu tenho com o futuro da Saúde.

Falou-se aqui nos novos MGF. Devo dizer que é com orgulho que o CDS propôs, nesta Casa, medidas para a fixação, sobretudo para a medicina geral e familiar, que estão hoje a dar frutos. Propusemos isso há 6 anos atrás e hoje estão a dar frutos. Não se puderam ir embora e têm que cá ficar.

Mas, Sra. Secretária, repare que os últimos estudantes a entrar para a faculdade de medicina não recebem bolsa da Região Autónoma dos Açores.

Quanto a mim, um erro que acabou com as bolsas para medicina para os

estudantes. Ou seja, esses miúdos vão ficar desenraizados da sua terra, não têm nenhum elo de ligação nem nenhum laço de pertença à sua terra, que tinha que fazer, quanto mais não fosse, por terem recebido uma bolsa. E os últimos são agora os que estão a acabar a especialidade ou os que estão no último ano da especialidade ou que são os internos de especialidade. Os próximos já não têm bolsa, já não têm nenhuma ligação aos Açores. Foi um erro acabar com as bolsas.

Portanto, preocupa-me o futuro. E sabe porquê, Sra. Secretária? Porque os mais novos são jovens da minha idade, portanto, que viemos para cá em 91, em 92, em 93, da idade ali do Sr. Dr. Maurício, um jovem um bocadinho mais novo. Mas, dentro de 10 anos, Sra. Secretária, vamos ter muitos reformados em MGF. Muitos, para não dizer quase toda essa geração que está a agora a formar os novos, não é? E a cadência, um não substitui...

Agora, eu sou um cidadão sem medico de família, não tenho há muitos anos. E, portanto, preocupa-me quais são as medidas que o Governo tem para no futuro fixar os jovens médicos nos Açores.

Depois, Sra. Secretária, preocupa-me também o seguinte: nós não podemos ter um Serviço Regional de Saúde que seja diferente de ilha para ilha, que seja diferente no Faial, que seja diferente na Terceira e que seja diferente em São Miguel. Eu refiro-me, por exemplo, à fisioterapia. Antes havia um sistema que era igual nas ilhas todas. Pronto, havia um sistema, a pessoa ia à privada, fazia o reembolso, funcionava.

Eu julgo, Sra. Secretária, corrija-me se eu estiver errado, que o gasto com este novo sistema, que tinha a intenção de poupar, aumentou extraordinariamente, eu diria, a despesa, ou diria, o gasto em fisioterapia. Mas pergunto-lhe, sobretudo, porque é que se alterou um sistema dizendo que não podia ser igual à Terceira e ao Faial e tinha que se alterar. E o que é que se altera? Altera-se o sistema que havia na Terceira para São Miguel e

põe-se na Terceira o sistema que havia em São Miguel. E, portanto, há aqui uma troca que não faz sentido. Eu gostaria que me explicasse porque é que os utentes têm diferentes níveis de acesso à fisioterapia. Porque é que não é todo igual? Porque é que não é um único Sistema Regional de Saúde, um único Serviço Regional de Saúde onde todos têm a mesma igualdade de acesso e oportunidades?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Porque neste caso da fisioterapia não têm.

Depois, Sra. Secretária, queria-lhe perguntar (são tudo perguntas simples): em janeiro, vamos ter um plano anual de deslocação de especialistas às ilhas sem hospital? É que é tão fácil ter o plano, até para os clínicos programarem a sua vida, para as unidades de saúde de origem programarem as suas consultas, saberem quem se vai deslocar e quando, para também os utentes daquelas unidades de saúde mãe não ficarem desprevenidos. E, portanto, olhe, você amanhã vai para a Graciosa. Olhe, o senhor amanhã vai para São Jorge. Não. Portanto, temos que ter planeamento. E, portanto, no passado... não é coisa que o Governo do Partido Socialista já não tenha feito no passado e bem. A pergunta é porque é que acabou e não retoma.

Depois, Sra. Secretária, pergunto-lhe também, devido à falta de especialistas, se o Governo pretende retomar uma velha medida, velha e boa medida (nem tudo o que é velho é mau) de vagas protocoladas com o Ministério da Saúde para a formação de médicos especialistas que possam vir para a Região Autónoma dos Açores. Era também uma boa medida e um bom hábito que se extinguiu, infelizmente.

Depois, Sra. Secretária, ficamos sempre muito satisfeitos, mas há aqui uma coisa que me preocupa. Eu diria até: quando a esmola é grande, o pobre desconfia. Mas, voltando ao início da minha intervenção, não se nega o avanço na Saúde, mas há um número que me preocupa, eu peço que me

corrija se eu estiver errado: 477 mil consultas, disse V. Exa., no Serviço Regional de Saúde. Ora, dividindo por 250 mil habitantes, mais coisa, menos coisa, dá 1.9. Quer dizer que cada açoriano... quer dizer que eu fui duas vezes a uma consulta no Serviço Regional de Saúde.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado, é a estatística!

O Orador: Eu sei que é a estatística, mas parece-me exagerado.

Mas pior do que as consultas é o seguinte: também percebo que a Sra. Secretária terá dito 4 milhões de atos de meios complementares de diagnóstico e terapêutica. 4 milhões, cerca, disse. Ora, a dividir por 250 mil pessoas, quer dizer que a cada açoriano foi disponibilizado ou foi dispensado 16 atos de meios complementares de diagnóstico e terapêutica. Parece-me algo exagerado. E, portanto, eu queria perceber, se é que tem essa informação desagregada, onde é que estão estes números.

E depois, Sra. Secretária, é fundamental estarmos focados num outro assunto, que para mim é muito caro, que é a prevenção da doença e a promoção da saúde. E preocupa-me também, quando já tivemos bons programas de saúde escolar, que neste momento se esteja a abandonar a saúde escolar. Por exemplo, uma criança com diabetes tipo 1, que tinha controlo na escola, que tinha um enfermeiro que ia lá e até havia alguns enfermeiros das equipas de saúde escolar que iam frequentemente às escolas. Isso diminui drasticamente, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... quer o número de profissionais de saúde que vão às escolas, não só enfermeiros, mas também psicólogos, mas, sobretudo, neste caso, os enfermeiros. Eu estou-lhe a dar o exemplo dos miúdos diabéticos, mas podia-lhe dar outros. Não são muitos. São umas dezenas deles, mas, como percebe facilmente, pode-lhes acontecer alguma coisa menos agradável.

E, portanto, é muito importante apostar na saúde escolar, quer a nível da enfermagem, da nutrição, da medicina dentária, enfim, por aí fora.

Eu julgo que esses programas, embora a medicina dentária... mas também diminuiu. Eu julgo que era importante, Sra. Secretária, termos também o ponto de situação relativamente à saúde escolar. E é um tema, devo dizer, que nós, CDS, voltaremos brevemente com propostas concretas nesse sentido.

Mas tenho que lhe deixar aqui estas preocupações. São preocupações para o futuro e que nos deixam de algum modo apreensivos. Não temos que contar só com o passado e com o presente, mas, sobretudo, precaver o futuro.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado César Toste.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Haja saúde a todos!

E, realmente, falar em saúde é muito importante. Hoje, apraz-me dizer e falando porque também sou enfermeiro, falando em saúde, falando da minha classe que é tão importante como todas as outras no Sistema Regional de Saúde, mas nós como agentes de primeira linha e valorizando o facto do Governo ter apostado em pôr mais enfermeiros, eu perguntava à Sra. Secretária duas perguntas muito concretas:

Quantos enfermeiros faltam, a nível das Região Autónoma dos Açores, nas nossas ilhas para que as dotações seguras sejam realmente uma realidade?

Segunda, a Sra. Secretária está em negociações com os sindicatos, mas a senhora, a nível da revalorização remuneratória dos enfermeiros, vai respeitar o acordo firmado nos termos do artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 24 de julho, sobre a relevância do tempo de

serviço do pessoal de enfermagem? É porque é uma questão de justiça. É uma questão que vai de Secretário para Secretário, não é pondo a culpa na senhora, mas os enfermeiros desta Região merecem respeito. E aquilo que foi firmado e que nós queremos é, acima de tudo, justiça. E gostava que a senhora dissesse claramente aos enfermeiros desta Região o que é que o Governo Regional pretende fazer relativamente a isso, ao congelamento das carreiras dos enfermeiros.

Obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa, de momento, não tem inscrições. Pergunto se há inscrições. Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Saúde** (*Maria Teresa Luciano*): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, caras e caros colegas:

Relativamente às questões colocadas pelo Deputado Artur Lima, dizer que relativamente ao plano anual de deslocação de doentes...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): De especialistas.

O Orador: ... de especialistas às ilhas, (eu troco sempre o nome, porque está incluído, como sabem, nos dois é o mesmo diploma), já está em curso as unidades de saúde de ilha fazerem as necessidades do que necessitam e será tornado público ainda antes do final do ano o plano para 2020. E, portanto, para termos tudo correto no início do ano.

As vagas protocoladas com o Ministério da Saúde, bolsas de estudantes, nós já começamos, relativamente à idoneidade formativa, em conversações com a Secção Regional da Ordem dos Médicos, de modo a tentar ver com que metodologia é que podemos fazer e conseguir, não só mais idoneidades, e consequentemente conseguir aqui uma estrutura melhor.

MCDT e o número de MCDT, como sabemos, nos MCDT estão análises clínicas. E as análises clínicas, normalmente, quando pedimos análises, pedimos várias análises e daí o número ser tão grande e dar a tal média que falava dos 16 milhões. De qualquer maneira, vou ver melhor os dados e depois farei chegar relativamente à questão dos MCDT.

O número de MGF, neste momento, temos 44 internos de medicina geral e familiar. 6 terminam em abril de 2020, ou seja, ficam 38 médicos de medicina geral e familiar em formação. Mas em janeiro de 2020 entram mais 15. O que quer dizer que temos na Região 53 internos de medicina geral e familiar e assim sucessivamente. Formamos mais gente do que o número de pessoas com idades de reforma relativamente à medicina geral e familiar, o que nos deixa, de alguma forma, tranquilos. Estão a entrar por ano 15 internos novos de medicina geral e familiar, o que conseguimos assim conseguir renovar.

Fisioterapia, a fisioterapia na Região, e como conversava, neste momento, a fisioterapia na ilha de São Miguel apresenta um modelo com uma estrutura e uma plataforma que iniciou em janeiro de 2019, que está a ser testada. Continuando com os resultados que estamos a ter, será implementada em toda a Região e, portanto, com ganhos significativos, quer nos atos de fisioterapia, quer em toda a informação que chega, não só ao MGF, como ao fisiatra, como ao próprio doente. Penso que tenho tudo respondido relativamente ao Deputado Artur Lima.

Relativamente ao Deputado César Toste e ao número de enfermeiros, na Região existem, a trabalhar no Serviço Regional de Saúde, 1645 enfermeiros, à data. Há um concurso de mais 20 para abrir para a USI de São Miguel, mais outros concursos que ainda estarão a decorrer.

As dotações seguras e o número de enfermeiros específicos, também lhe faço chegar porque não tenho agora comigo aqui os dados concretos relativamente à enfermagem.

A carreira de enfermagem, está em curso o processo de instrução às unidades de saúde para procederem à contagem de serviço à carreira de enfermagem, na sequência do descongelamento das carreiras levada a cabo pela Lei do Orçamento de 2018, nos termos já assumidos publicamente por mim após reunião com o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses. E que temos nova reunião para a semana. Assim, quem beneficiou da contagem de 2014, o tempo só será contado a partir dessa data. Em relação aos restantes, o tempo será contado na totalidade, nos termos consagrados na Lei do Orçamento de Estado de 2018.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Jorge.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: Sra. Secretária, vamos recuar até 2014, 23 de outubro de 2014, comunicado do Conselho do Governo que decidiu que ia criar, na freguesia da Piedade, uma secção destacada de bombeiros e que iria apoiar essa criação. Onde é que está essa secção destacada dos bombeiros? Vai, ou não, ser criada? E para quando é que fica completa, no Pico, a rede de emergência pré-hospitalar?

Sra. Secretária, obras no Centro de Saúde das Lajes do Pico estão realmente a decorrer a um ritmo lento, muito lento. Há semanas que se passam e que não há um único trabalhador lá a trabalhar. Obviamente que o prazo inicial não irá ser cumprido. Isso é para todos evidente. Mas também tenho a certeza

que estará cumprido a tempo de ser inaugurado antes das próximas eleições regionais.

O mau é que se faça da saúde dos açorianos, neste caso específico dos lajenses, estarem a ter consultas numa antiga escola que não tinha condições salubres para ter alunos, estarem a usar os utentes do centro de saúde e lá praticarem as consultas e todos os atos que lá se praticam referentes à saúde dos lajenses, quando a obra avança a passo de caracol. E o Governo deveria exigir à empresa, se a culpa é da empresa, que apressasse os trabalhos e que a concluísse durante aquilo que estava previamente determinado.

Sra. Secretária, uma vez concluídas as obras do Centro de Saúde das Lajes do Pico, ficarão os três centros de saúde da ilha do Pico como centros de saúde avançados, com todos os serviços que essa categoria determina, especialmente o serviço de atendimento permanente durante 24 horas?

E, para já, é só. Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sra. Secretária, eu tinha aqui uma nota que me esqueci de dar nota: eu queria apenas fazer aqui um reconhecimento ao Serviço Regional de Proteção Civil pela sua atuação pronta e eficaz. E julgo que é justo fazer aqui esse reconhecimento, esta Casa fazer-lhe, pela sua eficácia, pela sua prontidão e pelo (se é possível chamar-se assim) profissionalismo com que atuaram nas intempéries, ...

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... particularmente na última, no furacão Lorenzo. Mas também foi um dos setores onde a Região fez progressos extraordinários – a nível da Proteção Civil. E queria deixar aqui este registo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Mário Tomé.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em sequência da intervenção do colega Jorge Jorge, na minha primeira intervenção, noutra área, não tive o tempo devido para dar também uma justificação e porque, obviamente, temos todo o interesse que as coisas se resolvam e acompanhamos naturalmente todos os investimentos, assim como outras ações no terreno.

E, de facto, se nos perguntarem se estamos satisfeitos relativamente à questão da obra do Centro de Saúde das Lajes, não estamos satisfeitos, ...

Deputado Jorge Jorge (PSD): E o que é que fizeram?

O Orador: ... o Governo também não está satisfeito, porque, de facto, foi detetado um problema na infraestrutura do teto. E é uma situação que deve ser resolvida, que não põe em causa, obviamente, todo esse investimento previsto e que será realizado.

Mas, há pouco, também, o Deputado Artur Lima dizia uma coisa e fala com conhecimento de causa, obviamente, que eu sou um leigo nessa matéria, que ninguém nega os avanços que houve nos cuidados de saúde da Região. É preciso também reconhecer que muito há ainda a fazer. E eu penso que a vontade não é só nossa, é de todos nós aqui, porque é uma área vital e importante, atendendo à nossa insularidade e aos constrangimentos que temos até nas ilhas que não têm hospital.

Mas no caso do Pico é preciso reconhecer e valorizar o trabalho que o Governo tem feito, nomeadamente:

Com a viatura SIV que tem sido uma mais-valia e tem salvado muitas vidas, que é isso que interessa acima de tudo – salvar vidas;

Deputado Jorge Jorge (PSD): Quando tiver a segunda, não sei como é que vai ser!

Deputado Luís Maurício (PSD): Quando tiver a segunda, ninguém morre!

O Orador: Com as obras no novo Centro de Saúde da Madalena;

Com a instalação do TAC 24 horas;

Com a entrada em funcionamento da medicina interna, que tem sido uma mais-valia para os utentes do Pico;

Com o reforço do número de recursos humanos, quer enfermeiros e médicos.

Eu não sei qual é o rácio, mas, com certeza, não só a nível Região, mas no caso da ilha do Pico, devemos estar acima do rácio nacional;

Com a entrada em funcionamento, muito importante para as três freguesias da ponta da ilha, nomeadamente a Calheta, a Piedade e Ribeirinha, ...

Deputado Jorge Jorge (PSD): E a hemodiálise?

O Orador: ... do posto médico, atendendo a uma questão geográfica;

E com um serviço de hemodiálise, que deve entrar em funcionamento a breve trecho, porque o mais importante, de facto, é que os utentes sejam salvaguardados...

Deputado Jorge Jorge (PSD): Eu já estive convidado para a inauguração, mas fui desconvidado.

O Orador: ... e que, de facto, este equipamento seja uma mais-valia para aqueles que necessariamente necessitam.

No entanto, também, ninguém está aqui a dizer ou a reconhecer que tudo está bem feito. É necessário o Governo Regional reforçar a necessidade da

deslocação de médicos especialistas à ilha do Pico. Portanto, como também essa é uma preocupação nossa relativa aos assuntos do Pico, ...

Deputado Jorge Jorge (PSD): Têm feito obra pública!

O Orador: ... reconhecendo também a importância da Secção dos Bombeiros das Lajes na freguesia da Piedade, Ribeirinha, nessas freguesias, porque, de facto, atendendo à distância que estão do Quartel das Lajes do Pico.

Muito obrigado.

Deputado Marco Costa (PSD): O Sr. Secretário disse na Comissão que não tinha nada a ver com o assunto!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(* **Secretária Regional da Saúde (Maria Teresa Luciano):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, caras e caros colegas:

Relativamente à obra das Lajes do Pico, dizer que neste momento aguardamos um parecer técnico do LREC, portanto, do Laboratório Regional de Engenharia Civil, relativamente à questão das vigas e da cobertura. E, portanto, estamos só a aguardar para continuar com as obras. E daí o que referiu relativamente às Lajes do Pico.

A outra questão da Secção da Piedade, eu dar-lhe-ei informação porque não tenho aqui comigo.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Sr. Deputado Jorge Jorge, tem a palavra.

(* **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em 2016, o Sr. Presidente do Governo afirmava que no primeiro quadrimestre havia um aumento de 86% das consultas de especialistas no Pico face a 2015. O Sr. Secretário Regional de então especificou que tinham passado de 747 para 1391 nos 4 primeiros meses. Hoje, a Sra. Secretária, aqui, falou-nos na ida de especialistas ao Pico, penso eu, até a esta data, de 1210 em duas especialidades. Portanto, números que ficam muito aquém daqueles 4 primeiros meses de 2016.

Sra. Secretária, o que nós queremos no Pico é uma política estruturada e estrutural da ida de especialistas à ilha e não apenas nos anos eleitorais para fazer campanha eleitoral com a ida de especialistas às ilhas e neste caso específico à ilha do Pico.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sra. Secretária, para quando a hemodiálise no Centro de Saúde da Madalena do Pico?

Em março de 2017, o Sr. Secretário Regional referia, nesta Casa, bem como o Sr. Deputado Miguel Costa, que apenas faltava um visto do Tribunal de Contas para aquisição de consumíveis. Em julho do mesmo ano, o Sr. Secretário garantia que arrancava em janeiro de 2018. Este ano, o Sr. Diretor Regional disse que daí a 3 meses arrancava a hemodiálise e assinou um protocolo com a Câmara da Madalena por causa da água e também disse que já estava em funcionamento um processo de validação da Central de Tratamento de Águas. Sra. Secretária, para quando a hemodiálise no Centro de Saúde da Madalena do Pico?

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Saúde** (*Maria Teresa Luciano*): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, caros e caras colegas do Governo:

Relativamente à hemodiálise, é importante referir que é muito importante para o Governo dos Açores, ...

Deputado Luís Maurício (*PSD*): A segurança!

A Oradora: ... para a Secretaria Regional da Saúde, para o Presidente do Hospital da Horta, para o Conselho de Administração da Unidade de Saúde de Ilha do Pico, que a hemodiálise entre em funcionamento para os utentes do Pico que fazem a hemodiálise. Mas mais importante que tudo isto é a segurança dos utentes. E a segurança dos utentes é que está em questão.

Deputado Marco Costa (*PSD*): E os quadros técnicos estão assegurados?

A Oradora: Entrará em funcionamento quando tivermos as condições perfeitas para que se consiga iniciar a hemodiálise. Segurança e qualidade nos nossos utentes é o que nós necessitamos.

Relativamente a 2019 e ao Pico e deslocação de utentes, tivemos 2229 consultas de especialidade: 529 de oftalmologia, 479 de otorrino e 621 de fisioterapia...

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições. Sra. Deputada Mónica Seidi, tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Sra. Secretária da Saúde, perguntei-lhe, falei na minha intervenção inicialmente, sobre a dívida aos fornecedores da Região. E não aceito que a senhora, que é responsável pela Saúde aqui na Região, me responda sobre a dívida lançando um desafio, porque, de facto, os dados que eu apresentei são os últimos dados oficiais que o Governo tem disponíveis para avaliar a dívida que é feita aos fornecedores. Portanto, o desafio que me faz a mim, faço eu

a si, porque a senhora tem os dados. Ou não os quer dar, ou então prefere continuar a dizer que não os tem.

Mas aproveito aqui, nesta Casa da Autonomia, que os torne transparentes, porque, de facto, os dados que eu aqui lancei...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... são os dados oficiais, os últimos dados disponíveis. E isto porquê? Porque, de facto, há fornecedores que estão preocupados. Há fornecedores que nos procuram que têm em risco o seu negócio, que têm dívidas a outros fornecedores, que têm salários para pagar. E é também isso, é também um dever deste Grupo Parlamentar denunciar a situação e fazer todo o possível para que a situação seja resolvida de forma célere, de forma a prejudicar o mínimo possível os fornecedores desta Região.

Foi buscar, Sra. Secretária, os números da Região Autónoma da Madeira, no que concerne a listas de espera cirúrgica, talvez porque também lhe convém. Podia ter ido buscar os números que estão disponíveis no relatório de acesso ao Serviço Nacional de Saúde no que diz respeito, portanto, às listas de espera cirúrgicas. E vou ter que lhe recordar que, por exemplo, nesse documento, o tempo médio de espera dos doentes operados situa-se em 3.3 meses, portanto, muito inferior àquilo que se verifica na Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: E também que a mediana dos tempos de espera dos utentes que estão inscritos situa-se em 3.5 meses. Mais uma vez, muito inferior àquilo que observamos na Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: A pergunta que lhe coloco: são, ou não, os açorianos, portugueses de segunda no que concerne a listas de espera cirúrgicas?

Perguntei-lhe ainda em relação à emissão dos 7 vales de saúde que foram emitidos em 2018. 7 vales de saúde, Sra. Secretária, apenas para a cirurgia

plástica. E as restantes especialidades? Porque é que não foram emitidos mais vales de saúde?

Perguntei-lhe sobre o facto de cada vez menos os doentes serem operados dentro do tempo máximo de resposta garantida. Também não me respondeu. Tempo este que continua a aumentar nos três hospitais da Região.

E, para terminar, falei-lhe também da deslocação de médicos especialistas, sobretudo na área de cirurgia. Porque é que os cirurgiões não podem ir às ilhas fazer consulta, nem tão pouco fazer uma pequena cirurgia? Que assim aliviavam a lista de espera cirúrgica, sobretudo da pequena cirurgia, que continua a aumentar nos hospitais.

Porque esta bancada defende e continuará a defender a descentralização daquilo que é uma política hospitalocêntrica, sempre preferida pelo Partido Socialista.

Obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Luís Maurício, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A intenção da minha intervenção tem a ver com dois motivos essenciais: o primeiro, relevar a importância do Serviço Regional de Saúde e das respostas que ele dá aos doentes; em segundo lugar, transitando para aquilo que será a minha intervenção rápida sobre o Serviço Regional de Saúde, contestar as afirmações do Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

Deputado Carlos Silva (PS): Outra vez?

O Orador: Ó Sr. Deputado, nós todos temos dias menos felizes. Eu também tenho dias menos felizes. Todos nós temos dias maus. Eu também já tive dias maus. E, por conseguinte, aquilo que se esperaria de V. Exa. é que aqui

chegasse e com humildade dissesse: tive um dia menos feliz e, portanto, aquilo que disse, olhe, não era aquilo que eu pretendia dizer.

E nessas circunstâncias, enquanto líder parlamentar, Sr. Deputado, eu não posso aceitar como corretas as suas afirmações colocando em causa a deontologia e a ética médicas...

Deputado João Vasco Costa (PS): Não, não! Ética política, já agora.

O Orador: ... em relação a um dos intervenientes desta bancada, quando nós estamos num parlamento e, por conseguinte, como deputados e não num hospital ou numa unidade de saúde como médicos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): O Sr. Deputado César Toste falou como enfermeiro!

O Orador: Aqui o que se coloca não é a ética nem a deontologia médicas, é a ética política.

Deputado João Vasco Costa (PS): Ética política!

O Orador: E nesse sentido ninguém o acusou, desta bancada, insinuando ou de forma expressa indicando o seu nome, relativamente a uma expressão que o Sr. Deputado terá utilizado numa visita que fez a uma unidade de saúde da Região.

E, portanto, nestas circunstâncias cabe-me a mim, enquanto líder da bancada, repor a verdade dos factos, dizendo-lhe mais uma vez que todos nós temos os nossos dias menos felizes, só que é preciso também que reconheçamos isso e que sem arrogância o afirmemos. E quando acharmos que assim acontece, pedirmos desculpa por aquilo que dizemos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar e ao essencial, Sra. Secretária Regional, para o PSD, a Saúde na Região, naturalmente, é uma matéria extraordinariamente importante. Já tive aqui a oportunidade de o dizer por diferentes vezes.

Precisamos de planeamento em termos de recursos humanos na nossa Região. Saber, a 10 anos, que recursos precisamos relativamente a pessoal auxiliar, a pessoal de enfermagem, a pessoal médico, até tendo em atenção as características demográficas da nossa população inserida no Serviço Regional de Saúde.

E precisamos de ter uma preocupação constante na defesa dos direitos dos nossos doentes. E, portanto, não é admissível que doentes, ainda hoje, como acontece nos três hospitais da Região, mas em particular no Hospital do Divino Espírito Santo em Ponta Delgada, apenas e só 34% deles sejam operados dentro do tempo máximo de resposta garantida. Isso significa que 66% deles não o foram. E, por conseguinte, nós queremos crer, e passo o pleonasma, que o anexo à portaria que define os tempos máximos de resposta garantida, que não foi uma iniciativa do PSD porque não é Governo, é uma iniciativa do Governo que governa, defenda os direitos dos doentes dizendo que ultrapassado o tempo máximo de resposta garantido eles têm tratamento de igual qualidade em outra instituição, que isso não passe de palavra vãs!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Portanto, os doentes, 66% dos doentes viram ultrapassado o seu tempo máximo de resposta garantido não tendo sido operados.

E queria pedir-lhe, Sra. Secretária Regional, que tivesse essa preocupação, a defesa dos direitos dos doentes e não tenha receio da transparência na governação. Eu tive oportunidade de lhe dirigir um requerimento a 16 de agosto. A Sra. Secretária Regional ainda não me respondeu. Não sei porque não o terá feito. A informação que lhe era solicitada não está toda contida no SIGICA. E perguntava-lhe exatamente, em relação a cada uma das especialidades, qual o doente há mais tempo em espera cirúrgica. Isso, os

senhores nunca disseram. Nem quando nós solicitamos essas informações junto dos conselhos de administração nos é dito.

No Hospital de Ponta Delgada, em desabafo, informaram-nos que nomeadamente na ortopedia há doentes inscritos em 2015. Isso só significa que o esforço que sobre esta matéria está, reconhecemos, a ser feito seja feito de uma forma muito mais intensa. Questionamos os conselhos de administração sobre as execuções de cada um dos programas. Não nos souberam responder.

Dos 900 mil euros inscritos no Plano, o ano passado, qual o valor que foi executado? Ninguém sabe. Responderam-me vagamente: a maior parte vem para o Hospital de Ponta Delgada. Uma expressão vaga, em nada concreta nem absoluta. Como é que os dinheiros são executados?

E, já agora, Sra. Secretária Regional, permita-me que lhe diga, o Vale Saúde, na sua extensão, deve ser executado pela entidade privada com quem se convencionou. Eu queria perguntar-lhe se a avaliação pré e pós cirúrgica dos atuais vales saúde que estão a ser emitidos no Hospital de Ponta Delgada estão a ser feitos numa unidade pública de saúde – Hospital de Ponta Delgada, ou são feitos na Clínica do Bom Jesus?

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não era para fazer uma intervenção neste âmbito, mas a intervenção do Sr. Deputado Luís Maurício motivou que eu tivesse que realizar uma resposta e uma intervenção neste Parlamento.

Sr. Deputado Luís Maurício, eu, e disse bem, compreendo que todos nós possamos ter um dia menos feliz, que todos nós possamos, numa declaração, ter dito aquilo que não gostaríamos de ter dito naquele determinado momento. Já me aconteceu a mim. Já lhe aconteceu a si. Já aconteceu com certeza ao Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia. É normal que aconteça. O que já não é normal numa democracia que se quer saudável e num debate que se quer profícuo é quando nós somos acusados de ter um dia menos feliz quando na verdade esse dia não foi infeliz. Ou seja, o que não é justo que o Sr. Deputado tenha vindo aqui trazer a esta Câmara é acusar o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia de ter dito dos doentes açorianos que as queixas que tinham em relação ao Serviço Regional de Saúde passavam de lamúrias.

Deputado Luís Maurício (PSD): Eu não disse nada disso!

O Orador: Foi dito e infelizmente propagado em muita comunicação social.

Deputado Luís Maurício (PSD): Eu não disse nada disso!

O Orador: E para bom entendedor, Sras. e Srs. Deputados, meia palavra basta.

Os Srs. Deputados, desde o início deste debate parlamentar, por diversas vezes diziam: os açorianos não são lamúrias, as queixas dos açorianos não são lamúrias em relação à saúde. Todos nós percebemos o que os senhores queriam dizer. Todos nós percebemos o que é que os senhores queriam induzir. Mas permita-me que lhe com a maior das honestidades: eu não o faria!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Há palavras que são proibidas!

O Orador: Eu não utilizaria essa forma de insinuação sem nunca na verdade afirmar lamúrias, neste caso em particular, ...

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Lamúrias!

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Sr. Deputado, quantas vezes? A sua memória política não pode ser tão curta, Sr. Deputado!

O Orador: ... quando o Sr. Deputado em nenhum momento se referiu aos utentes açorianos como alguém cujas queixas fossem lamúrias.

Aliás, é importante que se diga e se esclareça nesta Câmara a razão e o motivo pelo qual o Sr. Deputado fez uma declaração à comunicação social. E é nisso que nós nos revemos. Foi no orgulho que tem no Serviço Regional de Saúde. Um Serviço Regional de Saúde que, por muitas críticas que nós possamos fazer, é universal. Um Serviço Regional de Saúde que, por muitas críticas que nós possamos fazer, é tendencialmente gratuito. Um Serviço Regional de Saúde que é constituído por milhares de profissionais, por funcionários públicos que diariamente, todos os dias, fazem das tripas coração para conseguir prestar o melhor dos cuidados médicos às açorianas e aos açorianos.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): É verdade!

O Orador: E esse é o motivo pelo qual nós nos orgulhamos pelo Serviço Regional de Saúde. Orgulhamo-nos também pelo facto de: de um ano para o outro, nós termos podido aumentar em 61% as consultas de medicina geral e familiar; por nós termos aumentado, de um ano para o outro, as consultas de especialidade em 38%; por termos aumentado a pequena cirurgia em mais 400%; por termos aumentado a média e grande cirurgia em mais de 18%. Isto é um esforço que não é só do Governo, é dos profissionais de saúde que todos os dias trabalham para poder melhorar a saúde dos açorianos.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): A quem o diz!

O Orador: E foi isso que o Sr. Deputado quis dizer. E quis dizer que, perante este cenário, aquilo que a oposição permanentemente tem feito...

Deputado Jorge Jorge (*PSD*): Não foi a oposição!

O Orador: ... são lamúrias que desvalorizam o trabalho que é feito pelo Serviço Regional de Saúde e pelos profissionais do Serviço Regional de Saúde!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: E quer que lhe diga, Sr. Deputado? Eu concordo! Nós concordamos com aquilo que o Sr. Deputado disse à comunicação social, porque nós temos orgulho do Serviço Regional de Saúde! E há coisa que nós não abdicamos, é do nosso compromisso para o melhorar. Por isso é que o vamos reforçar em termos de meios financeiros. Por isso é que temos tentado cumprir os nossos compromissos com os fornecedores. Por isso é que estamos a equipar o Serviço Regional de Saúde com equipamentos cada vez mais modernos que possam prestar serviços efetivamente mais completos aos nossos utentes. Por isso é que nas propostas de alteração que vamos fazer ao Plano e ao Orçamento temos inúmeras matérias e inúmeras propostas, e algumas propostas do Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia, que reforçam a abrangência e a universalidade do nosso Serviço Regional de Saúde.

Por isso, Sr. Deputado Luís Maurício, nós temos muito orgulho no nosso Serviço Regional de Saúde. E isso o senhor não nos tira!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): E nós também!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional da Saúde, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Saúde** (*Maria Teresa Luciano*): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, caras e caros colegas:

O Serviço Regional de Saúde tem que se concentrar no futuro. No entanto, relativamente ao Vale Saúde, 2018, foram emitidos 47 vales. Desses 47 vales, os doentes depois de contactados não quiseram fazer a cirurgia e por isso é que foram 7 vales, como a Deputada Mónica Seidi falou.

Deputada Mónica Seidi (*PSD*): Está no relatório!

A Oradora: Por último, só reforçar que o Serviço Regional de Saúde está mais forte, temos mais médicos, temos mais profissionais de saúde. Ficamos contentes com os nossos profissionais de saúde, produzimos mais, temos mais necessidades. Conseguimos criar assim gerações mais saudáveis. E, portanto, tudo isto é muito positivo para o Serviço Regional de Saúde.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Sr. Deputado Mónica Seidi, tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: É uma interpelação. Só para informar que vou fazer chegar à Câmara, para que seja distribuído por todos os Deputados, o relatório que rececionamos no email, que o que diz é que foram sinalizados 46 doentes e emitidos 7 vales de saúde.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Depois de rececionado, será então distribuído pelas Sras. e os Srs. Deputados.

Pergunto se há mais alguma inscrição. Não havendo mais inscrições para a participação no debate, vamos dar início às intervenções de tribuna. Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apreciamos e discutimos o Plano e Orçamento que conclui esta legislatura. Nesta tribuna, e em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, cabe-me a responsabilidade de fazer a apreciação do desenvolvimento do nosso Sistema de Saúde. Faço-o com a satisfação e a convicção do Governo do Partido Socialista Açores ter primado por uma ação multifatorial para a resolução dos problemas de saúde e desafios que implicam a prestação de cuidados de saúde alargada, multidisciplinar e de qualidade a todas as açorianas e os açorianos.

Hoje, estamos mais perto de atingir um dos desígnios desta legislatura – a cobertura da nossa população por médicos de medicina geral e familiar. Para esse desígnio contamos não só com as opções dos médicos que fizeram a formação específica, como da competência dos nossos formadores e do reconhecimento das idoneidades formativas das Unidades de Saúde de Ilha. Hoje, 96% da população açoriana tem acesso a médico de medicina geral e familiar.

Hoje, temos 141 jovens médicos em formação: 45 no ano comum, 44 no internato de medicina geral e familiar e 52 nos internatos hospitalares.

Alargámos a diversificação da oferta de consultas e de serviços complementares. Assumimos que se prestaram mais cuidados de saúde, fizeram-se mais diagnósticos, mais referenciação, mais cuidados terapêuticos especializados, incluindo cirurgias. As estatísticas oficiais assim o dizem e comprovam.

Hoje, discutimos o Plano e Orçamento, que não só corporiza um referencial de progresso e de confiança, como torna claro que o Partido Socialista dos

Açores e o Governo têm um património inquestionável no setor da Saúde e querem continuar a mantê-lo.

O Plano de Investimento Público proposto para o desenvolvimento do nosso Serviço Regional de Saúde sofre um aumento de 9.4 milhões de euros, passando para 45.4 milhões de euros. O Orçamento, de 275 milhões de euros, tem mais 6.4 milhões do que o anterior.

Garantimos o nível de investimento que temos registado, pondo sempre e em primeiro lugar os açorianos e uma medicina tecnicamente moderna e que queremos continuamente humanizada.

Nenhum açoriano deixará de ser tratado por motivos orçamentais.

Mas temos a consciência que se impõe, tal como nos Serviços Nacionais e Europeus de Saúde, de pensarmos o seu financiamento e sustentabilidade, para que não condicionem o acesso nem comprometam os cuidados adequados a cada cidadão.

Entendemos a saúde dos açorianos como um importante fator de coesão, uma das maiores valias da nossa Autonomia e uma prioridade social.

Estamos obrigados a um esforço continuado, ano após ano, na salvaguarda das acessibilidades, da eficiência, da qualidade, da competência e da confiança.

É por isso e para isso que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o seu Governo se empenham na consolidação do nosso Serviço Regional de Saúde e o tornam mais competente, mais capaz e eficiente, ao serviço das açorianas e dos açorianos, e de outros, que, não o sendo, a ele recorram por opção ou necessidade.

Queremos continuar a assegurar uma obrigação de serviço público. Para isso, o Governo dos Açores continuará não só a fazer um grande esforço para aumentar o financiamento na saúde, como prosseguir com a contratação de

mais médicos, mais enfermeiros, mais médicos dentistas, mais técnicos superiores de saúde e mais assistentes operacionais.

Temos sensibilidade social.

O Anuário Estatístico da Região de 2018 comprova que temos 630 médicos e 1628 enfermeiros.

Aumentámos as consultas de medicina geral e familiar em 61%, nas especialidades hospitalares em 38% e nas de enfermagem em 315% desde 2016.

Aumentámos as consultas de medicina dentária em 36%, as consultas de psicologia em 25% e as consultas de nutrição em 70%.

Aumentámos os meios de diagnóstico e terapêutica em 31.8%.

Aumentámos a média e grande cirurgia em 18% e a pequena cirurgia em 402%, efetuadas em horário normal, em 2018.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queremos continuar a implementar políticas que vão de encontro ao preconizado no Plano Regional de Saúde, com vista à promoção da saúde e à prevenção das doenças, para contribuímos para a diminuição das taxas de mortalidade causadas por doenças com maior incidência ou prevalência.

A educação para a saúde, as alterações dos estilos de vida, os rastreios organizados e o diagnóstico precoce são, inequivocamente, os procedimentos mais eficazes no combate a estas doenças.

Queremos continuar a melhorar os indicadores de cuidados de saúde ao promover as melhores práticas, mesmo com os serviços de saúde sujeitos a um crescente aumento de procura, por via do aumento do número das diversas doenças crónicas, das doenças degenerativas e das doenças de saúde mental, entre outras.

Todos estes desígnios geram, inevitavelmente, mais custos.

A saúde nas Regiões Autónomas tem um custo acrescido, mas também é uma evidência que este custo é suportado com a responsabilidade que o Governo do Partido Socialista não se escusa de assumir, para bem dos açorianos.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

O Orador: Graças à persistência e às negociações entre o Governo dos Açores e o Governo da República, ambos do Partido Socialista, em 40 anos do Serviço Nacional de Saúde conseguimos ver aprovada, por unanimidade, na Assembleia da República, a Lei que garante a reciprocidade com o Serviço Regional de Saúde.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Assumimos a existência de problemas e constrangimentos, hoje, como ontem e como os teremos no futuro, que nos exigem permanente atenção e acordarmos as soluções possíveis.

Umhas palavras para as listas de inscitos para cirurgia. Temos definidos os tempos máximos de resposta garantida. O Serviço Nacional de Saúde também os tem. Naturalmente, todos os dias estas listas sofrem um aumento. Assumimos a existência deste constrangimento como reconhecemos que são um problema “sistémico” e “transversal” de todos os sistemas de saúde, que ao aumentarem as respostas ao atendimento e ao melhorarem-se os diagnósticos, rapidamente as aumentam.

Mas queremos afirmar que nenhuma situação de urgência ou prioritária ficou sem solução ou resposta por parte do Serviço Regional de Saúde.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sobre esta problemática, permitam-me que, sem questionar ou pôr em causa a competência e os critérios dos nossos médicos cirurgiões, evoque a

afirmação de um dos mais credenciados e reputados cirurgiões, Henry Marsh, e cito: “É preciso três meses para aprender a fazer uma cirurgia, três anos para saber quando é preciso fazê-la e trinta anos para saber quando não se deve fazer uma operação.” Cito.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

O Orador: Nada é tão simples como parece. O fácil está resolvido. O difícil é o desafio que enfrentamos com determinação.

Os açorianos pedem-nos compromissos que satisfaçam as suas necessidades em saúde. O Partido Socialista e o Governo aqui estão para os assumir e comprometer-se a dar as respostas adequadas. Com um projeto de confiança e de estabilidade e porque queremos fazer sempre mais e melhor, assim continuaremos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Não havendo, passamos então à intervenção do Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Plano para 2020 prevê uma diminuição de cerca de 9% para a Prevenção de Riscos e Proteção Civil, contrariando todas as expetativas, sobretudo porque numa região como a nossa, equipar as estruturas de proteção civil e as corporações de bombeiros em particular é sempre um trabalho inacabado.

O Governo justifica esta diminuição com o facto de em 2019 ter inscrito 1 milhão 150 mil euros para a aquisição de ambulâncias. É verdade. Mas não pode o Governo esquecer que, ao longo dos últimos anos, houve investimentos que ficaram para trás e que, agora, são também cada vez mais urgentes. E falo de três em concreto:

A aquisição de veículos de combate a incêndios, uma necessidade premente das corporações;

A dotação de equipamentos de proteção individual;

E a valorização do capital humano.

Neste ponto, está em curso a revisão da Portaria de Condições de Trabalho dos Bombeiros Tripulantes de Ambulância – uma iniciativa do PSD aprovada por unanimidade nesta Assembleia. E a proposta dada a conhecer aos bombeiros não reconhece a complexidade e o risco da função.

Sr. Presidente do Governo, não é com salários de 700€, pouco acima do salário mínimo regional para 2020, que se reconhece e valoriza a missão do bombeiro tripulante de ambulância. O reconhecimento dos bombeiros dos Açores tem que passar, também, pela sua valorização profissional e pela melhoria das suas condições de vida.

Os Açores, reiteramos aqui nesta Assembleia, têm Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários centenárias, têm bombeiros dedicados e têm uma população sensível às questões da proteção civil.

Mas o Governo tem um papel central, que tem assumido globalmente nesta área e que tem que continuar a assumir, na devida medida, ao nível da dotação de meios e, também, da melhoria das condições de vida dos homens e mulheres que asseguram a Proteção Civil na Região Autónoma dos Açores. Disse.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

(Neste momento, o Deputado Manuel Pereira retomou o seu lugar na Mesa)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Julgo não haver.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos. Passamos para a intervenção da Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo.

Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo *(Marta Guerreiro):*

Sra. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Começo esta intervenção, exatamente, da mesma forma como me dirigi a todos vós, há quase 3 anos atrás, quando defendia o primeiro Plano desta legislatura:

Responsabilidade, Respeito e Entusiasmo foram os três conceitos escolhidos e aqueles que esta Secretaria Regional tem procurado honrar ao longo deste mandato, encarando esta pasta como uma verdadeira aposta na promoção do desenvolvimento do arquipélago.

Com a criação desta Secretaria, propusemo-nos levar a cabo uma gestão integrada e harmoniosa destas três áreas, proporcionando inequívoco impacto no desenvolvimento da nossa economia e na melhoria das condições de vida dos açorianos.

A proposta de Plano para 2020 que vos apresentamos, com um investimento de 56 milhões de euros, evidencia isso mesmo. Por um lado, a consolidação de políticas face aos desafios atuais destas três áreas preponderantes, e, por outro, uma atuação focada no futuro dos Açores assente na transição energética, na salvaguarda do nosso património natural e na criação de emprego qualificado e criação de riqueza no setor do Turismo.

Começando pela Energia, aqui, o conceito que impera é o da Responsabilidade. Responsabilidade, neste que tem sido um setor estratégico e prioritário e que representa agora cerca de 2,5 milhões de euros, aproximadamente, do Plano para 2020 – um investimento superior em 60% ao primeiro Plano deste Governo.

Para além da aposta na eficiência energética, por via da concretização de programas direcionados a vários setores de atividade e por inúmeras ações de sensibilização, nota também para a elaboração da Estratégia Açoriana para a Energia no horizonte 2030, com o objetivo de dotar a Região de orientações que respondam às suas necessidades, de modo a explorar, de forma otimizada, as potencialidades dos nossos recursos naturais.

Mas, neste setor, o maior destaque é a aposta na mobilidade elétrica! Neste âmbito, levámos a cabo um conjunto de medidas ao longo destes 3 anos para que esta se torne uma verdadeira realidade nos Açores, de Santa Maria ao Corvo.

Aprovámos a Estratégia para Implementação da Mobilidade Elétrica. Estamos a implementar as ações previstas no respetivo Plano.

Temos em curso a concretização da primeira rede com 26 pontos de carregamento para veículos elétricos, que abrange todos os concelhos da Região. Aqui, destaque para o facto de, até ao final do presente ano, ficarem disponíveis 16 pontos, dos quais 9 são rápidos, com conclusão total desta primeira fase durante o primeiro semestre de 2020.

No global, o Governo dos Açores pretende investir no próximo ano cerca de 1,4 milhões de euros na área da mobilidade elétrica na Região, montante que representa um aumento de mais de 30% em relação a este ano. Assim, teremos disponível meio milhão de euros para os açorianos que pretendam adquirir veículos elétricos, por via da atribuição de incentivos financeiros diretos.

Queremos que a mobilidade elétrica seja uma realidade na vida dos açorianos, criando condições para a adoção de opções ambientais e energéticas mais responsáveis e conscientes por cada um de nós!

Ainda no que toca a incentivos, realçamos o reforço e a otimização do PROENERGIA.

De notar o facto de ao longo da legislatura já termos apoiado cerca de 1.300 açorianos na aquisição de equipamentos de produção de energia limpa, em todas as ilhas do arquipélago, num valor de investimento próximo dos 900 mil euros.

Uma medida que faz jus também ao empenho do Governo dos Açores no aumento da utilização de fontes de energia renováveis, que representam já cerca de 40% do total, realçando-se também o objetivo do incremento desta representatividade com o recurso a sistemas de armazenamento, a par dos investimentos na Região, de natureza privada e pública, para aumentar a capacidade instalada por via do aproveitamento hídrico, geotérmico e solar. A área da Energia tem sido uma aposta, uma responsabilidade consolidada ao longo dos últimos 3 anos, sendo reforçada precisamente por ser um pilar fundamental nos desafios que marcam as agendas mundiais, nomeadamente no que diz respeito à promoção de uma economia de baixo carbono e ao combate às alterações climáticas.

E esta última matéria é, de facto, um desígnio estratégico deste Governo, pelo que, enquanto titular da pasta do Ambiente, não posso deixar de reforçar, com satisfação, que a presente legislatura fica marcada pela aprovação, aqui, do Programa Regional para as Alterações Climáticas, o PRAC.

Com o Plano de Investimentos para 2020, propomo-nos incrementar as ações relativas à mitigação das emissões e à adaptação às mudanças climáticas, dando expressão a uma abordagem integrada e abrangente que evidencia

ambição e pioneirismo e coloca os Açores na linha da frente do combate às causas e aos efeitos de um dos maiores problemas e desafios com o qual a Humanidade atualmente se depara.

Mas, para além das ações e projetos plasmados no documento em apreciação, permito-me destacar a recente aprovação da nota de síntese do programa integrado LIFE CLIMAZ. Este projeto integrado tem como propósito garantir o financiamento para a implementação de diversas medidas e ações do PRAC, envolvendo mais de uma dezena de entidades.

E porque também já estamos a falar de Ambiente, aqui não podemos deixar de destacar o Respeito. Respeito que o legado ambiental que temos ao nosso cuidado exige.

Assim, se a implementação do PRAC constitui uma novidade, o crescente peso – também ao nível do financiamento – que temos vindo a dar às políticas de conservação da natureza concretiza uma aposta clara e efetiva no capital natural dos Açores.

No período de 2017 a 2020, as dotações do Plano de Investimentos alocadas à conservação da natureza serão cerca de 44 milhões de euros, o que representa um acréscimo superior a 80% face aos 4 anos anteriores.

Orgulhamo-nos de a presente legislatura ficar marcada pelo investimento na qualidade ambiental, na conservação da natureza, no ordenamento do território e na promoção de uma cidadania ambiental cada vez mais ativa.

Para 2020, o investimento global nas áreas ambientais será de praticamente 20 milhões de euros, confirmando a aposta, o respeito do Governo dos Açores por estas áreas, assegurando um efetivo desenvolvimento sustentável.

Hoje, destacamo-nos como a região do país com melhores desempenhos na gestão dos resíduos urbanos, onde o conceito de economia circular assume efetivo significado quando sete das nove ilhas dos Açores apresentam taxas

de valorização material e orgânica acima dos 80%, ou quando as ilhas das Flores, Corvo, Faial e Santa Maria se destacam pelo “aterro zero”, isto é, por assegurem a valorização da totalidade dos respetivos resíduos urbanos. Mas também por sermos pioneiros no combate aos sacos plásticos descartáveis e de nos estarmos a posicionar na linha da frente para a redução do consumo e do impacto no ambiente dos produtos de utilização única.

Neste sentido, a qualidade ambiental continuará a ser uma aposta estratégica, com particular incidência nos resíduos, através de investimento continuado na prevenção dos resíduos produzidos e na diminuição dos impactos ambientais dos produtos ao longo do seu ciclo de vida, por via da sua valorização. Aqui, destaque para um projeto pioneiro de apoio às Câmaras Municipais na implementação de sistemas de recolha seletiva de resíduos orgânicos, através da disponibilização de 1.000 contentores para colocação junto dos ecopontos das recolhas seletivas municipais.

No que diz respeito à conservação da natureza, que representa – na linha do que já foi referido – a maior fatia de investimento ambiental para 2020, é de sublinhar a execução de três projetos LIFE: integrado Azores Natura e dois projetos tradicionais – Vidalia e Beetles. Para além do significativo volume de investimento destes projetos, quase 23 milhões de euros, cofinanciados no âmbito do Programa para o Ambiente e a Ação Climática da União Europeia, não posso deixar de salientar que somos a única região do país que, até ao momento, concebeu, e está a executar, um projeto integrado, sendo que o LIFE Azores Natura é o maior e mais abrangente projeto de conservação da natureza alguma vez concebido para os Açores.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

A Oradora: Assim, por via dos vários projetos em curso, através de programas de financiamento da União Europeia (LIFE e INTERREG),

conseguimos, em 2020, trazer para a Região cerca de três milhões de euros, com impacto direto na nossa comunidade.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: Também o sistema de incentivos à manutenção de paisagens tradicionais terá um substancial reforço de investimento, continuando a representar uma forte aposta na salvaguarda e na valorização de algumas das nossas paisagens mais emblemáticas, com uma dotação de 1,5 milhões de euros.

Esta atitude de salvaguarda e preservação, de Respeito, foi transversal na nossa atuação, com a criação e dinamização de uma ampla rede de centros ambientais e de estruturas de interpretação e apoio aos visitantes das áreas protegidas.

Um trabalho permanente, que continuaremos a levar a cabo, com destaque para a construção do Centro de Interpretação do Monumento Natural do Algar do Carvão e a requalificação do percurso pedestre na Reserva Natural da Serra de Santa Bárbara, ambos na ilha Terceira, bem como para a requalificação do miradouro da ilha Sabrina, no Monumento Natural do Pico das Camarinhas e Ponta da Ferraria, e a requalificação do miradouro e do trilho na Reserva Natural da Lagoa do Fogo, estes dois últimos na ilha de São Miguel.

No âmbito dos recursos hídricos, salientamos, como prioridade, a continuação do processo de alteração do Plano Regional da Água, a monitorização regular da manutenção da rede hidrográfica e dos recursos hídricos, incluindo o combate aos processos de eutrofização das nossas marcantes lagoas.

Em termos de políticas de ordenamento de território, daremos continuidade aos processos de alteração dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira, desenvolveremos o sistema de monitorização de zonas de risco e

prossequiremos com o processo de elaboração do Cadastro Predial, rústico e urbano, abrangendo todas as ilhas.

E, sim, sempre com muito Respeito.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Neste nosso Plano, o setor do Turismo é aquele que representa o maior crescimento em valor absoluto, ao qual corresponde uma variação de cerca de 4% face ao exercício anterior, comprovando que o Governo dos Açores continua a apostar num dos setores que, nos últimos anos, maior dinamismo tem apresentado, sendo fundamental para o nosso desenvolvimento económico.

Aqui, enorme Entusiasmo. Entusiasmo pelos resultados alcançados, verdadeiramente transformadores da nossa realidade e por todo o potencial que temos pela frente. Note-se que, nos primeiros 9 meses de 2019, a atividade turística já registou o número de dormidas de todo o ano anterior – 2.5 milhões em todas as tipologias. Assim, estimamos terminar o ano muito próximos dos 3 milhões de dormidas, o que contrasta com menos de 2 milhões que tínhamos em 2016.

Para o Governo dos Açores, estes dados são mais do que simples números, representam qualidade de vida por via de novas oportunidades de negócio disponíveis, funcionando o Turismo como aglutinador e impulsionador para os mais variados setores económicos, e empregando um número substancial de trabalhadores de uma forma direta e indireta.

A oferta do número de camas é, precisamente, esse reflexo, registando ao longo desta legislatura uma evolução notável. Mais alojamento e muito melhor oferta. O número de camas total aumentou cerca de 70%, sendo motivo de orgulho para todos nós as classificações atribuídas pelos clientes à generalidade dos alojamentos nas diferentes tipologias.

Os investidores acreditaram, e continuam a acreditar, no potencial turístico dos Açores, que tem conseguido captar níveis de notoriedade internacional inimagináveis há muitos poucos anos atrás.

E, claro, isto traduz-se também no aumento do emprego associado ao turismo. Os quase nove mil empregos no setor do alojamento, restauração e similares, no 3.º trimestre de 2019, representam já 7.6% do total de empregados na Região. No espaço de 3 anos foram criados mais de 30% de postos de trabalho, naturalmente com um impacto muito significativo nas famílias açorianas.

Neste âmbito, focados em manter a dinâmica e o equilíbrio entre a oferta e a procura e de forma a manter uma tendência de crescimento sustentada, resultante do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, em conjunto, por entidades públicas e privadas, nos últimos anos, o investimento em 2020 assentará em três eixos: sustentabilidade, promoção e qualificação do destino, através do desenvolvimento de ações em consonância com o PEMTA e com o POTRAA.

Ao nível dos serviços, a qualificação continuará a passar pela formação de profissionais do setor, em várias áreas e etapas, mas gostava aqui de destacar a parceria com a Associação Europeia de Escolas de Hotelaria e de Turismo na realização de estágios nos Açores, entre abril e setembro; bem como o curso de formação em Gestão Hoteleira, já entre janeiro a abril do próximo ano.

Por outro lado, ao nível dos produtos, continuar-se-á a investir na inovação, manutenção e reestruturação dos produtos atuais, como sejam os percursos pedestres, adaptando-os aos novos perfis de consumo, mas também na criação de novos produtos que contribuam para a diversificação de uma oferta cada vez mais diferenciadora e com maior poder competitivo, em

relação à concorrência, como seja o canyoning, a rede de percursos cicláveis e as rotas temáticas do património baleeiro, do vinho e dos vulcões.

No que diz respeito à promoção, para além do investimento em reforço de ações junto dos principais mercados emissores, a angariação e manutenção de eventos internacionais continuará a ser uma aposta a manter e a reforçar, permitindo a captação de fluxos que atenuem os efeitos da sazonalidade, com o contributo dos programas de turismo sénior e turismo inclusivo, pelos fluxos internos que geram e pelo que representam em termos também de conceito, fora do período de época alta, e que, por sua vez, contribuem para a sustentabilidade do Turismo, enquanto atividade geradora de riqueza e de emprego durante todo o ano e onde todos têm direito a estar.

Chegados aqui, consideramos inegável o trabalho feito por este Governo em termos de desenvolvimento de ações de gestão sustentável do destino, mas também em matéria de promoção e de fluxos turísticos, os quais potenciaram crescimentos muito significativos em cima de crescimentos já de si impressionantes e difíceis de igualar.

Como não mostrar Entusiasmo?

Terminando, e bem cientes dos desafios que temos pela frente, este é o contributo das áreas da Energia, do Ambiente e do Turismo para a conquista de novos patamares de desenvolvimento, respeitadores do nosso património ambiental e paisagístico, com grande responsabilidade pelo que estamos a construir e com enorme entusiasmo ao percorrermos este caminho de prosperidade.

Um caminho, nas linhas de Dias de Melo, – sempre – “do povo, do nosso povo, com as suas virtudes e os seus defeitos”.

Um povo de Natália, que faz jus ao conceito de “habitar a ilha”, porque “ilhas há muitas”, mas nenhuma como os Açores!

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

A Mesa já tem algumas inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só umas rápidas perguntas. Sra. Secretária, a zona do Topo, na ilha de São Jorge, nos últimos tempos, tem sofrido imensas interrupções de fornecimento de energia elétrica, com todos os prejuízos para a população que daí avêm. Gostaria de lhe perguntar se foi aberto algum inquérito ao abrigo do Regulamento da Qualidade de Serviço, que deve ser respeitado. E qual é a razão deste problema? O que está a ser feito para solucionar esta grave situação, que muito tem prejudicado a população do Topo?

Em relação à prematura partida da Delta, gostaria que informasse esta Câmara de quais as diligências que o Governo efetuou no sentido de reverter esta decisão, que foi uma péssima notícia, negativa para a promoção dos Açores, e quando os empresários investiram e ansiavam um aumento da operação e não o seu cancelamento.

A nova rota da TAP, Ponta Delgada/Boston, que é uma boa notícia, eu gostaria de perguntar se vai haver da parte do Governo alguma contrapartida direta ou indireta, seja do Governo ou seja através da ATA, para esta operação.

Também gostaria de perguntar se o Governo já diligenciou junto da SATA e TAP para haver um acordo interline e acordo tarifário para que qualquer açoriano de qualquer ilha chegue a Boston pelo mesmo preço e para que os turistas dos Estados Unidos consigam chegar a qualquer ilha dos Açores sem custos adicionais.

Na nova rota da Ryanair, do Reino Unido para a ilha Terceira, gostaria de perguntar quais têm sido as ações de promoção extraordinárias que foram feitas para desenvolver esta nova rota.

Também gostaria de perguntar qual é o valor atribuído à ATA neste ano de 2020. E, em 2019, qual foi o valor que foi transferido para a ATA?

Finalmente, o que é que o Governo vai fazer para melhorar a distribuição dos passageiros que chegam às gateways e pretendam visitar as outras ilhas.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O trabalho desenvolvido pelo Governo Regional, suportado pelo Partido Socialista, na área do Turismo tem sido concretizado e implementado ao longo desta legislatura com resultados visíveis para todos e em todas as nossas ilhas. Falamos de um setor que tem apresentado uma grande dinâmica, uma grande capacidade de criar emprego, desenvolvimento económico em todas as ilhas, contribuindo assim também para a melhoria da sustentabilidade da economia da Região como um todo.

Falamos em 131% de crescimento ao nível de hóspedes, 138% ao nível das dormidas e em 125% ao nível dos proveitos totais, só na hotelaria tradicional, isto entre 2012 e 2018, o que faz com que, por exemplo, passamos de 42 milhões de receitas para 94.5 milhões de euros de receita. Estes resultados extraordinários são fruto de muito trabalho e dedicação de todos os intervenientes, sejam eles entidades públicas ou privadas e são um motivo de orgulho, de confiança, mas também de motivação para que possamos superar os desafios com que ainda estamos confrontados.

Um desafio contínuo será o da qualificação da oferta de produtos e de serviços, o de aumentar a nossa notoriedade, o de melhorar a nossa experiência em todas as nossas 9 ilhas.

Outro destaque e outro desafio para o qual o Governo tem dado respostas decisivas e importantes tem sido para a questão da sustentabilidade do nosso destino, onde temos a nossa candidatura e a certificação do destino como sustentável, onde as componentes ambiental, social e económica têm todas elas de trabalhar em conjunto para garantir essa sustentabilidade...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... e o futuro do Turismo na Região Autónoma dos Açores.

Ainda do ponto de vista da sazonalidade e do desafio de responder às questões da sazonalidade, destaque para as ações do turismo sénior, das ações relativas aos eventos do turismo de natureza, associando o desporto também à promoção do destino Açores, fazendo captação de fluxos e de nichos de mercado que têm trazido à Região Autónoma dos Açores resultados e diminuição dessa mesma sazonalidade.

O Plano também prevê a concretização de medidas e a promoção do destino em mercados-chave para o futuro e para continuar a crescer neste setor, nomeadamente no Canadá, na Espanha, no Reino Unido, nos Estados Unidos e na Alemanha.

Ainda sobre este setor, a qualificação do destino também está ligada intimamente à qualificação das infraestruturas, mas também da formação profissional dos atores locais que intervêm neste setor.

Dito isto, aquilo que se pretende essencialmente será, para além de criarmos emprego, agora passarmos para uma fase de criar melhor emprego.

Para além de captarmos mais turistas, queremos agora mais rendimento por turista.

É este o trabalho com que estamos confrontados e que consideramos que o Governo, numa atitude conformista e de exigência de querer mais e melhor para este setor, de querer implementar estratégias definidas em conjunto com os açorianos, como é o caso do PEMTA, irão, de facto, garantir a qualificação de desenvolvimento sustentável deste setor, a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento da atividade turística como um instrumento de dinamização da economia regional em todas as nossas ilhas. Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este é o momento de fazer um balanço entre aquelas que foram as promessas que constaram do Programa do Governo e dos sucessivos Planos e Orçamentos desta legislatura e os reais resultados desta governação.

Em matéria de energia, esse exercício mostra-nos que várias promessas ficaram pelo caminho:

Em 2017, de 1 milhão e meio de euros de dotação, nem 1/3 se executou;

Em 2018, de 2.2 milhões de euros de promessas, mais de 50% não viram a luz do dia;

E entre 1 de janeiro e 30 de setembro de 2019, de cerca de 2.4 milhões de euros orçamentados, apenas 1 milhão foi executado.

Ao todo, neste período, de 6.1 milhões de euros de dotação em matéria de energia, apenas 2.5 milhões de euros foram, de facto, executados. Muitas das promessas arrastaram-se de Plano para Plano, de Orçamento para Orçamento, de ano para ano. E a verdade é que continuamos sem uma estratégia concertada e sólida de energia. Continuamos à espera da tão pregada Estratégia Açoriana para a Energia 2030. E esperemos que ela tenha melhor sorte do que tiveram os estudos realizados no âmbito do Green Island Azores ou até do primeiro Plano para a Mobilidade Elétrica dos Açores.

Por falar em mobilidade elétrica dos Açores, matéria que tem andado a vapor, relembramos que, desde 2008, os sucessivos executivos do Partido Socialista vêm anunciando ações e metas a atingir nesta matéria, nenhuma das quais foi efetivamente atingida.

E perguntamos qual o resultado prático de tantos anúncios, garantias e promessas nesta matéria. Porque a verdade é que ainda não vimos, como fazia prever o Programa do Governo, uma renovação da frota da Administração Regional com veículos elétricos dignos de respeito ou de registo. E quanto a exemplo, digam-nos os Srs. Secretários e as Sras. Secretárias que tipo de veículos utilizam.

Quanto à eficiência energética perguntamos para quando, afinal, o Programa Regional de Ação para a Eficiência Energética?

E também aqui, em matéria de exemplo, a Administração Pública tem feito um péssimo papel. A única coisa a mostrar e que foi puxada a ferros pelo PSD/Açores é o Programa Eco.AP, um programa que ainda assim

consideramos que não tem a robustez suficiente que deveria ter e que nos faz prever que haverá aqui condições para um novo incumprimento legal.

Não havendo investimento no Plano para ações em matéria de eficiência energética na Administração Pública Regional, perguntamos o que é que está previsto neste âmbito para o próximo ano.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em matéria de Ambiente, o Governo reconhece, e citamos o Programa, que muito há a fazer no domínio ambiental. Ainda assim, este reconhecimento não impediu que milhões de euros de promessas ficassem pelo caminho. No conjunto de 2017 e 2018, por executar no domínio ambiental ficaram cerca de 10 milhões de euros, de uma dotação total de 43 milhões de euros. E, no entanto, continuamos a ter uma clara falta de meios e recursos de inspeção e vigilância ambiental, continuamos a ter consideráveis problemas de transporte de resíduos na Região e problemas que persistem na operação e na gestão dos Centros de Processamento de Resíduos de algumas ilhas.

Na recuperação da qualidade da água e no domínio do ordenamento das nossas lagoas, elementos marcantes da paisagem açoriana, a atuação tem sido também insuficiente. Bastará olhar, por exemplo, para as lagoas das Furnas e das Sete Cidades, em São Miguel, uma das quais com o galardão de uma das Sete Maravilhas Naturais de Portugal, para verificar que, além de mostrarem aspetos visíveis que indiciam problemas na qualidade da água, sugerem desmazelo na manutenção das suas margens.

Na conservação da natureza, os Planos de Gestão dos Parques Naturais de Ilha e das Reservas da Biosfera vêm sendo prometidos desde 2011, mas continuam a não passar de promessas. E perguntamos: onde estão? Quando é que teremos todos estes planos prontos?

Continuamos sem o prometido Licenciamento Ambiental Único, apesar de vê-lo a passar de Plano para Plano, de Orçamento para Orçamento e de ano para ano.

Continuamos sem grande, ou sequer pequena, evolução no Cadastro Predial dos Açores. E perguntamos: terá sido necessário o PSD/Açores apresentar um Projeto de Resolução sobre esta matéria para o Governo finalmente se lembrar que ela existe?

Voices dos Deputados da bancada do PS: Claro!

O Orador: Não deveria esta matéria ser uma prioridade para este Governo? Continuamos sem os resultados da prometida avaliação da eficácia do Sistema de Transporte de Resíduos da Região, sem a prometida alteração ao Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Proteção da Biodiversidade e sem a prometida Estratégia Regional de Controlo e Prevenção das Espécies Exóticas e Invasoras. E perguntamos: para quando todas estas estratégias, estes planos e estas promessas? Quando é que serão uma realidade?

Perguntamos, por fim, onde está a prometida criação de um conceito próprio para o turismo de natureza dos Açores? Onde está a prometida elaboração das Cartas de Desporto de Natureza para todos os Parques Naturais de Ilha? E onde está a prometida revisão do Plano Regional de Educação e Sensibilização Ambiental dos Açores?

Tantos anúncios, tantas garantias, tantas promessas, tão poucos resultados! É caso para dizer: menos uma dose ou duas de promessas vãs por dia, nem sabem o bem que lhes fazia!

Obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Alonso Miguel, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começarei pelo Turismo, Sra. Secretária. Como sabe, o CDS tem acompanhado de forma próxima a evolução dos números do turismo dos Açores durante o ano de 2019. E, naturalmente, consideramos lamentável o percurso que tem sido feito ao nível dos números do turismo na ilha Terceira e nos indicadores do turismo da ilha Terceira, em claro contraciclo com aquilo que acontece no resto da Região. Por exemplo, ao nível das dormidas, a Terceira registou uma quebra de 12.4% em setembro deste ano. E no total acumulado dos primeiros 9 meses do ano, as dormidas na Região cresceram significativamente em todas ilhas ou genericamente em todas as ilhas da Região em relação ao que se verificou em 2018 e na maioria das ilhas na casa dos dois dígitos, mas, pelo contrário, na Terceira os números não só não cresceram, como ainda registaram uma redução de 2.6%. Infelizmente, grande parte destes resultados desastrosos se deve ao mau planeamento que foi feito em relação à ligação a Madrid.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O turismo na Terceira está desastroso?!

O Orador: E pergunto, por isso, Sra. Secretária, em que fase é que se encontra o processo para assegurar a operação Madrid/Terceira. Se estão finalmente reunidas as condições para que a ligação possa ser retomada. E, se sim, quando é que terá início? Também ainda, que outras ligações estão previstas para a ilha Terceira?

No que ao Ambiente diz respeito, no nosso entender, o processo de descontaminação de solos e aquíferos da Praia da Vitória, que é o maior e

mais preocupante problema ambiental dos Açores, tem sido conduzido de uma forma absolutamente anémica e pouco clara e sem que os açorianos saibam qual é que é a estratégia que está a ser implementada. E na verdade ninguém sabe o que é que está a ser feito em relação à descontaminação de solos e aquíferos.

Perguntamos, por isso, além de ações de monitorização, o que é que tem sido feito para que este problema seja resolvido?

E, já agora, dos muitos milhões de euros que estavam previstos no PREIT para descontaminação de solos e aquíferos da Praia da Vitória, o que é que já foi executado? E quantos milhões desses é que já foram, de facto, executados e implementados?

Pergunto ainda, Sra. Secretária: em relação ao Ambiente, houve uma redução de verbas de cerca de 13% e, por isso, peço justificações para este enorme desinvestimento, nomeadamente na área do Ambiente, onde há uma redução superior a 3.5 milhões de euros. E, neste sentido, perguntamos também como é que se justificam concretamente as reduções previstas em matérias absolutamente fundamentais como são a qualidade ambiental e os recursos hídricos, cujas verbas já haviam também sido reduzidas no ano anterior em cerca 1.3 milhões de euros no caso da qualidade ambiental e em cerca de 1 milhão de euros no caso dos recursos hídricos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Marta Matos.

(*) **Deputada Marta Matos (PS):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A análise do Plano Regional Anual para 2020, em matéria de Ambiente, impõe algumas notas e considerações que me parecem essenciais. Na verdade, nós estamos num momento em que importa, não só perspetivar

aquilo que será feito no próximo ano de governação, mas em que importa também analisar e avaliar aquilo que foi feito ao longo dos últimos anos. E falo de resultados, Sras. e Srs. Deputados, falo de factos. Assim sendo, uma primeira nota para salientar aquilo que tem sido o percurso traçado pela Região, ao longo dos últimos anos, em matéria de melhoria da sustentabilidade, da utilização dos recursos e das redes de território.

É um facto que, com a governação do Partido Socialista, assistimos ao desenvolvimento de uma diversidade de mecanismos que fazem com que, hoje, a Região esteja dotada de cerca de 65 instrumentos de planeamento, de gestão e de ordenamento do território.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: É um facto que, com a governação do Partido Socialista, consolidamos uma ampla rede de áreas protegidas, integrando 124 sítios, distribuídos por 9 Parques Naturais de Ilha que ocupam, na sua componente terrestre, mais de 24% do território do arquipélago.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: É também um facto que, com a governação do Partido Socialista, criamos 2 dezenas de Centros de Visitação e Interpretação Ambiental, designamos 4 Reservas da Biosfera com chancela da UNESCO e lançamos programas de apoio à manutenção de ecossistemas e paisagens tradicionais.

Mais, com a governação do Partido Socialista, demos importantíssimos passos que fazem com que os Açores estejam, hoje, na vanguarda das posições mundiais no combate às alterações climáticas, com destaque para a recente aprovação, nesta Casa, do Plano Regional para as Alterações Climáticas, um documento que vem contribuir para coesão territorial da Região, mas também para o reforço da proteção e da segurança das pessoas e dos seus bens.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: É ainda um facto que, em 2018, os Açores foram a região do país com melhores desempenhos em matéria de gestão de resíduos.

Deputado João Paulo Ávila (PS): É verdade!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

A Oradora: E ainda um facto, Sras. e Srs. Deputados, que, com a governação do Partido Socialista, materializamos o apelo a uma participação ambiental ativa dos cidadãos, sendo hoje possível que os cidadãos tenham uma influência direta nas decisões sobre políticas ambientais através da revisão do CRADS, dos prémios Espírito Verde, ou das plataformas de reporte de ocorrências ambientais.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: E muito mais poderia ser dito, mas a verdade é que tão importante como o caminho que percorremos é o caminho que ainda queremos percorrer.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: E, nesse sentido, uma segunda nota para destacar que o Plano Regional Anual para 2020 vem consolidar esta estratégia que aposta claramente no desenvolvimento sustentável, na sua vertente ambiental, mas também na sua vertente económica, social, cultural, salvaguardando o património, preparando a Região para o futuro e, muito importante, colocando os cidadãos na centralidade de todo este processo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: São muitas as ações e investimentos nesse sentido. A Sra. Secretária, aliás, já referiu a maior parte delas, mas, de qualquer forma, não queria deixar de dar destaque, uma vez mais, aos projetos LIFE, por representarem o maior projeto de conservação alguma vez concebido para os Açores, um investimento sem precedentes em matéria de políticas de

conservação da natureza, representando, no seu conjunto, ao longo dos próximos anos, um investimento direto que ultrapassa os 22 milhões de euros.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados, uma terceira e última nota, a conclusão que se impõe: diante do caminho que percorremos e do caminho que ainda queremos percorrer, qualquer tentativa de discurso demagógico será facilmente desconstruída, ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: ... porque, facto, com a governação do Partido Socialista, os compromissos são cumpridos, as necessidades são respondidas, os desafios são enfrentados e os resultados são alcançados.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: Sempre em prol daquele que é o nosso maior ativo, a nossa natureza, o nosso ambiente, os nossos Açores!

Voices dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições. Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começaria então pelas questões colocadas pelo Sr. Deputado António Pedroso. Relativamente à questão que coloca sobre a questão em concreto da alimentação elétrica na zona do Topo, efetivamente, identificaram-se, pela EDA, problemas nessa ligação, porque não tem redundância, é apenas

uma linha. E a indicação que temos é que estão a ser feitos estudos de maneira a conseguir colmatar apenas esta única linha, de forma a resolver estas questões.

Passando para outro tema bastante diverso, que tem a ver com a saída da Delta, as respostas são conhecidas e são públicas. A saída da Delta da Região não teve nada que ver com problemas de promoção. A própria companhia afirma isso de forma muito clara. Tudo fizemos do ponto de vista negocial para que assim não fosse. Mas a companhia deu nota de que, apesar de ter taxas de ocupação acima dos 80% nos seus voos, contava com um preço médio mais elevado, contava com uma classe business mais frequente e ela não se verificou. Portanto, optou por outras rotas onde considera conseguir maior rentabilidade.

É importante também termos presente que este tipo de companhia não tem uma lógica semelhante às companhias europeias, menos sensíveis aos apoios de marketing porque elas próprias também fazem os seus investimentos.

E, nesta matéria é importante termos bem presente que essa parte não falhou. Trata-se de opção estratégica de uma companhia privada, que está no direito, naturalmente, de o fazer.

Relativamente à nova rota da TAP, anunciada recentemente, de Boston para Ponta Delgada, dar nota de que estão disponíveis para esta rota dois programas em concreto: por parte da ANA Aeroportos, com incentivos à captação de rotas; e também um Programa VIP, que é um programa disponibilizado pelo Turismo de Portugal, em que há uma participação da própria ATA no mesmo. Naturalmente que à Região interessa e continuaremos a fazer promoção no mercado dos Estados Unidos, que, naturalmente, favorecerá as companhias que operam nesse mercado, quer seja a ATA, quer seja a SATA.

Relativamente à diligência de acordo interline entre a TAP e a SATA, não. Não foi diligenciado nesse sentido. Trata-se de duas companhias. Naturalmente que têm que se posicionar nos mercados, uma face à outra. E, portanto, tomarão as diligências que entenderem que melhor serve os seus princípios.

Relativamente à questão do voo de Londres, foi uma decisão da companhia, da Ryanair. Aqui, naturalmente, como disse há pouco, também beneficia dos incentivos que existem do Programa VIP. Reforço que é um programa que existe do Turismo de Portugal, com participação da entidade regional do Turismo, neste caso a ATA. Também da ANA, quando se tratar de aeroportos da ANA. Neste caso não é assim. E, naturalmente, que a nós, enquanto Região, quer de forma direta, quer através da ATA, compete-nos garantir a promoção nesses mercados de forma a criar atratividade para que os mesmos venham cheios. Porque é isso que nós queremos, é ter mais turismo de qualidade na nossa Região.

Relativamente à verba disponível para a ATA, em 2020, ela vai ser discutida aqui, naturalmente, e aprovada, mas não será muito diferente daquela que nós temos tido nos últimos anos e que ronda entre 1.8 e 2 milhões de euros. Portanto, essa é a perspetiva, de se manter no próximo ano.

Relativamente à questão da distribuição dos passageiros por todas as ilhas, esse é um grande desafio que nós temos, que temos que encarar, efetivamente, de frente e que tem que passar, naturalmente, pela promoção de todas elas. Nós temos 9 ilhas completamente diferentes. E promovemo-las, às 9, pelas suas diferentes características. E é isso que faz com que o turista decida conhecer outras ilhas. Nós não fazemos isso de forma administrativa. Nós não decidimos que estes vão para aqui, ou estes vão para ali. São decisões que os mesmos tomam. Compete-nos a nós divulgar todas elas e mostrar atratividade que todas elas têm, efetivamente.

Relativamente às questões colocadas pela Deputada Catarina Furtado, a mesma já sabe e já conhece a resposta à maior parte delas.

Deputado Carlos Silva (PS): Está no relatório!

A Oradora: Mas compreendo, tem que manter a coerência do seu discurso, tem que manter a presença nesses debates. Mas, rapidamente, com o tempo que tenho, vou tentar recordar-lhe as respostas que são mais importantes nesta matéria. Como referência, antes disso, ao Green Island, que, de facto, foi posto na gaveta. E foi posto na gaveta por alguém que está aqui e que não fui eu.

Mas, passando à frente, relativamente a esta matéria, no que diz respeito à eficiência energética na Administração Pública, continuamos a trabalhar de forma afincada. Temos tido muita formação nesta matéria. E temos resultados precisamente desse trabalho.

Sobre a falta de recursos no que diz respeito ao controlo ambiental, não sei em que é que se baseia para dizer isso. Nós tivemos um aumento de vigilantes da natureza, de 30 para 51. Temos, naturalmente, necessidade de continuar a investir nesta matéria. Mas dizer que há falhas aqui é claramente abusivo. Relativamente a problemas do Centro de Processamento de Resíduos, é preciso perceber o que é um centro de processamento de resíduos para se falar nele. E falávamos, numa das intervenções de tribuna, sobre o Centro de Processamento de Resíduos, por exemplo, de São Jorge, com algumas necessidades de alteração. Dar-vos nota de que no mês passado foi colocada uma enfiadeira neste Centro de Processamento de Resíduos, tendo permitido já saída de 4 contentores com refugo para a Terceira, estando prontos mais 4 para sair. E, portanto, a nossa disponibilidade para continuar a apoiar os operadores destes centros é sempre permanente e é sempre presente.

Relativamente à qualidade da água das nossas lagoas, a Sra. Deputada também conhece a resposta a esta questão, nós continuamos, não só a fazer a monitorização das mesmas, mas também a investir nela. E é sabido e está patente neste plano que temos um investimento significativo para uma unidade de filtração para a Lagoa das Furnas, em primeira instância, mas que é móvel e permitirá a atuação em outras lagoas, também, que sofrem problemas, que não são de hoje, não são deste século sequer. Tem a ver com a atuação do homem na natureza. Muitas iniciativas foram já realizadas para mitigar estes efeitos, como a Sra. Deputada muito bem sabe, em especial na Lagoa das Furnas, com retirada de gado das margens da lagoa, com reflorestação, com oxigenação da mesma. Infelizmente, a natureza, depois de maltratada, precisa de algum tempo de adaptação e de ações mais concretas. E é precisamente isso que estamos a fazer. E a Sra. Deputada bem o sabe.

Relativamente às questões dos planos de gestão, a Sra. Deputada também sabe precisamente que estão concluídos, já lhe disse, recentemente, os planos de gestão do Pico, do Faial e de São Miguel.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Questionei quando é que os outros estariam prontos.

A Oradora: Estão prontos a entrar em consulta pública. E também lhe disse que os próximos, os que estão em falta, ficarão prontos no próximo semestre. Relativamente ao cadastro, a Sra. Deputada também sabe, mas eu volto a referir que, passado tantos anos de dificuldade nesta matéria, mais de um século que todo o País leva para tentar resolver este problema, e a Região também, temos, neste momento, uma plataforma pronta para ficar operacional no início do próximo ano, assim que for também aprovada a legislação, que temos pronta e foi levada inclusivamente ao último Conselho Regional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e que mereceu um

parecer positivo. Portanto, vamos conseguir resolver um problema que estava pendente há muitos, muitos anos.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Essa legislação já passou do prazo!

A Oradora: Relativamente ao transporte de resíduos na Região, não faço ideia ao que é que se refere. A Região apoia todos os anos e tem uma verba prevista no Plano precisamente para apoiar os concessionários no transporte de refugo, de todas as ilhas que não têm hipótese de eliminar os mesmos nas próprias, para a ilha Terceira. E, portanto, decorre sem qualquer problema. Relativamente ao controlo de espécies exóticas invasoras, foi adjudicado, também como penso que saberá, à Universidade dos Açores um estudo relativamente a essa matéria, que também beneficia, felizmente, do apoio que temos dos programas LIFE, já várias vezes referidos, nesta Casa, hoje. Sobre o conceito de turismo natureza, confesso que tenho muita dificuldade em responder-lhe, porque quem faz uma pergunta desta natureza não sabe onde está, ...

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Consta do Programa do Governo! Muito infeliz, Sra. Secretária!

A Oradora: ... não percebe como é que nós comunicamos em turismo e ainda tem dificuldade em perceber qual é o posicionamento da Região. Não é por acaso que nós conseguimos crescer nos números que crescemos. É porque nos posicionamos no âmbito...

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Consta do Programa do Governo!

A Oradora: ... de um levantamento que foi feito e de um estudo, em 2016, que resultou precisamente no PEMTA, o nosso Plano Estratégico de Marketing e Turismo dos Açores, que diz de forma clara onde nos posicionamos. E o que é interessante é perceber que, pelo menos lá fora, os

empresários assimilaram muito bem este conceito. E, hoje, é com muito agrado que vemos surgirem novos empreendimentos que incorporam precisamente este posicionamento. E é aqui que encontramos o nosso mercado. E é aqui que temos crescido. Portanto, esta pergunta, confesso que não sei como posso responder-lhe.

Relativamente às Cartas de Desporto de Natureza, a Sra. Deputada também sabe, também já lhe disse, São Miguel está pronta. Estamos a elaborar a Carta de Desporto da ilha Terceira.

Relativamente às questões colocadas pelo CDS, Sr. Deputado Alonso Miguel, dar-lhe nota de que, relativamente à questão da Terceira, é preciso nós termos aqui alguma capacidade de analisar onde é que nos encontramos. É verdade, se nós virmos os números de setembro de 2019 comparados com o período homólogo, estamos com um decréscimo de 2.4%. Mas se nós sairmos desta realidade e tivermos uma perspetiva um bocadinho mais de fora, se compararmos por exemplo estes números de setembro deste ano com setembro de 2017, estamos a crescer a 9%. Se comparar com 2016, estamos a crescer 32%. E isto, quer queiram, quer não, significa que nunca tivemos tantos turistas na Região, inclusivamente na ilha Terceira.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Cardoso*): Muito bem!

A Oradora: Sobre a questão do concurso do mercado espanhol, uma nota para o facto de aguardarmos, neste momento, os resultados das propostas apresentadas. Deverá acontecer no final desta semana, início da próxima. Mas uma coisa é certa, e posso garantir-vos, não venderemos nenhuma ilha ao desbarato. O volume não deve, nunca, imperar sobre a qualidade dos fluxos captados. E por isso envidaremos sempre esforços para atrair os fluxos estratégicos que fazem sentido com o posicionamento para o qual defendemos em todas as ilhas.

E aqui temos nota de respostas concretas no que diz respeito a este posicionamento estratégico. Nós temos, além do voo dos Estados Unidos, que opera durante todo o inverno e que desde o início deste mês está com taxas de ocupação muito próximas dos 100%, durante todo o inverno ele está em vigor, temos, no final do mês de dezembro, o início de uma nova operação para Toronto, cujas vendas estão a correr também muitíssimo bem. E temos também, na primavera, o início da rota para o Reino Unido a partir da ilha Terceira, também um novo mercado onde acreditamos que teremos belíssimos resultados.

Portanto, é preciso percebermos onde estamos. É preciso olharmos um bocadinho mais de fora. E aí teremos, seguramente, as respostas que precisamos.

Relativamente às questões da descontaminação dos aquíferos da Praia da Vitória, dar-vos nota de que, muito rapidamente pelo pouco tempo que tenho, o Governo dos Açores mantém a sua posição de exigir que quem contaminou deve promover a descontaminação. E é nesta senda que continuaremos sempre e só ficaremos satisfeitos quando este trabalho estiver terminado. Até lá, continuaremos a exigir que o mesmo seja feito.

Sobre a questão final que tenho nota, sobre as reduções que são verificadas alegadamente no investimento na área do Ambiente, é preciso nós percebermos a diferença entre desinvestimento e investimento em valor inferior ao do ano anterior. Isto acontece, porquê? Porque há um conjunto de infraestruturas que foram concluídas, que foram terminadas. Posso enumerar várias. E este ano temos outras, mas não têm exatamente o montante, nem têm que ter, daquelas que terminaram. Portanto, temos novos investimentos nestas matérias na parte dos recursos hídricos, onde felizmente não é preciso investir tanto como investimos no ano anterior. Temos nos Centros de Interpretação Ambiental novos investimentos também. Não são no mesmo

montante do ano anterior, isto nunca deve ser lido, não pode ser lido como desinvestimento, porque nós estamos a continuar a investir e temos precisamente tido os bons resultados desse investimento.

Penso que respondi a tudo. Muito obrigada.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Cardoso*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (*PSD*): Sra. Presidente, para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Seria de esperar que a Sra. Secretária Regional conhecesse o Programa do Governo, pelo menos nas áreas que estão sobre a sua alçada. Mas ainda assim vou fazer chegar à Mesa uma página do Programa do Governo que refere que uma das medidas no âmbito da valorização do património natural dos Açores é a criação de um conceito próprio para o turismo da natureza dos Açores. Portanto, vou fazer chegar à Mesa para que seja distribuído pelos Deputados.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Depois de recebido, o documento será distribuído.

Sr. Deputado Luís Maurício, pede a palavra para uma interpelação também, não é?

(*) **Deputado Luís Maurício** (*PSD*): Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Antes de conceder o intervalo, vou pedir ao Sr. Secretário o favor de informar os tempos restantes.

Secretário: Muito obrigado, Sra. Presidente.

O Governo dispõe ainda de 23 minutos e 13 segundos; o Partido Socialista dispõe ainda de 33 minutos e 30 segundos; o PSD dispõe de 21 minutos e 33 segundos; o CDS-PP dispõe de 7 minutos e 22 segundos; o Bloco de Esquerda já esgotou o seu tempo; o PCP dispõe de 1 minuto e 05 segundos; e a Sra. Deputada independente dispõe de 1 minuto e 11 segundos; o PPM também esgotou o seu tempo.

Presidente: Está concedido o intervalo. Regressamos amanhã, às 10h.

Eram 19 horas e 35 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Partido Social Democrata (PSD)

Maria João Soares Carreiro

Independente

Maria da Graça Amaral da Silveira

O Redator, André Silva